



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PARATY COMO PATRIMÔNIO: A CONSTRUÇÃO DE UM VALOR
JARDEL SANDY DA SILVA



JARDEL SANDY

**PARATY COMO PATRIMÔNIO:
A CONSTRUÇÃO DE UM VALOR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Professor Rafael Winter Ribeiro

Universidade Federal Do Rio De Janeiro
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

2014

CIP - Catalogação na Publicação

S222p Sandy, Jardel
Paraty como Patrimônio: a construção de um valor /
Jardel Sandy. -- Rio de Janeiro, 2014.
146 f.

Orientador: Rafael Winter Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Geociências,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2014.

1. Patrimônio. 2. Políticas Públicas de
Preservação. 3. Geografia Política. 4. Paraty. 5.
Turismo. I. Ribeiro, Rafael Winter, orient. II.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JARDEL SANDY

PARATY COMO PATRIMÔNIO:

A construção de um valor

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro – UFRJ

Profa. Dra. Ana Maria Lima Daou – UFRJ

Profa. Dra. Leila Bianchi Aguiar – Unirio

A minha família e ao Grupo de Estudos e
Pesquisas sobre Política e Território – GEOPPOL

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço as pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe Ana Lucia e as minhas irmãs Heloisa e Simone, por me fornecerem as bases materiais, emocionais e intelectuais que me permitiram atingir muitos dos meus objetivos. Aos meus sobrinhos Pedro Augusto e Gabriel que me encatam e renovam as minhas esperanças a cada dia. Aos meus cunhados Augusto e Alexandre por serem também grandes incentivadores do meu crescimento pessoal e profissional.

Ao Professor Rafael Winter Ribeiro, pela amizade, paciência e confiança. A quem muito admiro não apenas por sua grande capacidade intelectual, mas também pelo seu caráter, simplicidade e disponibilidade.

Aos amigos Adriano Soares, Mariana de Brito e Paula Azevedo, companheiros de laboratório e de todas as horas, com quem evoluí muito nestes últimos anos.

Aos queridos amigos Éric Borges, Hilton Marcos, Renata Paulino e Vitor Scalercio, Ana Paula Araújo, Luiz Paulo, Renato Frias... Enfim, agradeço também a uma lista infinda de colegas e amigos muito queridos do simpaticíssimo e amigável corpo discente do Departamento, que aqui não cabe transcrever.

Aos gentis amigos Felipe Machado e Tatiana Lemos, pelo suporte na reta final.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território – GEOPPOL, também integrado por Alan Guedes, Beatriz Velloso, Débora Coutinho, Guilherme Rodrigues, Ludmila Oliveira, Pablo Carneiro, Pedro Fernandes com os quais aprendo brincando.

Aos meus queridos da turma de mestrado: Adolfo Albino, Amanda Cavaliere, Camila Vieira, Carine Lopes, Elizabeth Margot, Fellipe “Bolinho”, Fernando Pessoa, Paula Coelho, Manuelle Lago, Patrícia Silveira, Pedro Henrique Gomes, Ramon Coelho, Rocky Heliprio, Suelen Alpino, Taís Santana e Vinícius Juwer.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, sobretudo aos professores Roberto Lobato Corrêa, Paulo César da Costa Gomes, Scott William Hoefle e, ainda, ao professor Cristóvão Duarte do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ – PROURB, que me fizeram pensar muitas questões sob uma ótica renovada.

A pesquisadora Isabelle Cury, pela entrevista concedida e pelos materiais disponibilizados que foram de grande importância para a pesquisa aqui exposta.

Ao grupo para-acadêmico “Odara” integrado por Aline Alves, Alix Gabriel, André Martins, Bruna Backes, Erika Toledo, Gilson Jr., Júlia Matos, Luisa Martins, Mariana Pingitore, pela torcida de sempre.

Ao querido Dirceu Rogério por sua amizade e auxílio na finalização deste trabalho.

Agradeço, enfim, a Deus por ter me dado capacidade e disposição para chegar até aqui e por ter colocado todas as pessoas supracitadas na minha trajetória pessoal e/ou acadêmica.

“A geografia está em toda parte”

Denis Cosgrove

RESUMO

SANDY, Jardel. **Paraty como patrimônio: a construção de um valor**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

Admitindo que a noção de patrimônio resulta de uma construção de valor a partir da atuação de diferentes instituições e setores da sociedade, o trabalho analisa o processo de patrimonialização da cidade de Paraty, localizada no estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista a multiplicidade de ações voltadas à preservação e promoção do patrimônio paratiense, assumimos como recorte analítico o material documental relativo a dois momentos bem definidos: os processos de tombamento dos bens de Paraty e da cidade como um todo e os dossiês de candidatura a Patrimônio Mundial. Assim, o foco da análise é direcionado para a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, responsável pela produção destes documentos. O trabalho mostra como a preocupação com a devastação da mata local e com a abertura da rodovia BR-101 informou as inscrições de Paraty como patrimônio estadual e federal, culminando no tombamento integral do município pela instituição supracitada. Revela ainda a importância dada nas décadas de 1960 e 1970 à articulação entre turismo e patrimônio cultural, que justificaram expedições de consultores da UNESCO ao Brasil, para que identificassem possíveis atrativos turísticos nas cidades históricas do país, entre elas Paraty. Por fim, foi realizada a análise das tentativas de inserir a cidade na Lista do Patrimônio Mundial, que até o momento não foram exitosas. Neste sentido, são apresentadas as estratégias de atribuição de valor excepcional universal à Paraty presentes nos dossiês de candidatura e as ressalvas por parte da UNESCO para conferir o título àquela cidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Políticas públicas de preservação. Paraty. Cidades históricas. Patrimônio mundial.

ABSTRACT

SANDY, Jardel. **The construction of the asset value in discourse:** the case of Paraty. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

Admitting that the notion of heritage is the result of a value construction from the performance of different institutions and sectors of society, this work analyzes the process that turned Paraty in one heritage. Given the multiplicity of actions aimed at preserving and promoting the heritage, this work take for analytical approach the documentary material relating to two well-defined stages: the process of protection of the heritages of Paraty and the city as a whole and the dossiers of World Heritage. Thus, the focus of the analysis is directed to the performance of the IPHAN, responsible for the production of these documents. The work shows how concern about the devastation the local forest and with the opening of BR-101 highway reported enrollment of Paraty as state and federal heritage, culminating in full overturning of the city by the aforementioned institution. Also reveals the importance given in the 1960s and 1970s to the relationship between tourism and cultural heritage, which justified UNESCO consultants expeditions to Brazil, to identify potential tourist attractions in the historic cities of the country, including Paraty. Finally, the analysis of attempts to enter the city on the World Heritage List was held, which so far have not been successful. In this sense, they present the strategies of assigning universal exceptional value to Paraty present in the application dossier and the reservations on the part of UNESCO to confer the title to that city.

Keywords: Cultural heritage. Public policies of preservation. Paraty. Historical cities. world Heritage

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARATY, NO CONTEXTO DA RODOVIA BR-101. DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES SHAPE DA BR 101 (RODOVIA RIO-SANTOS). ESCALA: 1:450.000. ELABORAÇÃO PRÓPRIA	35
MAPA 2: BAIRROS NO DISTRITO-SEDE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.	38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: (FONTE: PESQUISA DE CAMPO, 2013)	31
FIGURA 2: CORRENTES ENCERRANDO O CENTRO HISTÓRICO DE PARATY. FONTE: PESQUISA DE CAMPO, 2011 E 2013	39
FIGURA 3 FIGURA 4	40
FIGURA 5 FIGURA 6	40
FIGURA 7: FORTE DEFENSOR PERPÉTUO. FONTE: HTTP://WWW.TURISMOVALEDOCAFE.COM/2010/06/FORTE-DEFENSOR-PERPETUO-PARATY-RJ.HTML ACESSADO EM 12/11/2013	56
FIGURA 8: FORTE DEFENSOR PERPÉTUO (FOTO AÉREA). HTTP://WWW.PARATY.COM.BR/FOTOPARATY.ASP?ID=2555 ACESSADO EM 12/11/2013.	57
FIGURA 9: IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS. FONTE: HTTP://PT.M.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/FICHEIRO:PARATI-MATRIZ1.JPG ACESSADO EM 12/11/2013.	61
FIGURA 10: IGREJA DE SANTA RITA. FONTE: HTTP://WWW.CVC.COM.BR/DESTINOS/BRASIL/PARATY.ASPX ACESSADO EM 12/11/2013	61
FIGURA 11: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO. FONTE: HTTP://WWW.CVC.COM.BR/DESTINOS/BRASIL/PARATY.ASPX ACESSADO EM 12/11/2013.	62
FIGURA 12: IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES. FONTE: HTTP://MAPADECULTURA.RJ.GOV.BR/PARATY/IGREJA-NOSSA-SENHORA-DAS-DORES-2/#PRETTYPHOTO ACESSADO EM 12/11/2013.	62
FIGURA 13: MARÉ ALTA NA PRAÇA DA BANDEIRA. S/D. S/A.	86

LISTA DE SIGLAS

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OEA – Organização dos Estados Americanos
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – PARA PENSAR PATRIMÔNIO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL	17
1.1 - O PATRIMÔNIO: DISCURSOS E IMAGENS	19
1.2 - ASPECTOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	24
1.3 - A CIDADE COMO PATRIMÔNIO	26
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARARATY	32
2.1 - PARATY: CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	34
2.2 - AS INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO	41
2.3 - A EXPEDIÇÃO DE MICHEL PARENT E A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	46
2.4 - O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO MUNICÍPIO E A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL	52
CAPÍTULO III – AS CANDIDATURAS DE PARARATY A PATRIMÔNIO MUNDIAL	64
3.1 - PRESERVAÇÃO E TURISMO: A CANDIDATURA DE UM BEM A PATRIMÔNIO MUNDIAL	66
3.2 - AS DECLARAÇÕES DE VALOR UNIVERSAL E OS CRITÉRIOS ADOTADOS	72
3.3 - ANÁLISES COMPARATIVAS: A SINGULARIDADE DE PARATY	76
3.4 - O PROCESSO DE CANDIDATURA DE PARATY A PATRIMÔNIO MUNDIAL E AS RECOMENDAÇÕES DA UNESCO	81
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural vem se constituindo como um objeto de estudo para diversas disciplinas, dos mais variados campos do conhecimento científico. Entendido como fenômeno cultural, econômico e político tem suscitado diversas linhas de pesquisa, das quais aos poucos a geografia também tem tomado partido.

No Brasil, a questão da preservação do patrimônio cultural começou a ser pensada no âmago do movimento modernista no início do século XX, mas foi em 1937, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que a “identificação” dos bens fundamentais para a cultura e história do país teve início. A formação deste órgão vem à reboque da fundação de várias outras instituições responsáveis por criar e divulgar uma identidade nacional (AGUIAR, 2006).

Ao analisarmos as políticas públicas, sobretudo àquelas atinentes à preservação do patrimônio natural temos que estas não são retilíneas ou evolutivas. Diferentes visões sobre o que deve ou não ser preservado podem coexistir. No caso brasileiro, desde aquelas calcadas na visãoesteticista que têm no barroco mineiro a matriz de nossa nacionalidade, passando pela abertura do reconhecimento de conjuntos arquitetônicos mais modestos e triviais, até a abertura experimentada com a valorização das manifestações imateriais, por vezes relacionados a grupos outrora excluídos/silenciados da historiografia oficial.

Analisando o caso do município de Paraty, no extremo sul fluminense, que tem sido alvo de sucessivas políticas de patrimonialização e de promoção de seu conteúdo patrimonial, espera-se chegar a uma melhor compreensão do caráter discursivo destas políticas e de como em função de contextos institucionais e intelectuais específicos uma cidade, vista como bem patrimonial pode adquirir maior ou menor notoriedade.

Por ter sido alvo de diversas etapas de patrimonialização, que vão desde a sua ereção a monumento histórico do estado do Rio de Janeiro, até figurar como um dos dois municípios inteiramente tombados em dois Livros do Tombo¹, Paraty se constitui um pertinente estudo de caso, para pensarmos o dinamismo das políticas públicas de preservação. Ao contrário de cidades barrocas mineiras cujo tombamento data já da década de 1930, o tombamento de Paraty – inicialmente, apenas de seu conjunto arquitetônico – se dá mais de duas décadas após a criação do IPHAN, em 1958. Desde então, a cidade adquiriu notoriedade, gradativamente.

¹ Apenas Porto Seguro (BA) desfruta de situação similar, como veremos adiante.

A construção de discursos patrimoniais é sempre permeada por construções de valores. Nesses discursos, a categoria patrimônio vem sempre adjetivada: valor histórico, valor cultural, valor artístico. Tais adjetivações transformam noções de valor numa categoria de pensamento construída socialmente – por grupos, agências, lideranças ou intelectuais – e carregam por trás uma série de relações de força. O valor seleciona, inclui e/ou exclui, afirma e/ou nega (REIS, 2010, p. 64-65)

Afinal, qual é o valor de Paraty como patrimônio nacional ou mundial? Que aspectos foram e têm sido valorizados pelo IPHAN na promoção daquela cidade para os brasileiros e para a UNESCO? Entender esse processo é o cerne da dissertação aqui apresentada.

Cabe ressaltar que incide sobre a cidade de Paraty um escopo jurídico de proteção tanto do patrimônio arquitetônico, quanto do meio ambiente que não se restringe a atuação do IPHAN, oriundos da municipalidade como os códigos de postura e planos diretores, por exemplo, e também da esfera estadual através da atuação do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Mesmo considerado o nível federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não atua isoladamente. O ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade também assume importante papel institucional naquela cidade devido à existência várias áreas naturais protegidas.

No entanto, reconhecendo a complexidade do processo de patrimonialização de uma cidade, especialmente o caso de Paraty – marcado por delimitações de novos perímetros tombados, pressões relativas à urbanização, articulações diversas entre diferentes estâncias de governo, e atores da sociedade local, e, ainda, as atuais tentativas de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, assumimos como recorte analítico exclusivamente a atuação que o IPHAN teve sobre a cidade em questão.

Admitindo ainda a multiplicidade de ações levadas a cabo pela instituição em Paraty, recortamos ainda mais nossa análise em torno de dois movimentos principais: o primeiro que consistiu no processo de tombamento da cidade, ou seja, sua inserção nos Livros do Tombo, no qual novas concepções sobre o patrimônio de um lado, e demandas sociais quanto à preservação do meio ambiente de outro, orientaram expansão da área inicialmente tombada; o segundo refere-se a produção de dossiês de candidatura à patrimônio mundial, no qual o valor patrimonial da cidade vem sendo repensado e discursivamente construído na tentativa de se enquadrar nos critérios da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que define o que é Patrimônio Mundial.

Diante do exposto, o presente trabalho assume como objetivo geral compreender de que forma Paraty foi concebida como um bem patrimonial pela principal instituição brasileira no que diz respeito a preservação do patrimônio cultural.

Entre os objetivos específicos estão (a) discutir as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em sua relação com a memória e a identidade, situando sua gênese no contexto de consolidação dos estados nacionais; (b) através de análise documental, apresentar como a cidade de Paraty teve, gradualmente, um maior nível de proteção incidente sobre o seu acervo patrimonial e sobre a natureza local; (c) contextualizar as inserções de Paraty nos Livros do Tombo, em relação aos debates travados dentro e fora da instituição, com relação à preservação do patrimônio edificado e do patrimônio natural; (d) compreender o processo de candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial a partir da análise dos dossiês apresentados.

Diante do tema da pesquisa, brevemente exposto, temos que algumas das questões que guiaram todo o trabalho foram: a) Que critérios e demandas sociais orientaram os tombamentos individuais e coletivos realizados na cidade de Paraty? b) Por que o tombamento do patrimônio da cidade foi relativamente tardio? Em quais contextos institucionais e intelectuais Paraty adquire relevância a ponto de ter toda a sua extensão municipal inscrita em dois Livros do Tombo? c) Ao longo das diversas etapas de patrimonialização da cidade de Paraty – que vão desde sua inscrição como Monumento Estadual até as suas mais recentes candidaturas à chancela de Patrimônio Mundial, quais foram as suas características mais valorizadas? Mais recentemente, quais valores da cidade vêm sendo enaltecidos nos dossiês de candidatura? d) Quais ressalvas a Unesco tem feito com relação à inserção de Paraty na Lista do Patrimônio Mundial? Como IPHAN tenta enquadrar, hoje, a cidade nesta lista?

O patrimônio cultural é um tema que pode ser pensado e discutido a partir de várias perspectivas caras à geografia. A sua dimensão econômica permite a discussão sobre seu caráter utilitário para a denominada indústria do turismo e sobre sua posição como fator locacional para atividades ligadas a esse setor, que envolvem diretamente o consumo do espaço. Pela abordagem da geografia política a análise das políticas de preservação do patrimônio permitem compreender como diferentes atores em contextos distintos buscam criar imagens e representações e, ainda, como o escopo legislativo, através de suas normativas atua como ordenador do desenvolvimento urbano em sítios tombados.

A geografia histórica e a geografia cultural também são campos que beneficiam-se ao incorporar o patrimônio em suas agendas temáticas. No caso da primeira, admitindo os centros históricos, por exemplo, como rugosidades que ajudam a compreender uma organização espacial pretérita e, para a geografia cultural, servindo como pano de fundo para discussões sobre pós-modernidade, identidade, multiculturalismo e hegemonia. Em *A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy*, Graham (2000, p. 4) pontua que:

In the first instance, heritage is inherently a spatial phenomenon. **All heritage occurs somewhere and the relationship between a heritage object, building, association or idea and its place may be important in a number of ways.** (...) Second, heritage is of fundamental importance to the interests of contemporary cultural and historical geography, which focus on signification, representation and the crucial issue of identity. Places are distinguished from each other by many attributes that contribute to their identity and to the identification of individuals and groups within them. Heritage is one of these attributes² (grifo nosso).

Embora sejam muitas as possibilidades de abordar geograficamente o patrimônio sob diferentes perspectivas, observa-se que a contribuição dada pelos geógrafos às temáticas atinentes ao patrimônio ainda pode ser considerada modesta. Visando a superação desta lacuna, pretende-se aqui, através do prisma de uma geografia política contemporânea, ampliar a agenda temática da disciplina incorporando às políticas públicas de preservação como principal foco de análise, admitindo que estas se materializam no território de forma bastante seletiva, elegendo locais específicos a serem preservados em função de um determinado valor que lhes é imputado. A relação com a geografia consiste na análise das representações e imagens que incidem sobre o território, tendo como principal elemento discursivo o patrimônio cultural.

A operacionalização da pesquisa se deu em algumas etapas. A primeira delas consistiu em uma revisão bibliográfica sobre temas e conceitos básicos que estruturam a discussão teórico-conceitual aqui compreendida. Produções de narrativas e discursos, as políticas públicas de patrimonialização, no plano nacional e internacional, os conceitos de patrimônio, memória e identidade, bem como a associação entre nacionalismo e políticas públicas de preservação do patrimônio.

² Antes de mais nada, o patrimônio é inerentemente um fenômeno espacial. Todo patrimônio ocorre em algum lugar e a relação entre um objeto patrimonial, edifício, associação ou ideia e o seu lugar pode ser importante de várias maneiras. (...) Em segundo lugar, o patrimônio é de fundamental importância para os interesses da geografia cultural e histórica contemporânea, com foco na representação, nos significados e na questão crucial da identidade. Locais são distinguidos uns dos outros por vários atributos que contribuem para a sua identidade e para a identificação de indivíduos e grupos dentro deles. O patrimônio é um desses atributos. (Graham, 2000, p. 4, Tradução nossa).

Quanto ao estudo de caso adotado, partimos do conceito de posição geográfica para contextualizar a importância que Paraty assumiu em diferentes momentos. Sua localização (entre Rio de Janeiro e São Paulo, cortada por uma rodovia) é aspecto recorrentemente citado nos textos oficiais com relação à cidade. Procuramos também destacar alguns aspectos da evolução urbana da cidade, sobretudo na segunda metade do século XX, quando a preocupação com o desmatamento da vegetação local, no caso a Mata Atlântica, e o surgimento de novas construções ganharam espaço. Discutir brevemente estes aspectos nos pareceu mais pertinente do que esboçar um histórico do município ou da região.

Outro segmento da revisão bibliográfica é aquele relacionado à hierarquia não-oficial nos Livros do Tombo apontada por CHUVA (2009), ao uso do termo *paisagístico* em alguns tombamentos de acordo com Ribeiro (2007), ao início da atividade turística em Paraty (LEAL, 2008; PARENT, 1968), ao processo de urbanização em relação à preservação do patrimônio (AGUIAR, 2006), dentre outros autores.

Na segunda etapa realizamos a análise documental das etapas de patrimonialização referentes ao município de Paraty. Para tanto analisamos o Processo 0563-T-57 no Arquivo Central do IPHAN, que está subordinado ao DAF/COPEDOC do instituto e onde é possível acessar os originais de decretos mais antigos. Aos processos estão anexadas várias cartas, recortes de jornais, reportagens, minutas. Parte deste conteúdo foi transcrito no Capítulo 2. Com a análise destes dados primários, foi possível compreender algumas motivações valorativas que orientaram a definição de níveis de proteção cada vez maiores sobre a cidade, culminando no tombamento integral do município. Foi possível entrar em contato, com os discursos oficiais de atribuição de valor relativos à Paraty.

Trabalhamos ainda com as informações presentes no INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos) de Paraty³, realizado pelo IPHAN em parceria com o Senado Federal, que nos auxiliaram, sobretudo, na compreensão dos tombamentos individuais da cidade – a saber: quatro igrejas, um forte e uma casa de fazenda.

³ O INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos) traz informações e dados históricos, arquitetônicos e sócio-econômicos que ajudam a compreender o conteúdo patrimonial das cidades nos quais são realizados. Em 2007, foi redigido o de Paraty.

Além disso, foi realizada uma entrevista com arquiteta Isabelle Cury, importante estudiosa sobre a evolução urbana de Paraty e que tem participado ativamente das candidaturas daquela cidade apresentadas pelo IPHAN à Unesco para a obtenção do título de Patrimônio Mundial. Durante a entrevista foi possível elucidar diversos questionamentos e obter documentos cruciais para a terceira parte do trabalho: os dossiês das candidaturas “Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem” de 2007 e o mais recente “Paraty: Cultura e Natureza” de 2011. A pesquisadora disponibilizou também alguns pareceres que esclarecem as ressalvas da Unesco em inserir a cidade na sua Lista de Patrimônio Mundial

Por fim, procedemos a sistematização das informações, a redação do texto e uma breve análise comparativa entre os dossiês de Paraty, assumindo como recorte analítico os critérios utilizados em uma e outra candidatura.

**CAPÍTULO I – PARA PENSAR PATRIMÔNIO:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
PRESERVAÇÃO NO BRASIL**

No primeiro capítulo aqui apresentado problematizamos a visão muitas vezes naturalizada do patrimônio cultural, como se este fosse portador de um valor *a priori*, ontológico, e não fruto de uma atribuição gerada, sobretudo, pelos técnicos dos órgãos ligados à preservação. Neste sentido, situamos a origem da preocupação em resguardar sistematicamente elementos que expressariam valores importantes para uma comunidade na França revolucionária do final do século XVIII conforme Chuva (2009). Àquele contexto está associado o surgimento da ideia de nação, patriotismo e do próprio Estado-nação moderno.

A seleção dos bens que compõe o patrimônio cultural tem, dentre outras, a finalidade conferir materialidade aos discursos produzidos sobre um povo e sobre um território a ele associado. Assim, alguns mecanismos e agências foram criados no intuito de definirem o que seria merecedor ou não de preservação e proteção legal. Ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, essas políticas de memória por vezes acabam por privilegiar certos grupos colocando-os em evidência, enquanto silencia e marginaliza processos e elementos cruciais para a manutenção e reprodução de outros grupos – que se inserem de forma subalternizada nas historiografias oficiais. Diante deste fato, buscamos pontuar também ao longo do capítulo a relação entre patrimônio, identidade e memória.

Em seguida, passamos a discutir como a questão foi pensada no Brasil, onde, curiosamente, os diálogos sobre a preservação do patrimônio cultural encontraram maior ressonância justamente no movimento modernista. A situação, considerada por muitos paradoxal e sem par em outros países, definiu os rumos da prática preservacionista brasileira que foi marcada pela predominância de dois estilos arquitetônicos bastante diversos: o barroco mineiro e o modernista. O contexto político e institucional no qual é criado o principal órgão brasileiro de preservação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é não menos intrigante: intelectuais, como Mário de Andrade, a serviço do governo centralizador e ditatorial de Getúlio Vargas à época do Estado Novo.

Pontuamos ainda outro aspecto peculiar das políticas de preservação do patrimônio cultural, o destaque para conjuntos urbanos bastante extensos, correntemente designados como “cidades históricas”. No contexto nacional, uma série de sítios foram considerados merecedores de preservação integral pelo valor artístico e estético dos quais eram portadores, sendo o estado de Minas Gerais o que abriga o maior número

destas cidades-monumentos. Com o passar dos anos e assimilação de novos pressupostos o corpo técnico do IPHAN passou a valorizar outros contextos urbanos que, mesmo descaracterizados, ajudavam a compreender períodos e processos importantes para a história brasileira, foi o período no qual as cidades-documento se tornaram alvo da preservação (SANT'ANNA, 1995).

A importância atribuída a cidades, consideradas em sua totalidade um patrimônio, é ao mesmo tempo uma singularidade da prática preservacionista nacional e um desafio às autoridades responsáveis pela gestão dessas áreas urbanas patrimônio, conforme Sant'anna (1995). Considerando os imperativos da urbanização, sobretudo aquela ocorrida no Brasil, típica dos países de industrialização tardia, e o notável apelo turístico que essas cidades obtiveram nas últimas décadas, temos um quadro complexo e delicado que requer uma análise atenta sobre como aliar gestão, preservação e desenvolvimento nas “cidades históricas” brasileiras. Estes são alguns pontos abordados neste capítulo.

1.1 - O patrimônio: discursos e imagens

A noção de patrimônio reside no imaginário coletivo de forma bastante naturalizada. No entanto, esta percepção é uma construção social engendrada ao longo do tempo e sua gênese remonta o final do século XVIII, momento marcado por um evento de suma importância na História Moderna, a Revolução Francesa. Foi naquele contexto que se reconheceu a importância de se preservar alguns bens do furor revolucionário, que tomava de assalto propriedades vinculadas à elite e à Igreja – tais como edificações, estátuas, coleções particulares diversas, dentre outros.

As origens da noção de patrimônio remontam à França revolucionária, época em que a ideia de nação era sentida como algo completamente novo, significando grandes rupturas com a visão do mundo existente (CHUVA, 2009, p.46).

Segundo Hobsbawm e Ranger (2006), a Revolução praticamente criou os termos “nação” e “patriotismo”. E “o povo” identificado com “a nação” era um conceito revolucionário. De forma inédita, foi instaurado um verdadeiro projeto de Estado-nação e logo ficou patente a necessidade de criar uma narrativa que costurasse os laços de solidariedade daquela comunidade imaginada (Anderson, 2008). Houve, assim, um primeiro esforço de seleção e preservação de elementos materiais que fundamentariam uma narrativa para um povo francês, forjando um sentimento de unidade nacional que aos poucos se delinearía.

A um só tempo, o patrimônio é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da “identidade nacional”, assim como confere subjetividade à nação por meio da sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc. (CHUVA, 2009, p.44)

Hobsbawn (1962) argumenta ainda que naquele momento “se a economia do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. De fato, aquele foi o momento histórico em que se observou o surgimento de boa parte dos estados nacionais, tanto na Europa, onde diversos reinos se unificaram em torno de poderes centrais, quanto nas Américas, onde as ex-colônias europeias tornaram-se países independentes configurando o atual recorte político do continente.

Neste sentido, diversos símbolos foram (re)criados, personagens da historiografia tradicional foram transformados em heróis nacionais e tradições foram resgatadas ou inventadas. Hobsbawn e Ranger (2006) designam como “genuínas” certas práticas e tradições de determinadas comunidades. Tradições estas que podem ser recriadas e incorporadas a projetos político-ideológicos específicos, transformando-se em tradições inventadas. Trata-se, portanto de um processo mais ou menos deliberado visando forjar uma trajetória comum, diacrônica e naturalizar relações de pertencimento.

As nações, conforme sua formulação no século XIX, são concepções recentes nas quais a existência de um grupo social está indubitavelmente associada a um território. Muitas dimensões frequentemente associadas à ideia de nação e por vezes tidas como naturais – como, por exemplo, a língua nacional – resultam, na verdade, de lentos processos de construção, seleção e afirmação de afinidades referidas a um bem cultural específico. As identidades nacionais são mutáveis e processuais. (DAOU, 2001, p.133)

Dentre os diversos símbolos criados e valorizados no intuito de construir uma nação temos que os chamados patrimônios nacionais têm um papel de destaque na composição destas novas comunidades políticas. Neste sentido, a “nação e patrimônio são noções historicamente forjadas e que, associadas, compõem a noção de patrimônio nacional. A sua constituição é parte do processo de formação do Estado. (CHUVA, 2011, p.40)

O patrimônio se constitui como elemento fundamental para a ideia de nação, na medida em que alguns elementos são selecionados como caros à memória coletiva, sendo, portanto passíveis de preservação. Desta maneira, temos que os bens patrimoniais, sejam eles coleções, monumentos ou sítios urbanos, não possuem um

valor ontológico. Antes, passam necessariamente por uma atribuição de valor, como pontua Fonseca.

[...] o que denominamos patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio, o que acarreta a ressemantização do bem e leva a alteração no seu sistema de valores. (FONSECA, 2005, p.41)

Portanto, um patrimônio é, com efeito, uma construção, na qual um bem, independente de sua natureza (casario, monumento isolado, coleção etc.) é pinçado de seus pares, é eleito dentre outros bens relativamente similares, como sendo exemplar e excepcional, a partir de critérios específicos, previamente definidos no interior dos órgãos de preservação. Mais do que os valores e a visão de mundo das elites políticas e intelectuais, tais critérios expressam projetos de nação e nacionalidade específicos. No Brasil, pelo menos em um primeiro momento, o critério capital foi o arquitetônico e a primazia da arte barroca, como será discutido mais adiante.

Os estados nacionais tiveram que produzir ao longo século XIX e consolidar ao longo do século XX todo um aparato institucional que lhes conferisse legitimidade e governabilidade. Ministérios, departamentos e repartições públicas foram criados, assim como marcos regulatórios e dispositivos jurídicos foram delineados culminando na redação das Constituições nacionais.

Várias disciplinas e ramos do conhecimento também se institucionalizaram após 1850 e as universidades, museus e a própria escola básica foram acionadas no intuito apregoar certos valores e toda uma historiografia vista por cima. Moraes (2005) aponta, como exemplo, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. Segundo o autor esta instituição tinha em sua pauta de atuação a elaboração da história e da geografia do Brasil, a serem construídas segundo os padrões de excelência vigentes nos centros europeus, demonstrando a envergadura do Estado brasileiro, então monárquico. Esta foi apenas uma das muitas instituições criadas no período. Moraes pontua que

[...] as nações são construções culturais e políticas razoavelmente recentes. São construções simbólicas (“comunidades imaginadas”, na consagrada expressão de Benedict Anderson) que impulsionam projetos políticos práticos, como o do estabelecimento de seu espaço e da criação de estruturas de poder para sua manutenção e gestão. (MORAES, 2006, p58)

Um destes mecanismos de gestão são aqueles destinados a criar imagens, discursos e representações sobre o território, costurando assim as relações de pertencimento e legitimando relações de poder no seio da sociedade. Neste sentido, o

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN criado em 1937 se insere como um órgão fundamental na produção de imagens sobre a nação brasileira. Anderson (1984) destaca que o processo de produção de logomarcas de uma nação corrobora o sentimento de pertencimento nacional. Os bens patrimoniais integram o rol destas logomarcas concorrendo para o sentimento de coesão e de pertencimento.

As autoimagens da nação, recorrentes em qualquer parte do mundo ocidental, são representações construídas e reconstruídas, reproduzidas e multiplicadas, reafirmadas, permanentemente, por infinitas redes de agentes e agências de poder, com base em inúmeras frentes temáticas e em diferentes suportes materiais capazes de fazê-las circular, divulgando-as e vulgarizando-as como se pudessem espelhar o próprio real. (CHUVA, 2009, p.59)

Gradativamente, as *imagens da nação* passam a residir na memória coletiva. Diversos elementos como bandeiras, fotografias, pinturas, produções cartográficas passaram a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos – sendo que a escola, neste sentido, assume um papel de difusora de práticas, de valores e destes ícones. E, como pontua Chuva, supracitada, infinitas redes de agentes e agências de poder fazem com estas imagens e representações circulem e se popularizem: o já mencionado sistema escolar, museus, centros culturais, a produção literária, os órgãos de preservação por mecanismos diversos e a própria mídia conferem visibilidade aos elementos culturais, entre eles o patrimônio.

O patrimônio cultural contribuiu para a produção de iconografias que são como um conjunto de símbolos variados, materiais ou abstratos, que exprimem as crenças e os valores de uma coletividade, e que revelam uma organização simbólica, seja a partir de suas dimensões socioculturais ou daquelas orientadas pela ideologia oficial. (BERDOULAY e PAES, 2008, p.34)

Fica patente, assim, a relação intrínseca entre patrimônio e identidade, aqui admitida como fruto de uma construção subjetiva que resulta no reconhecimento de si e de seu grupo, frente ao (s) outro(s) sendo, portanto, a noção de alteridade inerente ao processo de constituição identitária. Esta construção se faz por meio de discursos, representações e símbolos. Cabe ponderar que a identidade é eminentemente social, mas não necessariamente territorial. Haesbaert (1999) exemplifica com a identidade de gênero o fato de que algumas identidades não precisam de uma alusão direta a um determinado território.

Segundo este autor o que caracteriza uma identidade como territorial é o fato de “um dos aspectos fundamentais para sua estruturação estar na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto.” Parte constituinte da identidade,

a memória coletiva é, na identidade territorial, frequentemente referenciada por elementos presentes no espaço:

Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre à dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, **tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais.**” (Haesbaert, 1999, p.172, grifo nosso)

Outro ponto destacado por Haesbaert é a multiescalaridade da identidade. As relações de pertencimento podem estar relacionadas, por exemplo, a um bairro, uma cidade, a um país e, em última análise, ao mundo ou a humanidade, sentimento corroborado pela existência dos patrimônios mundiais, chancelados pela UNESCO. Haesbaert destaca o papel do patrimônio material como um referente importante na construção e fortalecimento de identidades territoriais, pois ele está intimamente ligado à memória coletiva e legitima os discursos sobre o território. Ao analisarmos os símbolos de uma nação e seus respectivos significados, constatamos a imbricação/relacionamento entre patrimônio e identidade territorial.

O patrimônio está relacionado não apenas à questão crucial da identidade, mas também à memória. A relação complexa que se estabelece nessa tríade só pode ser compreendida no bojo das disputas ideológicas presentes no campo político de qualquer sociedade. Definir os bens que podem ou não integrar o acervo patrimonial de uma nação é parte de um projeto de afirmação de um grupo sobre outros.

A memória materializada nos “lugares de memória” é uma fonte inesgotável de ressemantização do espaço público, de reorganização dos territórios e de conflitos de interpretação na seleção do que virá a ser patrimonializado (BERDOULAY, 2008, *apud.* BERDOULAY e PAES, 2008, p.34)

Patrimonializar é conceber a necessidade de preservar algo que expressa os valores e a história de um povo. Como sempre há lacunas, silêncios e incoerências na historiografia tradicional, devido à valorização de alguns grupos em detrimento de outros, o rol dos bens patrimoniais acaba por expressar as estruturas de poder da sociedade como um todo. Não por acaso, o patrimônio cultural brasileiro alude a uma sociedade católica, branca e colonial portuguesa.

No entanto, como será discutido adiante, as políticas públicas de preservação no Brasil e no mundo, passaram por drásticas transformações, sobretudo a partir dos anos 1980. Cada vez mais o patrimônio se distancia de seu caráter impositivo – uma vez que é estabelecido pelos técnicos dos órgãos de preservação, geralmente, sem uma discussão

aberta. Hoje, ele se investe de um significado novo, sendo enxergado por muitos como um novo dispositivo de promoção da cidadania. Ao invés de imposto, ele passou a ser reivindicado por um número cada vez maior de grupos que desejam ter suas práticas culturais reconhecidas e valorizadas, com implicações sobre a memória e a identidade de diversas sociedades.

1.2 - Aspectos da preservação do patrimônio cultural brasileiro

Dois pontos são muito relevantes na conjuntura brasileira do início do século XX: na cultura o movimento modernista; e na política a Revolução de 30, culminando na instauração do Estado Novo. Para Fonseca é à luz destes dois fatores que torna-se possível compreender a criação do órgão que, no Brasil, se confunde até hoje com própria ideia de patrimônio – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴.

Os modernistas não compunham um bloco coeso, no entanto, algumas preocupações eram comuns aos intelectuais e artistas de diversos segmentos que integravam este movimento. Entre elas estavam o “reconhecimento” das matrizes da nacionalidade brasileira e a preservação de elementos materiais que registravam os vestígios da nossa história. Para Gonçalves, este reconhecimento era, na verdade, uma tentativa por parte destes intelectuais de “autenticar” sua visão sobre o país e aquilo que acreditavam ser a identidade brasileira. A preservação do patrimônio cultural também se inseria em um projeto político e ideológico nacionalista levado a cabo pelas novas elites de bases urbanas que aos poucos se consolidava.

Aqueles intelectuais identificados com o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas. (GONÇALVES, 1996, p.41)

Embora do ponto de vista institucional alguns passos já tivessem sido dados na direção de proteger monumentos e objetos de valor histórico e artístico, como a criação de museus nacionais, muitos vestígios do passado estavam sendo furtados ou deteriorados pela ação do tempo. Este quadro fez com que, já nos anos 20, surgisse a temática da preservação dos bens culturais nos debates travados pela elite intelectual e política do Brasil de então.

⁴ O IPHAN recebeu diversas denominações, entre elas Serviço e Departamento (cujas siglas eram, respectivamente, SPHAN e DPHAN). No intuito de evitar confusões desnecessárias utilizaremos o nome atual do órgão, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um “tesouro” da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa (FONSECA, 2005, p.81)

Inicialmente, a preocupação se concentrou entorno daqueles conjuntos urbanos ou construções isoladas que testemunhavam, sobretudo, o período colonial brasileiro. A primazia dada às cidades enquanto patrimônio cultural do país, que será mais discutida a seguir, deve-se em grande parte a formação do corpo técnico do então SPHAN, composto majoritariamente por arquitetos que, em função de sua formação profissional, procuraram identificar nos elementos construídos, materiais, as bases da nacionalidade brasileira.

A arquitetura do período colonial foi escolhida como representativa das origens da nação. As raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas, foram bastante valorizadas por meio dos tombamentos. (CHUVA, 2011, p.44)

Os arquitetos do IPHAN ou “arquitetos da memória” – para utilizar a expressão utilizada por Chuva⁵ - sob a égide dos anseios preservacionistas selecionaram dois estilos arquitetônicos bastante distintos: o modernista, ao qual muitos deles estavam vinculados, e que segundo suas concepções era a expressão de um país moderno, voltado para o futuro; e o barroco, sobretudo aquele encontrado em Minas, que seria a expressão do gênio criativo nacional.

A afirmação da origem “colonial” da nação foi consagrada e canonizada. A arquitetura daria materialidade à nação. Naquele contexto, seria esta a função primordial do SPHAN e da preservação do patrimônio cultural: fazer crer a todos os brasileiros que a nação existia e que sua identidade se expressava por meio desses bens arquitetônicos e artísticos. (CHUVA, 2011, p.46)

O argumento utilizado pelo quadro técnico do IPHAN para tal seleção era a de que o barroco português ao ser trazido para o Brasil teria adquirido contornos e uma estética singulares, frutos do gênio criativo dos artistas brasileiros. Esse barroco apropriado e adaptado teria sua expressão máxima no estado de Minas Gerais, onde diversas “cidades históricas” aludiam ao período áureo do Brasil Colônia, repletas de construções do século XVIII. No entanto, gradativamente, o IPHAN passa a valorizar conjuntos mais modestos e de arquitetura trivial, incorporando em parte pressupostos de discussões travadas no plano internacional.

⁵ CHUVA, M. R. R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

[...] a partir dos anos 60, a cidade patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de ‘cidade história’. Aos antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. (SANT’ANNA, 1995, p.170)

O fato de o IPHAN ter se aberto para novas visões sobre o patrimônio, não significou que as antigas visões tenham sido abandonadas. Diferentes olhares sobre o que deveria ser patrimonializado passaram a coexistir no seio da instituição.

O SPHAN buscou identificar a “porção construída” do Brasil e, dessa forma, ajudou a “edificar” uma nação, podendo-se destacar este como um dos papéis essenciais representado pela implantação paulatina de uma rede de representações regionais da administração pública federal, constituindo amplas teias de relações, que palmilharam o território instituindo representações do poder central no interior das redes locais ainda dispersas e desconectadas. (CHUVA, 2009, p.61-62)

Apesar das dificuldades enfrentadas em termos de quantidade de pessoal e de recursos, o órgão procurou se expandir e estar presentes em várias partes do país. A partir do *know how* acumulado, foi responsável inclusive pelo fomento à criação de outras agências ligadas a preservação do patrimônio cultural em outras estâncias do poder público, a estadual e a municipal.

1.3 - A cidade como patrimônio

Ao selecionar, valorizar e preservar alguns bens que supostamente expressam os valores e a história de um povo, as instituições voltadas para a elaboração de políticas públicas de patrimônio compõem sólidos quadros de referência cultural e identitária para uma sociedade, acabando por costurar certo sentimento de solidariedade. Estrutura-se através da valorização de alguns elementos, e em detrimento de outros, um discurso coerente de modo a legitimar um determinado projeto de coletividade.

Os chamados “discursos do patrimônio cultural”, presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. (GONÇALVES, 2002, p.110)

Seguindo esta lógica, temos que bens móveis (coleções, vestes), equipamentos urbanos (chafarizes, bicas, pontes) e imóveis (casas, prédios, monumentos), foram alguns dos tipos de bens mais recorrentes na tentativa de construção de discursos sobre o nacional, sobretudo considerando-se países europeus no século XIX. Aqui, outra singularidade da prática preservacionista brasileira – além da atuação do movimento modernista na criação de um órgão de patrimônio, fica patente: a prevalência dos

conjuntos urbanos. Deriva daí o fato de a ideia de patrimônio no Brasil, praticamente, se confundir com a de “cidade histórica”. Através da primazia da cidade como principal tipo de bem tombado, a imagem da nação foi apropriada como ideia de patrimônio *lato sensu*, ou seja, não são problematizados pelo cidadão comum quais foram os critérios que levaram às atribuições de valor imputadas às cidades históricas brasileiras, havendo assim uma naturalização do conceito de patrimônio (MOTTA, 2002).

A visão esteticista em nossas políticas públicas de patrimônio, que remonta a fase heróica, tem repercussões ainda hoje nas práticas institucionais, no acervo patrimonial e no imaginário coletivo. Assim, o patrimônio permanece muito próximo a noção de belo e colonial, pouco sendo considerada a dimensão documental das cidades históricas contribuindo para uma visão muitas vezes empobrecedora sobre o patrimônio cultural, como pontua Motta:

As noções contemporâneas relativas à diversidade cultural, aos múltiplos significados que os objetos contêm como referências das comunidades, assim como à historicidade urbana e ao seu como documento que deve informar sobre a história, ficam comprometidas com a imagem construída pelo trabalho inicial de preservação. (MOTTA, 2002, p.132).

Para Sant’Anna, ainda no século XIX, o surgimento da “área urbana patrimônio” se dá de forma subsidiária à preservação de monumentos isolados. A preservação destes requeria a manutenção de áreas de entorno. Neste sentido, a questão crucial era a ambiência de um determinado bem e das relações que lhe dotavam de simbolismo. As áreas urbanas também seriam alvo de reflexões mais contundentes em meados daquele século com as discussões sobre a cidade levadas a cabo por urbanistas e higienistas. A concepção de fragmentos urbanos antigos como patrimônio tornar-se-ia algo concreto no início do século XX. A própria oposição de Ruskin e Morris às reformas hausmannianas, no contexto francês, expressam, segundo a autora, um movimento de rejeição ao novo modo de urbanização, valendo-se do discurso dominante que colocava as estruturas urbanas antigas como detentoras de valores culturais. (SANT’ANNA, 1995).

No Brasil, o processo de formação das cidades remonta o período colonial, quando o baixo nível de complexidade social e de atividades desenvolvidas não eram suficientes para forjar malhas urbanas altamente diferenciadas. Nos países europeus, ao contrário, algumas aglomerações datam do período medieval, o que as leva a apresentar uma maior densidade histórica, resultando em extratos temporais mais nítidos.

O conceito de centro histórico nasceu na Europa para definir aquela parte da cidade onde esta surgiu e que se consolidou até o início da era moderna, sendo delimitada pelas suas muralhas do final da Idade Média e da Renascença. Será esta porção da cidade objeto das políticas de preservação urbana da Itália, França, Espanha, Portugal entre outros países europeus. (PESSOA, 2011, p.56)

Portanto, a concepção da “área urbana patrimônio” é diferenciada nos contextos europeu e brasileiro – e, pensando de forma mais abrangente, latino-americano. Enquanto no Velho Mundo buscou-se preservar as cidadelas intramuros em traçado medieval, claramente definidas, no Brasil os tombamentos das áreas conhecidas hoje como “cidades históricas” são marcados pela imprecisão no que se refere aos perímetros e a terminologia empregada⁶. Aqui

O tombamento [de cidades inteiras] visava proteger a cidade em si, formada pelo seu conjunto de edificações, as monumentais e as mais simples, e o seu particular traçado urbano. Era o cenário urbano de ruas, largos, praças, considerado pelo grande valor artístico e por sua capacidade evocativa da cidade barroca brasileira do final do século XVIII. (PESSOA, 2011:53)

A narrativa que legitimava e costurava a narrativa patrimonial brasileira se sustentava no binômio modernismo-barroco. Como já referido no item anterior, as cidades barrocas mineiras foram, juntamente com as obras modernistas, eleitas como sendo a representação máxima de uma pretensa “brasilidade” e do gênio criativo nacional. O trato efetivo com o patrimônio urbano foi concomitante à institucionalização das políticas públicas de patrimônio no Brasil, ou seja, a década de 30, do século passado no contexto político centralizador do Estado Novo.

A efetivação da proteção de áreas urbanas como totalidades só ocorre no início do século XX, ainda numa perspectiva muito semelhante à preservação de monumentos isolados. A incorporação do patrimônio urbano no discurso do urbanismo se dá na década de 30, contemporânea das primeiras leis nacionais que tratam da sua proteção (...) (SANT’ANNA, 1995:34)

Embora ao longo de sua trajetória o IPHAN tenha permanecido atento às discussões travadas no plano internacional, sobretudo, nas ações de órgãos como o ICOMOS e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) nota-se certo grau de autonomia e, mesmo, de originalidade em suas ações na preservação do patrimônio cultural brasileiro. A delimitação de grandes perímetros e, no limite, de cidades inteiras, atesta a vitalidade e o ineditismo de sua atuação.

⁶ Pessoa aponta a imprecisão terminológica do IPHAN, ao tomar os comumente chamados centros históricos: conjunto urbanístico; conjunto arquitetônico e paisagístico; conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico; conjunto arquitetônico e urbanístico; conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico; conjunto urbano-paisagístico.

Essa foi uma opção bastante inovadora na época pois, desde o surgimento no século XIX, em alguns países europeus das diversas legislações de defesa do patrimônio histórico e artístico, que o objeto de proteção havia se concentrado na preservação dos monumentos isolados, não considerando a possibilidade de incluir as cidades e os conjuntos urbanos. (PESSOA, 2011, p. 52)

A exemplo de outros países de industrialização tardia, o Brasil experimentou um processo de urbanização descontínuo, abrupto e por vezes desordenado, neste sentido, o tombamento dos conjuntos urbanos ganham uma conotação ainda mais relevante. Com a abertura de diversas rodovias nos anos 60 e 70, locais até então praticamente alijados dos fluxos de mercadorias e pessoas e relegados ao ostracismo se (re)integraram à cena econômica, política e cultural de suas regiões. Os rebatimentos espaciais nas cidades dinamizadas pela atividade turística experimentaram são de ordem econômica, política, urbana, cultural e demográfica, haja vista o grande número de pessoas que passam a circular e que se fixam nas mesmas: profissionais temporários, turistas em geral, veranistas, donos de segunda residência, empresários, entre outros grupos. Tem-se, portanto, que a população nestas cidades é bastante híbrida no que diz respeito as suas referências culturais e demandas acerca do patrimônio da cidade, havendo no local um tecido social extremamente complexo e fragmentado.

Os anos 60 foram o período em que aconteceram dois importantes episódios relativos ao trato do patrimônio nacional. O primeiro foi a elaboração pela Unesco, órgão internacional de fomento à cultura, das Normas de Quito, (CURY, 2000), que destaca os bens culturais como valores econômicos. Em países como o Brasil, que ao menos à época não tinha condições econômicas para deslocar recursos financeiros para o dispendioso restauro e manutenção dos centros históricos, esta visão mercantilizatória do patrimônio encontrou terreno fértil (AGUIAR, 2008).

O segundo episódio, atrelado ao primeiro, foi a vinda do representante da UNESCO, Michel Parent ao Brasil, no intuito de mapear as potencialidades turísticas e as vulnerabilidades do patrimônio cultural brasileiro⁷. Parent sentiu-se alarmado com os riscos que a urbanização descontrolada apresentava para o patrimônio brasileiro. Muitas cidades cujos acervos arquitetônicos não passaram pelos rígidos critérios estéticos do técnicos do IPHAN, acabaram por apresentar processos de descaracterização ainda maiores devido à pressão urbana (especulação imobiliária, verticalização, incremento do contingente populacional etc).

⁷ Esta expedição será pormenorizada no capítulo a seguir.

Mesmo aquelas cidades cujo acervo arquitetônico não apresenta uniformidade, são muitas vezes portadoras de valores para grupos que ali vivem e ajudam a compreender organizações sociais pretéritas, denotando relações de poder, de trocas, de devoção, dentre outras. Por esse motivo, Motta (2010) pontua que é necessário pensar o caráter documental de nossas cidades superando a visão eminentemente estética vigente quando dos primeiros anos do IPHAN.

É notório que cidades, ou ainda, conjuntos urbanos, representam a maior parte na totalidade do acervo patrimonial brasileiro em virtude dos critérios adotados pelo corpo técnico de nosso principal órgão de preservação, sabidamente, o IPHAN. No entanto, a proteção do ponto de vista jurídico, via tombamento, em muitos casos não se refletiu em políticas efetivas de salvaguarda dos bens patrimoniais⁸. A crônica limitação de recursos e de pessoal fez com que a instituição concentrasse seus esforços em algumas cidades consideradas icônicas daquilo que se queria preservar: o barroco mineiro, daí a proeminência de Ouro Preto, e o modernismo, com Brasília que já “nasce” tombada. Outras cidades apesar de possuírem registros da arquitetura barroca experimentaram processos de urbanização que acabaram por assimilar aos seus conjuntos originais novos estilos arquitetônicos (figura 1)

⁸ São João del Rei integra a lista das primeiras cidades mineiras tombadas (seu tombamento data de 1938), no entanto, por apresentar grande dinamismo econômico no início do século XX, seu conjunto arquitetônico possui inúmeras edificações daquela época, como o Teatro Municipal da cidade. Ao contrário de Ouro Preto, seu acervo patrimonial não representou uma prioridade para o IPHAN o que permitiu uma heterogeneização ainda maior de seu conjunto.



Figura 1: (fonte: Pesquisa de campo, 2013)

A patrimonialização de cidades inteiras representa um desafio à gestão pública dada a complexidade, o dinamismo e as especificidades destas cidades nas quais a articulação entre turismo e patrimônio tem assumido um caráter estruturante na morfologia urbana. Como conciliar os usos da área urbana-patrimônio com as dinâmicas dos bairros contíguos (cujos processos de formação são bastante recentes)? Como aliar preservação à vida coletiva no centro histórico e, ainda, quais as dinâmicas da paisagem daquele local? Paisagem esta entendida como o acúmulo de vários momentos históricos e sobre a qual incidem diferentes demandas, dos moradores, dos turistas, do empresariado, dentre outros atores. Estas e outras questões devem integrar a agenda temática da geografia do patrimônio e dos demais campos disciplinares que têm como foco de investigação a preservação do patrimônio cultural.

A seguir, à luz destas indagações e do referencial teórico aqui exposto, foi empreendida a análise sobre o município de Paraty que, ao lado de Porto Seguro, apresenta a especificidade de ter todo o seu território inscrito em Livros do Tombo. O estudo de caso assumido neste trabalho, apresenta grande dinamismo no que diz respeito às políticas voltadas para a preservação e para a promoção do patrimônio, o que buscamos compreender e problematizar no segundo capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARARATY

Iniciaremos o segundo capítulo apresentando e problematizando a posição geográfica de Paraty. Associada a períodos importantes para a economia do Brasil colonial, a cidade fluminense passou por sucessivos processos de dinamização e de ostracismo comercial. Por se constituir como um acesso para o interior do país foi palco de intensas trocas quando da exploração aurífera e, posteriormente com a necessidade de escoamento da produção de café. A cidade foi um dos vértices da rota conhecida como Caminho do Ouro e seu porto obteve grande importância devido aos bens e insumos que ali circulavam.

O desenvolvimento urbano da cidade foi em grande parte condicionado pelas fases da economia local, bastante oscilante em seus mais de três séculos de existência. O período mais crítico enfrentado por Paraty data da virada do século XIX para o XX. Até meados do século passado verificava-se um esvaziamento populacional, panorama que se alteraria drasticamente a partir dos anos 1960. Neste período, houve um rápido processo de urbanização coincidente com um forte incremento da atividade turística. Procuramos também neste capítulo apresentar em linhas gerais alguns processos urbanos, econômicos e demográficos que lá ocorreram.

A seguir, analisamos de que forma aquela cidade aparece nos Livros do Tombo e em quais livros seus bens estão inscritos. Partindo da contribuição de diferentes autores, que reconhecem uma hierarquia não oficial entre os quatro livros, investigamos quais critérios foram utilizados para o tombamento isolado de edificações da cidade e, posteriormente, do casario como um todo. A preocupação com a vegetação que envolve a cidade aparece como um ponto importante nos arquivos anexados à documentação relativa ao processo de tombamento de todo o município de Paraty, ponto também discutido a seguir.

Por fim, ressaltamos a importância da expedição do perito Michel Parent, enviado da UNESCO ao Brasil, que esteve na cidade no ano de 1966 e que procurou identificar potencialidades turísticas em Paraty. As principais conclusões as quais ele chegou e as considerações que teceu foram trazidas e problematizadas neste capítulo no intuito de compreender como as preocupações relativas ao turismo e à urbanização desregrada nortearam, de certa forma, expansões nos perímetros tombados da cidade.

2.1 - Paraty: caracterização do estudo de caso

O município de Paraty está situado no extremo sul fluminense, na divisa com o estado de São Paulo na região da Baía da Ilha Grande. Seu povoamento por parte dos colonizadores remonta as primeiras décadas do século XVII – momento em que os portugueses iniciaram de forma sistemática o desbravamento do interior do Brasil. Fez parte de Angra dos Reis até o ano de 1667, quando o povoado foi elevado à categoria de vila sob o nome de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty (IPHAN, 2007b).

Atualmente conectada às duas maiores metrópoles brasileiras, (mapa 1) São Paulo e Rio de Janeiro, pela rodovia BR 101 (Rio-Santos), a história e a economia de Paraty são marcadas por momentos nos quais a cidade assumiu grande relevância no contexto regional e, mesmo nacional, alternando períodos de retração econômica. Boa parte dos processos que ocorreram na cidade pode ser compreendida pela posição que esta assumiu quanto à circulação de mercadorias e pessoas (NASCIMENTO, 2004). Nos momentos em que caminhos que passavam por Paraty se tornaram cruciais para a economia do Brasil Colônia, a cidade experimentou o desenvolvimento compatível com o de importantes entrepostos comerciais da época. Quando rotas alternativas passavam a ser utilizadas havia momentos de estagnação.

Para Corrêa (2004) “a localização relativa ou posição geográfica refere-se à situação locacional de uma cidade face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas”. No intuito de entender aspectos fundiários, demográficos e culturais de Paraty é indispensável apreender a sua relação com outros locais, ou seja, a posição geográfica que assumiu em diferentes contextos – posição que para George (1961) é “uma noção de valor relativo que se exprime em função dos fatores circunstanciais”. Em determinadas conjunturas algumas localidades assumem maior centralidade do que outras.



Mapa 1: Localização geográfica do município de Paraty, no contexto da Rodovia BR-101. DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Shape da BR 101 (Rodovia Rio-Santos). Escala: 1:450.000. Elaboração própria

O primeiro momento em que a posição geográfica de Paraty se torna estratégica e vantajosa para a Coroa Portuguesa foi em meados do século XVII, quando os colonos sentem a necessidade de saírem das planícies litorâneas em direção ao interior e, quando, posteriormente, houve a descoberta de reservas auríferas em Minas Gerais. As trilhas abertas pelos índios goianás, primeiros habitantes da baía da Ilha Grande, foram apropriadas pelos portugueses – dando origem a Estrada do Facão, ou Caminho Velho do Ouro. Este caminho marítimo-terrestre tinha como um dos vértices Paraty e, por décadas, se constituiu como a melhor ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Houve um incremento populacional na cidade e o desenvolvimento da agricultura com vistas ao abastecimento interno e da população de Minas Gerais que cresceu de forma exorbitante. Foi construído o sistema de fortificação da baía de Paraty para resguardar o ouro que ali circulava e, nas primeiras décadas do século XVIII a cidade se desenvolveu de forma significativa: foram criados prédios públicos, largos, praças, bem como igrejas e templos religiosos que funcionavam como balizadores do desenvolvimento urbano e atraíam mais pessoas (CURY, 2002; NASCIMENTO, 2004).

Na primeira metade do século XVIII, a constante utilização da Estrada do Facão levou a Vila a obter grande desenvolvimento; entretanto, a abertura da estrada da serra dos Órgãos, em princípios do século, por Garcia Roriz e posteriormente, o caminho novo fazendo a ligação terrestre entre Rio e São Paulo, fizeram com que o escoamento do ouro das Minas Gerais se dirigisse direto para a cidade do Rio de Janeiro, sem se utilizar da via marítima. (CURY, 2002, p.117).

Ainda segundo esta autora, a abertura do Caminho Novo do Ouro fez com que se esboçasse uma crise em Paraty no transcurso do século XVIII, quando se deu a centralização do abastecimento das Minas pelo porto do Rio de Janeiro. Os prejuízos gerados pelo desvio da circulação aurífera foram em parte mitigados pela produção de gêneros de primeira necessidade para a região de Minas Gerais, cujo povoamento já se encontrava consolidado, e para a cidade do Rio de Janeiro, promovida a sede do novo Vice-Reinado, em 1763 (CURY, 2002). E foi justamente a proeminência de um gênero agrícola que fez com que a cidade retomasse sua relevância econômica e logística no contexto regional.

O Caminho Velho somente voltaria a ser percorrido de forma intensa nas primeiras décadas do século XIX, quando o café passou a ser produzido em grande escala nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (NASCIMENTO, 2004, p.50)

No início do século XIX, a produção cafeeira aqueceu a economia brasileira e houve a necessidade de se pensar rotas que ligassem as regiões produtoras aos portos, para a exportação. Assim, “as ligações com as vilas litorâneas irão se intensificar. Os caminhos da serra serão reapropriados e pavimentados, e os portos marítimos utilizados para escoar a produção em direção à cidade do Rio de Janeiro” (CURY, 2002, p.139). Entretanto, a importância comercial da cidade foi novamente afetada com a abertura de estrada de ferro D. Pedro II em 1870, ligando o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro, ficando mais rápido, seguro e barato o transporte do café através da ferrovia do que o caminho terrestre-marítimo por Paraty.

A partir do início do século XX ocorreu êxodo populacional, especialmente de homens à procura de trabalho nas cidades vizinhas. Enquanto o país apresentava crescimento demográfico, a população paratiense experimentou decréscimo de 13% de sua população no intervalo entre 1890-1950 (gráfico 1). Os estabelecimentos comerciais fecharam e viraram residências. Diversas construções abandonadas ruíram por falta de manutenção. O acesso à Paraty, tanto de pessoas, como de mercadorias, era feito pelos barcos. O isolamento geográfico e econômico permitiu a cidade manter suas características não apenas arquitetônicas, verificada no seu centro histórico, mas

também culturais expressas nas procissões religiosas, nas comidas típicas, nos remédios caseiros a base de ervas e nas produções artesanais de canoas, balaios, bonecas, colchas e redes de pesca (IPHAN, 2007b).

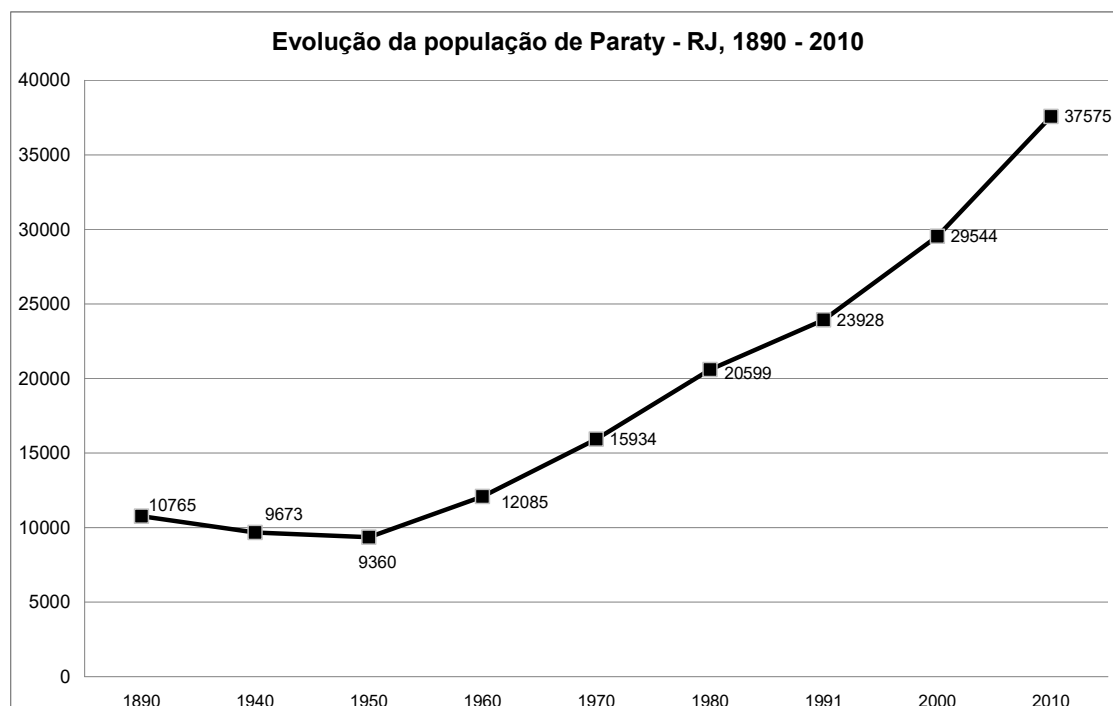
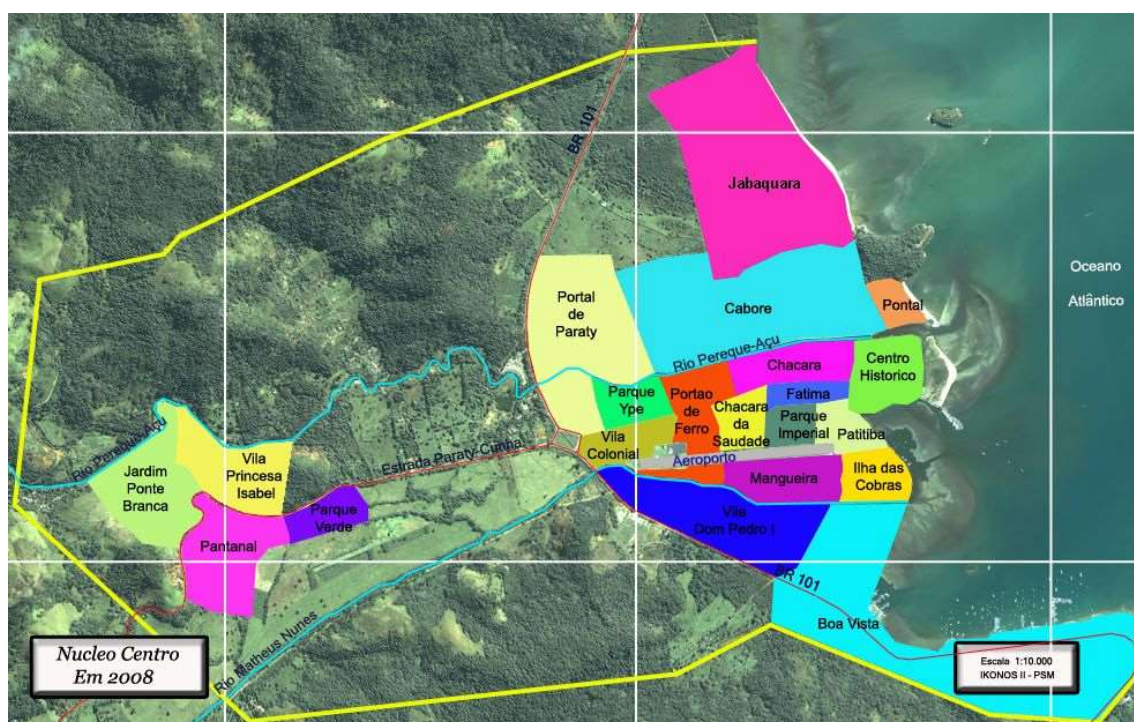


Gráfico 1: Fonte: Fundação IBGE – Censo Demográfico – 1890, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Este quadro foi alterado por volta de 1950, com o afluxo dos primeiros turistas paulistas – em grande parte viabilizado pela recuperação da estrada que liga Paraty ao município de Cunha, no estado de São Paulo. Foram estes turistas que começaram a comprar casas em ruínas, reformando-as para servirem de casas de veraneio (PARENT, 1968). Anos mais tarde, com a abertura do trecho da BR-101, ligando as cidades do Rio de Janeiro e Santos, houve o *boom* do turismo na cidade e também se verificou um expressivo e desordenado processo de urbanização no local. A partir da análise elaborada por Moure (2003), sobre a apropriação do solo urbano no período entre 1970-2000, podemos identificar no distrito-sede de Paraty alguns perfis de ocupação, agrupando os bairros da seguinte maneira (mapa 2):

- O Bairro Histórico é um caso a parte. Completamente envolto por correntes para evitar a circulação de carros ele perdeu suas funções originais de concentração de serviços públicos e de residências. É quase que exclusivamente voltado para o consumo de turistas, vindos de todo o Brasil e mesmo de outros países.

- Bairros mais antigos, cujos processos de ocupação remontam aos séculos XVII e XVIII (os bairros de Pontal e Patitiba).
- Bairros que compreendem a primeira área de expansão propriamente dita, datada do século XIX e resultante da ocupação em direção à zona rural, através da Rua do Rocio (atual Av. Roberto Silveira). São habitados, majoritariamente, pela classe média de Paraty (os bairros de Parque Imperial, Bairro de Fátima, Chácara, Chácara da Saudade e Portão de Ferro).
- Bairros resultantes do adensamento populacional, de ocupações informais e irregulares. Seus moradores são basicamente aqueles que foram construir a BR-101 e optaram por permanecer na cidade e aqueles que, devido a abertura desta estrada, foram expulsos de suas pequenas propriedades rurais (os bairros de Ilha das Cobras e Parque Mangueira).
- Bairros mais recentes, cujas origens de ocupação obedeceram à lógica vigente de maximização da oferta turística por um lado e de padronização urbanística por outro. Possuem lotes vazios, em especulação, abrigam muitas segundas residências e são ocupados por veranistas (os bairros de Vila Colonial, Parque Ypê e Portal de Paraty).



Mapa 2: Bairros no Distrito-sede. Elaboração própria.

Assim temos que Paraty se enquadra no que Appadurai (1996) identifica como “comunidades em trânsito” que resultam de um incremento populacional intenso e abrupto com forte presença de migrantes, imigrantes e, mesmo, de turistas nas quais “os

referentes territoriais de lealdade cívica estão frequentemente seccionados entre diferentes horizontes espaciais: lealdades de trabalho, lealdades de residência e lealdades religiosas podem criar registros disjuntos de afiliação”. Este quadro social é comum a várias cidades históricas brasileiras. Os interesses e demandas que incidem sobre o patrimônio são tão variados quanto os diversos grupos que compõe a população da cidade, lojistas, turistas, proprietários de imóveis tombados, entre outros.

A proteção e fiscalização estatais sobre o desenvolvimento urbano da cidade, loteamento e áreas de expansão incidiram fundamentalmente sobre o perímetro envolto por correntes assegurando a não-circulação de automóveis (figura 2), que corresponde justamente ao Bairro ou Centro Histórico.



Figura 2: Correntes encerrando o Centro Histórico de Paraty. Fonte: Pesquisa de campo, 2011 e 2013

Cabe ressaltar, que o casario da área entre correntes, foi alvo de sucessivas intervenções arquitetônicas nas fachadas e que algumas construções foram erigidas na segunda metade do século XX, em lotes vazios ou sobre ruínas de edificações que vieram abaixo por falta de manutenção.

Dentro da perspectiva artística adotada [pelo IPHAN], as ações de preservação promoveram o tratamento da paisagem urbana no sentido homogeneizá-la esteticamente – são derrubadas as platibandas em Ouro Preto e as coloridas casas de Parati são caiadas de branco, entre tantos outros exemplos. Os edificios novos são estudados sob a ótica do impacto que causariam na paisagem procurando soluções cujo objetivo era a harmonia estética do conjunto. (PESSOA, 2011, p.58)

Embora o processo de tombamento incida sobre todo o município, a área em torno do Centro Histórico não foi alvo de fiscalização ostensiva quanto à evolução urbana. Basicamente, as edificações não ultrapassam o limite de dois pavimentos e procuram estabelecer certa relação tipológica com as edificações presentes no Centro Histórico (figuras 3 e 4).



Figura 3



Figura 4

Os bairros adjacentes ao Centro Histórico não possuem atrativos turísticos, mas concentram grande número de pousadas e desenvolveram-se, sobretudo a partir do eixo principal da cidade, a Avenida Roberto Silveira (figura 5). Alguns bairros mais afastados desta avenida, do Centro da cidade e, por conseguinte, do fluxo de turistas são os que apresentam ocupação mais desordenada e problemas básicos de infraestrutura, inclusive esgoto a céu aberto (figura 6).



Figura 5



Figura 6

Enquanto no perímetro do Centro Histórico, cerrado por correntes, houve uma eficiente fiscalização nas intervenções urbanísticas realizadas e, mesmo, obras com o intuito de dar uma feição colonial ao casario, nos bairros adjacentes a evolução urbana se deu de forma regulamentada, mas sem uma fiscalização eficaz.

2.2 - As inscrições nos Livros do Tombo

Após apontarmos a primazia da qual gozam as cidades ditas históricas, com seus tecidos urbanos pretéritos, podemos retomar ainda a contribuição de Sant'anna (1995) que, ao analisar a atuação do IPHAN em suas primeiras décadas de existência, no que diz respeito à preservação do patrimônio urbano, identifica dois eixos de atuação:

um voltado para a preservação ampla e integral de pequenas cidades coloniais do interior economicamente estagnadas, e outro voltado para o recenseamento e proteção de imóveis e pequenos conjuntos de valor excepcional nas capitais e cidades mais dinâmicas. (SANT'ANNA, 1995, p.115)

Temos que o caso de Paraty expressa a primeira linha de preservação apontada pela autora. Buscando compreender o processo que culminou na “preservação ampla e integral” daquela cidade verificamos primeiramente como se deu sua inserção nos livros do Tombo ou, em outras palavras, como Paraty foi tombada. Antes de analisar suas inscrições, entretanto, cabe refletir sobre a lógica de seleção dos livros, quais bens eram inscritos em cada um deles e como se inseriam na práxis do IPHAN de maneira bastante diferenciada.

Conforme previsto no Artigo 4º do Decreto-lei 25, de 1937, foram criados quatro livros destinados a receberem as inscrições dos bens patrimoniais tombados sendo eles: o Livro das Belas Artes; o Livro Histórico; o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro das Artes Aplicadas⁹ (IPHAN, 2006). Embora não seja o único, o tombamento é o principal instrumento utilizado para a preservação do patrimônio dito material no Brasil e se dá mediante a inscrição de um determinado bem em um ou mais livros do Tombo. Rubino pontua que

(...) se o tombamento não é a totalidade do trabalho da preservação – pois esta inclui inventário, inscrição, restauro, monumentalização, museus etc. enfim, toda a história que o bem atravessa antes e após ser inscrito em um livro do tomo – é o momento mágico da classificação. É quando se fixa o que antes se encontrava solto, se destaca e se distingue o que era parte de um contínuo, quando se agrega o que era fragmentado. Ao ganhar um número de inscrição o bem adquire uma segunda existência: passa a fazer parte do modelo reduzido de um país imaginado. (RUBINO, 1996, p.98)

Com efeito, o que se observa é que apesar da existência de outros dispositivos de preservação e de atribuição de valores, o tombamento reside no imaginário coletivo como a verdadeira incorporação de um bem ao rol do patrimônio nacional. Cabe

⁹ O Livro das Artes Aplicadas goza até os dias atuais de pouquíssima representatividade possuindo apenas duas inscrições. Mário de Andrade previa em seu anteprojeto que o Livro das Artes Aplicadas abrigasse registros sobre coleções particulares, jóias, móveis, etc. O IPHAN chegou a efetuar o tombamento de alguns bens desta natureza, mas em outros livros (CHUVA, 2009).

ressaltar que não apenas a inscrição do bem em um ou mais livros é reveladora da atribuição de valor que lhe é imputada, mas também em qual/quais livro(s) ele foi inscrito. Isto se deve ao fato de existir uma tácita hierarquia entre estes livros no interior do IPHAN, hierarquia não formalizada do ponto de vista legal, mas atestada na atuação daquela instituição (CAMPOFIORITO, 1985; FONSECA, 2005; CHUVA, 2009)

A contribuição de Márcia Chuva é particularmente relevante para este trabalho. A autora analisou as inscrições de tombamento no período compreendido entre 1938 e 1946 e chegou a alguns padrões de inscrição.

Segundo dados da autora, os tombamentos inscritos exclusivamente no Livro das Belas Artes representam 41,49% do total de bens tombados no período considerado. Portanto, um número bastante expressivo. Foram legados a este livro os bens que, para o corpo técnico do IPHAN, eram os mais representativos daquilo que se queria preservar: o barroco mineiro, as edificações que davam materialidade ao período colonial.

O Livro de Belas-Artes destinou-se, basicamente, aos bens considerados monumentais, localizados concentradamente nos principais centros urbanos da antiga colônia, assim como nas cidades históricas mineiras. Esse livro deveria servir aos bens com atributos coloniais e territorializados em Minas Gerais, ou ter estes como parâmetro de qualidade. (CHUVA, 2009, p.214)

Do ponto de vista espacial, verifica-se que os tombamentos deste livro se concentram nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Este fato se explica pela importância destes locais quando do sistema colonial, haja vista os estados do Rio de Janeiro e da Bahia terem abrigado as primeiras capitais do país – Salvador e Rio de Janeiro – enquanto os estados de Minas Gerais e de Pernambuco, estão associados à pujança da exploração mineradora e canavieira, respectivamente. Este quadro dinâmico foi responsável pela ereção de tecidos urbanos densos, com edificações civis e religiosas valorizadas pelos técnicos do patrimônio.

Os bens tombados conjuntamente no Livro das Belas Artes e no Livro Histórico, curiosamente, possuíam um *status* inferior do que aqueles tombados apenas no livro das Belas Artes, isto porque a atribuição do valor histórico refletia uma compensação à ausência de valor artístico “puro”. Esta combinação fez um total de 44,36% dos tombamentos realizados entre 1938-46 e a autora destaca que eles estão localizados nas regiões periféricas dos estados privilegiados (Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco), nas “cidades do interior, sendo residual a presença nas capitais”. O que

talvez explique esta localização é o fato de que essas cidades em função da proximidade aos grandes centros coloniais também apresentaram dinamismo econômico e político durante o período colonial, mas não o suficiente para forjar conjuntos urbanos opulentos o suficiente para o livro de Belas Artes¹⁰.

Nas inscrições de tombamento realizadas exclusivamente no Livro Histórico não se observa o caráter compensatório como naquelas realizadas em sua associação ao de Belas Artes. Prevalece nas inscrições no livro Histórico a idéia de repetição, de seleção de vários exemplares.

(...) foram valorizadas a ideia da repetição, isto é, de seleção de exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-las, assim como a de originário, que se pretendia alcançar em função da antiguidade do imóvel selecionado, mesmo que não contivesse dotes artísticos considerados de peso. (CHUVA, 2009, p.216)

Bens de tipo religioso foram os principais alvos desse tipo de inscrição¹¹, mas houve também muitas inscrições relativas a grandes nomes da historiografia nacional, como as casas natais de Ana Nery, José de Alencar, Oswaldo Cruz, Santos Dumont, entre outros (IPHAN, 2006).

A análise das inscrições realizadas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico merece aqui atenção à parte por ser de fundamental importância para a compreensão do tombamento de Paraty. A partir da análise descrita acima, elaborada por Chuva (2009) fica nítido o papel muito discreto desempenhado por este livro nos primeiros anos de atuação do IPHAN. Nesta pesquisa, utilizaremos como baliza o trabalho de Ribeiro (2007), no qual o autor, além de trazer uma importante discussão acerca do conceito de paisagem, contextualizando-o na discussão sobre a categoria de paisagem cultural da UNESCO, discute processos de tombamento que tiveram como pano de fundo a preocupação com a paisagem. Ele pontua que ao longo das décadas de 1960 e 1970

(...) aumenta o número de inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ligado a uma ênfase maior no tombamento de conjuntos e na

¹⁰ Apesar de Paraty possuir a especificidade de ter sido inscrita no Livro de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, acreditamos que seu caso é parecido ao destas cidades. Trata-se de uma cidade do interior, mas próxima a um grande centro colonial, no caso o Rio de Janeiro e apresenta um conjunto urbano pitoresco e modesto se comparado àqueles das cidades mineiras, vide a austeridade de suas igrejas em contraste com as exuberantes igrejas de Minas e Salvador.

¹¹ Somente em Paraty foram inscritas quatro igrejas no livro Histórico – Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Igreja de Santa Rita e a Igreja de Nossa Senhora das Dores, todas no dia 13 de fevereiro de 1962.

ampliação dos critérios para o tombamento. Este passa a incluir não mais apenas a ideia de monumentalidade e integridade arquitetônica, mas também conjuntos modestos e triviais, associados sobretudo à história da formação do território brasileiro. (RIBEIRO, 2007, p.90-91)

Segundo o autor, a despeito da ampliação dos critérios para o tombamento, as inscrições que vão sendo realizadas neste livro, dotando-o de maior representatividade, expressam uma concepção de paisagem ainda bastante associada ao campo do paisagismo e do estético. A explicação para este fato é facilmente encontrada ao pensarmos quem compunha o corpo técnico do IPHAN – majoritariamente arquitetos, paisagistas e egressos das Escolas de Belas Artes. Ribeiro identifica quatro padrões de inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nesta época:

- *Tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo*
- *Tombamento de conjuntos*
- *Tombamento de monumentos junto a aspectos que os emolduram*
- *Tombamento de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores*

Ao pensarmos o processo de tombamento de Paraty, temos que a análise deste autor sobre os *Tombamentos de conjuntos* é bastante elucidativa na medida em que fornecem pistas sobre as atribuições de valor imputadas àquela cidade e os discursos quando da inscrição de seu conjunto. “Considerando os 37 processos abertos entre as décadas de 1960 e 1970 que resultaram numa inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, 21 deles correspondem a conjuntos urbanos” (RIBEIRO, 2007). Estes números são bastante sintomáticos, explicitam a relevância que este livro adquire com a emergência de novos critérios na atribuição de valor, conforme mencionado, conjuntos mais modestos passam a ser considerados relevantes em função de seu valor histórico. Em âmbito internacional, a redação da Carta de Veneza foi um marco desta nova abordagem:

(...) a noção de monumento histórico compreende a noção de criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza, 1964)

Estes tombamentos sinalizavam também uma preocupação com a paisagem face ao processo de urbanização (expressa, por exemplo, na construção de arranha-céus, no desmatamento da vegetação nativa, na deterioração de prédios históricos, na

especulação imobiliária, na abertura das “BRs” e na formação de bairros novos contíguos aos centros históricos). Abrigados sob a categoria de paisagem estes tombamentos representaram, para Ribeiro, de um lado uma ruptura com os critérios puramente arquitetônicos e, de outro, uma continuidade com a ênfase dada ao visual.

Além disto, segundo o autor, a utilização do termo “paisagístico” em alguns tombamentos não foi casual e sim uma estratégia dos técnicos da instituição para que pudessem atuar sobre uma área muito maior – o termo trazia consigo a ideia de “tudo que a vista alcança” e não uma área delimitada pela seleção de alguns logradouros.

Exemplos desta prática são as inscrições do *Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro* e o *Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa*¹². Paraty e Porto Seguro constituem casos emblemáticos por possuírem não apenas seus conjuntos arquitetônicos e paisagísticos inscritos em Livros, como também a totalidade de seus territórios municipais, configurando assim extensos perímetros tombados. Isto se deve em grande parte, às pressões oriundas de diferentes grupos da sociedade civil que reivindicavam do poder público, sobretudo da União, uma atenção especial àqueles municípios.

Estes dois casos são representativos de um movimento externo ao IPHAN (Ribeiro, 2007) e sinalizam uma crescente preocupação com o meio ambiente nas décadas de 1960 /70. Os municípios de Paraty e Porto Seguro foram erigidos a monumento nacional em 1966 e 1973, respectivamente, mas só foram tombados como um todo em 1º de março de 1974. São os únicos casos de municípios inteiros inscritos e Livros do Tombo.

A ereção integral de Paraty a monumento federal antecede em sete anos a de Porto Seguro, cidade que historiografia aponta como o berço da nacionalidade brasileira (AGUIAR, 2001). Estas circunstâncias fornecem pistas do grau de notoriedade adquirida pela cidade fluminense à época, em termos de valorização, promoção e preservação de seu conteúdo patrimonial.

¹² Tanto o conjunto de Paraty, quanto o de Porto Seguro foram inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (13/02/1958 e 15/07/1968 respectivamente). Além disso, Paraty teve seu conjunto inscrito no Livro de Belas Artes, enquanto isso Porto Seguro o foi também Histórico.

2.3 - A expedição de Michel Parent e a preocupação com o meio ambiente

Como já mencionado, os anos 60 representaram um momento importante no que diz respeito às reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural. No plano internacional, encontros realizados por importantes instituições ligadas direta ou indiretamente ao assunto – tais como a Unesco, o ICOMOS e a OEA – resultaram em cartas e recomendações que encontraram eco no Brasil. A Recomendação de Paris (1962), a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO (1966) e as Normas de Quito (1967), por exemplo, convergem na valorização da relação entre o desenvolvimento das atividades turísticas e a preservação do patrimônio cultural ao redor do mundo, conforme aponta Leal:

No que diz respeito mais especificamente aos esforços da UNESCO pela preservação do patrimônio cultural, é interessante notar a ênfase dada ao turismo, como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, por esse organismo na década de 1960. (LEAL, 2008, p.15)

No Brasil, a importância atribuída ao turismo cultural como forma de valorizar o patrimônio histórico e artístico naquele momento, expressou-se “em dois acontecimentos: a vinda de consultores da Unesco e a descentralização dos órgãos públicos ligados à proteção do patrimônio cultural” (MOTTA; THOMPSON, 2010:38). Além disso, a visão do patrimônio como forma de gerar lucros encontrou aqui terreno fértil uma vez que eram escassos os recursos necessários às dispendiosas medidas relativas à preservação do patrimônio, tais como o restauro de extensos conjuntos urbanos e dos bens imóveis, em geral. Acreditava-se que o turismo seria, portanto, uma fonte decisiva de verba para o desenvolvimento do país e para a manutenção de bens que à época se encontravam sob forte ameaça:

A expansão mundial do turismo gerou grandes reflexos para o campo da preservação a partir da década de 1960. Nesse momento, muitos dos intelectuais presentes no interior das agências de salvaguarda dos patrimônios culturais e mesmo nas recém criadas agências de promoção do turismo passaram a defender sistematicamente o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos como a principal alternativa capaz de gerar os recursos necessários para a manutenção e conservação dos bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que integravam os patrimônios culturais nacionais. (AGUIAR, 2006, p.123)

Aqui a preservação do patrimônio cultural já se dava de forma sistemática mediante a atuação dos órgãos de preservação, notadamente o IPHAN, na esfera federal. Por seu turno, a atividade turística também já experimentara certo grau de institucionalização expressa, por exemplo, pela criação da Divisão de Turismo, subordinada ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP (1939) durante o

governo centralizador de Getúlio Vargas, pela instituição da Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR (1958) e, já no contexto da Ditadura Militar, pela criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (1966) como destaca Aguiar (2006).

Michel Parent defendeu uma maior aproximação institucional dos órgãos de preservação àqueles ligados a promoção turística, sendo que o perito considerava que estes últimos estavam, até a criação da EMBRATUR, “dispersos, divididos desigualmente, e nem sempre tinham a competência desejada”. Já o DPHAN¹³, dispunha, segundo ele, de pouquíssima verba diante dos desafios que se colocavam. Em seu relatório o perito, chega a declarar que “o ponto fraco do Patrimônio é o pessoal reduzido e a insuficiência de recursos financeiros. Desta maneira, sua vigilância não consegue cobrir, ainda que teoricamente, todo o território nacional” (PARENT, 1968, p.61).

Ao criar a EMBRATUR, em 1966, o governo destinou cerca de 20 milhões de dólares para serem aplicados em políticas de fomento ao turismo, o que foi visto como algo extremamente positivo. A instituição predecessora da EMBRATUR, a COMBRATUR, mantinha certo diálogo com o “Patrimônio¹⁴” fato que Parent também aponta:

A DPHAN está representada no Conselho Nacional de Turismo por seu diretor, mas conviria que esse Conselho e sua secretaria estivessem imbuídos de que é inútil desenvolver estruturas comerciais de turismo, se o capital cultural de base capaz de suscitá-lo desaparecesse. (PARENT, 1968, p.65, grifo nosso)

Neste sentido, os diversos bens que compunham o patrimônio cultural brasileiro¹⁵ se inseriam nessa ideia de *capital cultural* e o descaso com a restauração, manutenção e promoção destes bens teriam impactos negativos na atividade turística nacional e em suas estruturas comerciais. Ao mesmo tempo em que, consonante com a visão da época, Parent destacava o turismo como uma atividade de suma importância para o patrimônio, pois promoveria recursos e visibilidade, também pontuava que o turismo de massa levado a cabo de forma irresponsável poderia ter efeitos bastante nocivos aos conjuntos tombados. Já no início de seu dossiê *Proteção e valorização do*

¹³ Quando da primeira viagem da expedição de Michel Parent ao Brasil, mais precisamente, 1966, o IPHAN era denominado pela sigla DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁴ Em diversos trechos de seu relatório, Parent se refere ao DPHAN simplesmente como Patrimônio.

¹⁵ Michel Parent tinha uma concepção bastante ampla sobre o patrimônio cultural de um povo. No caso do Brasil, valorizou em seu relatório não apenas os bens materiais e arquitetônicos, mas também as muitas tradições e manifestações populares que compunham nossa cultura. Além disso, Leal (2008) destaca que para o perito o turismo era uma possibilidade de intercâmbio cultural.

*patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*¹⁶

ele enfatiza a relação entre turismo e preservação:

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível (PARENT, 1968, p.46).

No entanto, faz uma ressalva, ainda que breve aos riscos de um turismo irresponsável e descompromissado com as demandas locais. Neste sentido, enxerga com bons olhos a criação da EMBRATUR para agir como uma agência de regulação das estruturas comerciais de turismo no país:

(...) importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infra-estrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro (PARENT, 1968, p.51).

Os anos 60 foram um momento de sensível incremento na atividade turística no contexto brasileiro. AGUIAR (2006) indica processos de ordem doméstica e internacional que concorreram para o crescimento das atividades turísticas no território nacional à época:

Dentre os fatores que contribuíram para essa expansão do turismo brasileiro podemos destacar o desenvolvimento internacional da atividade turística, (...) a abertura das rodovias em grande parte do território brasileiro como parte do projeto desenvolvimentista baseado no capital externo, implantado no Brasil com maior intensidade a partir do governo de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento dos transportes aéreos comerciais e o aumento da urbanização brasileira com a absorção de mão-de-obra advinda das zonas rurais. (AGUIAR, 2006, p.97)

Foi neste contexto, portanto, entre os anos 1966 e 1967, se deu a expedição do experiente perito da UNESCO, o francês Michel Parent, que buscou identificar características, ameaças e potencialidades do patrimônio cultural brasileiro. Parent possuía uma formação bastante diversa, licenciado em Matemática e Física, com conhecimentos acumulados na área do Direito e das Letras, notabilizou-se pelo trabalho desenvolvido em sítios nos Pirineus e por seus inventários sobre arquitetura rural¹⁷. Integrou o Comitê que produziu o texto da Convenção do Patrimônio Mundial (1972),

¹⁶ PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris: UNESCO, 1968, Biblioteca Noronha Santos e Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro – AA01/Módulo 066/ Cx. 0076/ P. 0246. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira.

¹⁷ Michel Parent exercia cargo de inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França quando veio para o Brasil (Cf. Leal, 2008).

presidiu o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (1980) e também o ICOMOS (1981-1987). Deste modo, teve uma trajetória muito relevante na área da preservação do patrimônio cultural (LEAL, 2008).

Durante sua expedição, visitou mais de 35 cidades de norte a sul do país identificando não apenas as potencialidades turísticas de cada área tombada, mas também aspectos gerais de nossa cultura, da natureza e do funcionamento do então DPHAN. Foi, portanto, um trabalho de fôlego, que expressava uma das principais preocupações vigentes naquele momento: o caráter utilitário do patrimônio e sua suposta capacidade de gerar renda para o país que soubesse preservá-lo e promovê-lo. O próprio nome da expedição era direto e sintomático *Turismo Cultural* e sinalizava o desejo de aproximação entre a DPHAN e a UNESCO. Em ofício enviado, em outubro de 1966, ao então ministro da educação, Rodrigo Melo Franco de Andrade pontua a importância da iniciativa:

Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimento de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados Membros. Esse plano foi adotado por proposta feliz do Diretor Geral [da UNESCO] René Maheu (acrescentado por sugestão do Embaixador Carlos Chagas). Pleiteamos a aplicação dele ao Brasil. Se a Conferência Geral tiver que incluir no orçamento recursos destinados a favorecê-lo, há grande conveniência de que a Delegação BRASILEIRA, sob sua presidência, apóie a medida. (ANDRADE, 1966 *apud* LEAL 2008, p.18)

A expedição se deu mediante duas visitas, a primeira de 24 de novembro de 1966 a 8 de janeiro de 1967 e a segunda de 19 de abril a 1º de junho de 1967. Paraty e a Baía da Ilha Grande foram a primeira área a ser analisada pelo perito, talvez por uma questão logística, já que Parent se instalou inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, para entender melhor o funcionamento do DPHAN. Fato é que, independentemente de ser o primeiro local visitado, a cidade de Paraty recebeu especial atenção do perito francês que a classificou como *singular* e para quem

O principal interesse de Parati resulta da excepcional homogeneidade de sua arquitetura urbana, composta de cerca de 500 residências, algumas delas sobrados, outras casas térreas, cujas características são típicas da arquitetura brasileira do século XVIII (PARENT, 1968, p.70)

Michel Parent elencou aspectos que segundo suas concepções colocavam a cidade em uma situação privilegiada para o turismo. Os atrativos de Paraty advinham de sua beleza natural, de sua posição geográfica, entre as duas grandes metrópoles

nacionais, da preservação de sua arquitetura tradicional e de seu particular traçado urbano – que apesar de ter um formato em xadrez, revelava espontaneidade, tinha um caráter biológico com “felizes perspectivas”.

FATORES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM PARATY

Situação geográfica histórica

(1) O primeiro, é sua situação privilegiada:

Às margens do oceano, tendo como cenário uma das maravilhas naturais do Brasil, a baía da Ilha Grande.

e A igual distância entre o Rio e São Paulo, os dois maiores centros urbanos do Brasil.

(2) Sua história decorre dessa situação geográfica privilegiada:

Parati foi, no século XVIII, o porto de acesso à rica região de Minas Gerais. A partir do Rio, a única ligação até Parati era marítima. A partir de Parati, a “rota dos escravos”, da qual encontram-se vestígios na estrada Parati-Cunha, dirige-se para o interior. Parati perdeu sua importância quando, em 1725, o Rio foi diretamente ligado a São Paulo pela estrada (o “caminho novo”). Tinha então 20 mil habitantes.

Singularidade de Paraty

(3) Mas foi esse afastamento das correntes comerciais que, até o momento, salvou Parati, diferentemente dos demais portos vizinhos do Rio ou de São Paulo, mais facilmente ligados a essas metrópoles pela estrada, e que perderam quase toda sua arquitetura tradicional ao longo dos últimos cinquenta anos.

(4) Ao contrário, Parati está praticamente intacta. Construída segundo uma planta em xadrez cujos eixos leste-oeste divergem ligeiramente em direção ao mar e cujas transversais nortesul fazem uma leve curvatura que corresponde a essa divergência, Parati constitui um exemplo urbanístico bem-sucedido de um plano pré-concebido, mas não rígido. Assim, as perspectivas são muito felizes, e a simetria geral que inspira essa composição tem

ali um caráter mais biológico do que friamente geométrico.

Tabela 1: Tabela elaborada a partir do dossiê “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico” (PARENT, 1968)

Michel Parent destacou como positivo o crescente interesse dos turistas paulistas que se observava à época com relação ao casario da cidade. Alguns imóveis estavam passando por uma “renovação” em função deste fluxo turístico e pela compra de casas antigas, entretanto ele considerava que isso era insuficiente para promover a proteção do casario paratiense e também perigoso na medida em que certas restaurações particulares poderiam descaracterizar as feições originais das edificações¹⁸. Outro ponto antecipado pelo perito era a possibilidade da área nos arredores do Centro histórico da cidade se urbanizar de forma abrupta e desordenada.

(...) se além da cidade antiga, o bairro moderno ainda está pouco desenvolvido, corre-se hoje o sério risco, devido à atração que Parati exerce no plano turístico, de que ele acarrete implantações lamentáveis, espalhadas de forma anárquica nas proximidades da cidade antiga (PARENT, 1968, p.70).

Visando a preservação da cidade de uma forma mais ampla, e partindo de um projeto do arquiteto belga Frederic Limburg Stirum¹⁹, Parent defendeu o estabelecimento de uma área *non aedificandi* em Paraty. De acordo com o projeto, a “cidade antiga” seria envolta por uma espécie de cinturão verde que emolduraria o casario. Para além dessa área se desenvolveriam os bairros modernos com empreendimentos públicos ou privados, comerciais, industriais ou artísticos. Para Stirum “a preservação do patrimônio nacional deve atender a um duplo objetivo: ao da natureza e ao dos monumentos históricos” (Processo 0563-T-57). A colocação do arquiteto reflete o contexto intelectual e os debates que vinham sendo travados no campo da preservação quanto à conservação da natureza. Por apresentar um conjunto urbano notável, fauna e flora exuberantes, atividade turística em efervescência e pela iminência da abertura de uma rodovia em seu território, Paraty estaria no centro destas discussões. As considerações de Parent sobre a cidade vieram corroborar as aspirações de grupos e setores da sociedade que à época se articulavam para que Paraty fosse alvo de níveis cada vez maiores de proteção jurídica, como será discutido a seguir.

¹⁸ Segundo o perito, o próprio IPHAN vinha realizando algumas aquisições, mas em função de seu orçamento conseguia atuar de forma efetiva apenas em casos individuais (*Op cit*)

¹⁹ O conde Frédéric Limburg Stirum residia a alguns anos em Paraty e tinha uma forte ligação com a cidade. Ele tinha relações parentais com a família real, os Órleans e Bragança, que são ainda hoje importantes proprietários de terra e de estabelecimentos naquela cidade.

2.4 - O processo de tombamento do município e a preocupação ambiental

Em 18 de setembro de 1945, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paraty foi erigido a monumento histórico do Estado do Rio de Janeiro, o governo valorizou a arquitetura e história paratiense classificando como de manifesta utilidade cívica e cultural a sua preservação. Este foi o primeiro passo dado no que diz respeito à patrimonialização daquela cidade, ainda na esfera estadual. Quase doze anos mais tarde, entretanto, havia um fluxo cada vez maior de turistas e moradores de segunda residência que colocavam sob risco de descaracterização o patrimônio (PARENT, 1968). Neste sentido, Carlos Drummond de Andrade, importante nome no órgão federal de preservação, IPHAN, reconhece a necessidade de uma ação mais efetiva.

Parece, entretanto, que se torna conveniente inscrever no Livro do Tombo instituído pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Parati, de modo a assegurar de maneira definitiva a proteção aos valores históricos e artísticos daquela cidade, providenciando-se, ainda, quanto à delimitação da área atingida pelo tombamento. Carlos Drummond Andrade, 13 de junho 1957. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.04)

O então presidente do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, acatou o pedido de Carlos Drummond Andrade sob alegação de que alguns proprietários e moradores vinham, efetivamente, descaracterizando o patrimônio local e desconsiderando recomendações da instituição. Além disto, ele compara o conteúdo patrimonial de São João del Rei e Mariana ao de Paraty e pondera que o desta última estaria em melhor estado de conservação.

De acordo. Parece de manifesta conveniência a inscrição do conjunto arquitetônico de Parati nos Livros do Tombo, sobretudo tendo-se em vista que proprietários locais principiam a relutar em se submeter às determinações da D.P.H.A.N., sob alegação da cidade não se achar efetivamente sujeita ao regime de tombamento tal como foi instituído na legislação federal. De outra parte cumpre ponderar que a fisionomia antiga de Parati se acha melhor conservada que a de diversas cidades coloniais mineiras tombadas em conjunto, tais como São João del Rei e Mariana. Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 15 de junho de 1957. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.04)

Assim, em 13 de fevereiro de 1958 o *Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa* foram inscritos nos Livros do Tombo de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Como já apontamos a inscrição conjunta nestes dois livros é única e faz o tombamento de Paraty bastante peculiar, além disso o uso do termo *paisagístico* parece indicar, como já destacamos, a preocupação com uma área maior do que aquela que abriga o centro histórico da cidade. À época, houve um incremento na circulação de pessoas e obras de

restauro passaram a ser feitas pelos novos proprietários das edificações antigas e de lotes vazios, muitas vezes a vegetação original não era poupada acarretando impactos ambientais e paisagísticos (Processo 0563-T-57). Sete anos após a inscrição do conjunto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, atentou para a necessidade de aumentar, de alguma forma, o nível de proteção jurídica incidente sobre àquela cidade. O IPHAN acreditava que se o todo o município fosse erigido a monumento nacional haveria maiores recursos e possibilidade de fiscalização. Neste sentido, ele escreve ao então ministro da Educação e Cultura, Doutor Flávio Suplicy de Lacerda,

Atendendo à necessidade urgente de se impedir que o extraordinário acervo histórico e paisagístico do município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, sofra deformações irreparáveis, solicito a V.Exa. com o maior empenho queira apelar para o Senhor Presidente da República no sentido de converter, por meio de decreto, o aludido município em Monumento Nacional e determinar no mesmo decreto as medidas adequadas à proteção efetiva do acervo ameaçado. Rodrigo Melo Franco de Andrade. 29 de janeiro de 1965. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.19)

Informado pelo chefe de gabinete de Lacerda que ele havia considerado inoportuno encaminhar à presidência da república o pedido de ereção a monumento nacional – dado o vulto das despesas previstas com as medidas consubstanciadas no projeto de decreto, Rodrigo Melo Franco de Andrade reiterou seu pedido. Em nova carta, pediu permissão para insistir devido a “gravidade crescente dos riscos a que fica exposta integridade da área de Paratí, à medida em que as circunstâncias contribuem para estimular a especulação imobiliária e a devastação florestal” (Processo 0563-T-57).

O Ministério da Educação e Cultura acaba acolhendo o pedido da DPHAN e solicita junto à presidência da república a ereção de Paraty a monumento nacional por meio de decreto. O ministro argumentou que o poder executivo já havia tomado esta medida em relação a Ouro Preto (1933), Mariana (1945) e Alcântara (1948), assim

(...) parece justificar-se plenamente que medida idêntica seja adotada no tocante a Parati, não só pelo valor excepcional de seu conjunto arquitetônico, como pela extraordinária beleza natural e originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que ele representa como elemento de ligação entre as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ministério da Educação e Cultura, 1965. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.22, grifo nosso)

Em carta à presidência, o ministro esclareceu que Paraty já havia sido erigida em monumento histórico do Estado do Rio de Janeiro e que seu conjunto arquitetônico e paisagístico se encontrava inscrito tanto no Livro de Belas Artes, quanto no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, mas alegou que “a experiência, porém, da

aplicação dessas medidas, demonstrou que foram insuficientes para as finalidades visadas, enquanto ocorrências novas vieram agravar os riscos de deformação a que se acha exposta a região em causa” (Processo 0563-T-57). Dentre estas novas ocorrências figurava o desmatamento, a abertura da rodovia ligando o Rio de Janeiro a Santos e os novos empreendimentos imobiliários. O Jornal do Comércio, em 15 de julho de 1965, repercutiu as preocupações da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

(...) antes que construções arbitrariamente autorizadas e enfeadores loteamentos desfigurem as proximidades do chamado Bairro Histórico de Parati, é preciso que o mesmo seja devidamente preservado por decreto do Presidente da República, conforme minuta já encaminha ao Ministro da Educação e Cultura. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.27)

Em 20 de agosto do mesmo ano, juntamente com a DPHAN, o arquiteto belga Frédéric Limburg Stirum, já aqui mencionado, envia suas propostas para o desenvolvimento da cidade ao ministro. Stirum argumenta que:

Infelizmente, se as casas coloniais se mantêm presentes, belas e altivas, construções recentes, de mau gosto, principiam a envolver a cidade, enquanto as florestas são devastadas. Pouco a pouco a paisagem se enfeia. Por outro lado, o deflorestamento provoca as erosões, empobrece o solo, estanca os mananciais e arruina a região. (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.29)

O assunto adquiriu cada vez mais notoriedade e relevância midiática naquele ano, sendo inclusive noticiada em outros jornais de grande circulação da época. A preocupação relativa à preservação da natureza na cidade, marcada pela Serra da Bocaina recoberta pela Mata Atlântica, era destaque.

Presente não perdoa passado de Paraty

Jornal do Brasil. 1º de setembro de 1965

Devastação de matas ameaça o patrimônio histórico de Parati

A notícia. 11 de outubro de 1965

DPHAN denuncia a Castelo a devastação das matas que limitam Rio e São Paulo

Jornal do Brasil. 11 de outubro de 1965

Como destacou o Jornal do Brasil, a DPHAN consegue efetivamente levar o assunto à presidência da república que, a época, tinha a frente Castelo Branco. Diante da pressão, o município de Paraty acabou sendo convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966. No entanto, a medida pareceu ainda não atender aos anseios pela preservação daquela cidade.

Naquele momento [final da década de 1960], a intensificação de uma política desenvolvimentista trazia preocupação especial com relação ao patrimônio

cultural e natural. Especial destaque era dado ao caso de Paraty, onde se previa a construção de uma estrada, atravessando o município e que abriria aquela cidade ao fácil acesso às duas maiores metrópoles do país: Rio de Janeiro e São Paulo. (RIBEIRO, 2007, p.102)

Em 1967, houve uma mesa redonda organizada para discutir a conservação da natureza no Brasil, na qual a DPHAN foi representada pelo arquiteto Luiz Saia – que acabou predizendo algumas ponderações do perito Michel Parent, que visitaria o Brasil meses mais tarde. Com relação aos riscos da abertura de uma rodovia no município de Paraty, Saia se posicionou de forma cautelosa.

Na verdade, a construção de uma rodovia litorânea ligando Santos ao Rio de Janeiro, isto é, atravessando uma área de fácil acesso para a população das cidades mais populosas do Brasil e que permitirá a ocupação turística do litoral excepcionalmente aquinhado pela natureza se esse empreendimento não for acompanhado de iniciativas destinadas a disciplinar essa ocupação e preservar as qualidades paisagísticas que a área oferece com uma generosidade sem par, certamente surgirão problemas de difícil solução, para o Governo e para os ocupantes desprevenidos. Não se trata de imobilizar a valorização econômica e humana do empreendimento; trata-se apenas de preservar, nessa faixa no entorno da estrada e a beira-mar, justamente aqueles elementos que a qualificam como valor paisagístico e turístico, e de evitar que uma exploração indiscriminada destrua exatamente o que se afigura o motivo maior de sua ocupação. (SAIA, 1967)

Diante do quadro que se desenhava, no qual o patrimônio natural vinha sendo posto em grande destaque, o arquiteto ressaltou a importância de a DPHAN tomar partido naquelas discussões.

No tocante à proteção dos monumentos naturais, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se encontra, pois, no momento, face à necessidade de uma ação extensiva do mesmo tipo daquela que enfrentou durante seus primeiros trinta anos de vida com relação aos monumentos arquitetônicos. A menos, é verdade, da experiência que desfruta e das possibilidades de proposições teóricas capazes de fornecer uma visão o quanto possível sistemática do conjunto de problemas que deve abordar. (SAIA, 1967)

Para Ribeiro (2007) a pouca preocupação do IPHAN com relação à preservação do patrimônio natural, sobretudo ao considerarmos suas três primeiras décadas de atuação, se deve às ações externas à instituição, tais “como a criação de parques nacionais e florestas protegidas, a promulgação do código de florestas, de águas e de minas e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1948”. Anos mais tarde seria fundada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, na década de 1970²⁰.

²⁰ O IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis surgiu em 1989, logo após a Constituição de 1988, a partir da fusão Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBDF), além da SEMA. Cf.: Ribeiro (2007)

Cada vez mais a questão ambiental ganhava espaço e a preocupação com a vegetação no território paratiense também. O caso do Forte Defensor Perpétuo é sintomático das disputas que se processavam à época. Sob tutela do Ministério da Guerra até o ano 1957, o Forte passou às mãos do Ministério da Educação e Cultura e, naquele mesmo ano, foi tombado tendo sido inscrito no Livro Histórico. Tratou-se, portanto, da primeira inscrição de um bem paratiense em um dos Livros, antes mesmo do conjunto arquitetônico da cidade que seria inscrito no ano seguinte. Em função da proteção que passou a incidir sobre o bem, fez-se necessário que um proprietário de terras que estava desmatando a área no entorno suspendesse essa operação, dando início a uma querela judicial. Em resposta a essa situação, no ano de 1964, o então ministro da cultura Julio Furquim Sambaquy, enviou carta ao presidente da república João Goulart

Atendendo ao que pondera e pleiteia a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de preservar a moldura paisagística da tricentenária cidade de Parati e, bem assim, proteger a vizinhança imediata de um de seus monumentos característicos, que é o próprio nacional denominado Forte Defensor Perpétuo, venho solicitar a Vossa Excelência queira declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos do Morro de São Roque, também chamado Morro do Pontal ou do Forte [...] (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN, Processo 0563-T-57: p.14)

O governo federal agiria sobre a questão naquele mesmo ano, mas já durante o mandato de Castelo Branco, que emitiu um decreto que estabelecia o Forte e os bens localizados no morro de São Roque, no qual se assenta a edificação, como sendo de utilidade pública, para efeito de desapropriação. Este decreto, no entanto, não foi efetivado sendo necessário que em 1971, no governo Médici, a presidência ratificasse o caráter de utilidade da preservação de São Roque, resguardando a vegetação local (IPHAN, 2007b) que emoldura a o Forte Defensor Perpétuo (figuras 7 e 8).



Figura 7: Forte Defensor Perpétuo. Fonte: <http://www.turismovalledocafe.com/2010/06/forte-defensor-perpetuo-paraty-rj.html> Acessado em 12/11/2013



Figura 8: Forte Defensor Perpétuo (foto aérea). <http://www.paraty.com.br/fotosparaty.asp?id=2555>
Acessado em 12/11/2013.

A inscrição de todo o município de Paraty se deu em 1º de março de 1974 sob o nº 63, folha 14 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e sob o nº 510, às folhas 93, do livro de Tombo das Belas Artes (Processo 0563-T-57).

Na década de 70, com maior disponibilidade de recursos e com a criação dos sistemas estaduais de preservação, em decorrência da implantação do PCH²¹, o número de áreas tombadas cresceu em comparação com as décadas precedentes (...). Não propriamente em termos de novos tombamentos, mas principalmente em termos da extensão das áreas tombadas de várias cidades ou centros históricos já protegidos. (SANT'ANNA, 1995:224)

O caso de Paraty se insere no rol destas extensões de perímetros tombados. A inscrição do bem sob o título *Paraty, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico do Município* é bastante vaga, imprecisa e abrangente – uma característica comum entre os tombamentos realizados nas primeiras décadas do IPHAN. O uso do termo paisagístico sinaliza a importância que vinha sendo dada não mais exclusivamente às edificações, ao patrimônio de pedra e cal (FONSECA, 2005), mas também ao meio ambiente e a relação e a sua relação estética com os elementos arquitetônicos.

A preocupação com a ambientação paisagística dos conjuntos é o que basicamente informa a maioria das extensões realizadas, mas os tombamentos dos municípios de Porto Seguro e Parati representam também o fortalecimento de uma concepção de preservação como atividade global que envolve a cultura e o meio ambiente. (SANT'ANNA, 1995, p.224)

Para Sant'Anna (1995) grande parte destas extensões atestam a flexibilização nos critérios estéticos de seleção, que tinham na arquitetura colonial do barroco mineiro sua baliza. As recomendações internacionais para que conjuntos mais modestos e triviais fossem também reconhecidos encontraram eco no IPHAN. Esta flexibilização e a discussão entorno do patrimônio natural parecem estar no cerne da valorização do patrimônio em Paraty e do tombamento de todo o município, caso que gerou uma

²¹ O Programa das Cidades Históricas - PCH

mobilização institucional, na sociedade civil e na imprensa. Ribeiro (2007) ressalta que o tombamento de dois municípios inteiros, Paraty e Porto Seguro²² podem ser analisado, de certa forma, como uma imposição externa ao IPHAN, mas ao mesmo tempo representou a abertura para uma maior preocupação com o meio ambiente e a definição de estratégias para resguardar o patrimônio natural por parte desta instituição.

Analisando todos os tombamentos realizados pelo IPHAN referentes à Paraty (tabela 2) temos que há cinco edificações tombadas individualmente no distrito sede de Paraty. Além do Forte Defensor Perpétuo, remanescente de um complexo defensivo que chegou a contar com cinco fortes (IPHAN INBISU), figuram no Livro Histórico a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Igreja de Santa Rita, a Igreja de Nossa Senhora das Dores e a casa-grande da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, situada na localidade de Bananal, portanto, o único tombamento isolado da cidade que não está no distrito-sede de Paraty.

²² Porto Seguro teve um processo de patrimonialização análogo ao nosso estudo de caso, como já discutimos anteriormente.

PARATY – TOMBAMENTOS		
<u>DATA</u>	<u>BEM</u>	<u>LIVRO</u>
09/01/1957	Forte Defensor Perpétuo	Livro Histórico
13/02/1958	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa	Livro Belas Artes
		Liv. Arq./Etn./Psg.
13/02/1962	Igreja de Nossa Senhora das Dores, e respectivas imagens e alfaias	Livro Histórico
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e respectivas imagens e alfaias	
	Igreja de Santa Rita, e respectivas imagens e alfaias	
	Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, e respectivas imagens e alfaias	
20/10/1967	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição: casa	Livro Histórico
01/03/1974	Paraty, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico do Município	Livro Belas Artes
		Liv. Arq./Etn./Psg.

Tabela 2: Elaboração própria

Estes tombamentos comprovam a lógica de inscrição apontada por Chuva (2009), no que diz respeito ao Livro Histórico – a ideia de repetição e de exemplares

pertencentes a uma série histórica – e expressam a lógica que informou as políticas de seleção e preservação levadas a cabo pelo IPHAN que consistem em

Proteger preferencialmente a arquitetura religiosa e militar do Brasil colonial, reveladora do desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes (RUBINO, 1996, p.98)

A Igreja Matriz de Paraty (figura 09) foi erigida em 1646, em um terreno doado por Maria Jácome de Melo. O povoado de São Roque transferiu-se do morro da Vila Velha estabelecendo-se nos arredores da igreja. Em 1712, o templo foi demolido, dando lugar a outro maior, no mesmo local. Devido ao incremento populacional experimentado pela vila de Parati ao longo do século XVIII, justificou-se a construção de uma terceira e definitiva igreja, mais espaçosa, iniciada em 1787. Em 1833, o templo foi palco da aclamação de Dom Pedro I em Paraty, ocasião na qual recebeu uma série de ornamentos. Ao longo dos anos, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios passou por dificuldades decorrentes, sobretudo, da escassez de recursos. Na segunda metade do século XX o IPHAN realizou uma série de intervenções e reparos na edificação, culminando em uma grande restauração levada a cabo e 2003.

A Igreja de Santa Rita (figura 10), que se tornou o principal ícone da cidade de Paraty, situa-se próxima à área do rio Patitiba, junto ao cais foi construída através do esforço conjunto dos homens pardos e livres e de pescadores. Sua construção foi iniciada em 1722 e, ao longo do século XIX, serviu como Matriz enquanto a igreja Nossa Senhora dos Remédios passou por reformas. Nas imagens produzidas sobre à cidade (pinturas, fotos, cartões-postais) é a igreja de maior destaque, nas quais são valorizadas sua relação com a baía. Desde 1973, abriga o Museu de Arte Sacra de Paraty cujo acervo é composto por coleções pertencentes às irmandades religiosas de Paraty.

As duas irmandades associadas à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito tinham como devotos os negros que não eram forros. A igreja foi erigida por volta de 1725, com maciça participação de escravos e pela mobilização de Manuel e Pedro Ferreira dos Santos. Em 1757 ela foi reconstruída. Ao congregar os negros era, portanto, um templo destinado à base da hierarquia social de Paraty. Na área contígua viviam escravos de ganho, que não viviam com seus senhores, e artesão e pequenos sitiantes, em sua maioria, livres. O templo passou por melhorias ao longo do século XIX, quando foi erguida sua torre e os altares foram dourados (figura 13)

A construção da capela de Nossa Senhora das Dores, iniciada em 1800, é levada a cabo pela elite paratiense, sobretudo, pelas ricas senhoras associadas à irmandade de Nossa Senhora das Dores e pela irmandade de Nosso Senhor dos Passos. Sua localização, à beira da praia e voltada para o mar expressa uma valorização pouco comum da beira-mar, uma vez que, no século XVIII, a proximidade com o litoral significava desproteção. Do ponto de vista arquitetônico, embora date de 1800, segue os padrões das igrejas do século XVIII, com nave única e dois corredores laterais que conduzem à sacristia (figura 14).

José Kleber Martins Cruz, chefe da DPHAN em Paraty no início dos anos 60, solicitou que todas as igrejas da cidade fossem tombadas individualmente, uma vez que o conjunto arquitetônico e urbanístico já havia sido tombado. Cabe ressaltar que as quatro igrejas, bem como o Forte Defensor Perpétuo, foram inscritas no Livro Histórico e não no de Belas Artes (IPHAN, 2007b).



Figura 9: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Fonte: <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parati-Matriz1.jpg> Acessado em 12/11/2013.



Figura 10: Igreja de Santa Rita. Fonte: <http://www.cvc.com.br/destinos/brasil/paraty.aspx> Acessado em 12/11/2013



Figura 11: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Fonte: <http://www.cvc.com.br/destinos/brasil/paraty.aspx> Acessado em 12/11/2013.



Figura 12: Igreja de Nossa Senhora das Dores. Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/paraty/igreja-nossa-senhora-das-dores-2/#prettyPhoto> Acessado em 12/11/2013.

Estes tombamentos individuais ratificam a análise realizada de Chuva (2009) que constatou que os bens de tipo religioso foram os principais alvos da inscrição exclusiva no Livro Histórico mesmo aqueles que não eram detentores de grandes valores artísticos.

Neste capítulo buscamos contextualizar as inscrições de Paraty nos Livros do Tombo no contexto institucional do IPHAN, na sua prática de preservação, nos processos urbanos verificados naquela cidade e, principalmente, nas demandas por parte do Estado e da opinião pública por maiores níveis de proteção ao patrimônio entre as décadas de 1960 e 1970. A seguir, passamos à análise de um processo mais recente na discussão do valor de Paraty como patrimônio: as suas tentativas de inserção na Lista do Patrimônio Mundial. Diferentemente dos tombamentos, o que se pretende agora é construir discursivamente a ideia de que aquela cidade possui valores e significados não para os brasileiros exclusivamente, mas para toda a Humanidade. Trata-se de um

processo bastante complexo, analisado aqui a partir dos dossiês de candidatura, principais documentos apresentados pelo Brasil à UNESCO, instituição que confere o título pretendido.

CAPÍTULO III – AS CANDIDATURAS DE PARARATY A PATRIMÔNIO MUNDIAL

A visibilidade adquirida por Paraty ao longo da segunda metade do século XX e sua maior acessibilidade em função da construção da rodovia BR-101 fomentaram a adoção por parte do poder público de uma série de medidas protetivas visando resguardar o patrimônio histórico da cidade e a exuberante natureza que o encerra – o papel desempenhado por instituições como o IPHAN e o ICMBio atestam essa preocupação.

Exploramos na primeira seção deste capítulo, de forma sucinta, as etapas que envolvem a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, para que pudéssemos refletir acerca da atual fase de construção de valor do patrimônio paratiense que tem hoje como uma de suas expressões as candidaturas perpetradas pelo governo brasileiro à obtenção do cobiçado título pela cidade sul-fluminense.

Ao procedermos a análise deste processo em Paraty, estabelecemos alguns recortes analíticos para compreender os dois principais documentos entregues a UNESCO, com vistas a inscrição de Paraty na Lista: o dossiê *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*, produzido no ano de 2007, referente a candidatura da cidade ao título de Paisagem Cultural; e *Paraty: Cultura e Natureza*, dossiê redigido entre 2010 e 2011, relativo a atual candidatura da cidade a Bem Misto.

Analisamos e comparamos estes documentos procurando identificar alterações e permanências na base argumentativa e nas estratégias de atribuição de valor à Paraty como Patrimônio Mundial. Para tanto, os recortes analíticos assumidos foram: as declarações de valor universal; os critérios adotados como justificativa de inscrição; as análises comparativas. Como a ideia de singularidade de Paraty foi construída em cada documento? Esta questão balizou nossa análise documental.

Utilizamos também como importante referência documental, para entender os processos de candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial, as recomendações e pareceres emitidos pela UNESCO e por seus órgãos de assessoria ICOMOS e UICN, que serviram de orientação aos profissionais direta e indiretamente envolvidos na produção destes dossiês. Estes materiais, que constam nos anexos deste trabalho, consistem em cartas e análises técnicas e foram disponibilizados pela arquiteta Isabelle Cury, com quem foi realizada uma entrevista bastante elucidativa quanto à movimentação em torno da obtenção do título na cidade.

3.1 - Preservação e turismo: a candidatura de um bem a patrimônio mundial

Ao pensarmos a dimensão política e econômica que o patrimônio apresenta temos que a sua relação com a atividade turística cada vez mais se coloca como um importante campo de pesquisa. Diversos autores têm se dedicado a temática do patrimônio como uma preocupação da sociedade moderna e como “fenômeno de massa” face ao seu atual apelo midiático e capacidade de atração de turistas.

Indiferentemente de sua natureza (cultural, rural, ecológico etc.), o turismo sempre gera impactos em maior ou menor grau no local em que é desenvolvido. Neste sentido, a atuação regulatória do Estado faz-se imprescindível, bem como estudos que investiguem as dinâmicas que envolvam a atividade, fornecendo, inclusive, subsídios para o campo das políticas públicas.

O turismo é híbrido, para usar a terminologia da moda, híbrido, no sentido em que ele é, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento, e ao mesmo tempo, um enorme potencial de degradação do meio ambiente e mesmo social. (BECKER, 1999, p.43)

Parent (1968) teceu considerações semelhantes às de Becker (1999) durante sua estadia no Brasil e, particularmente, em Paraty. Gradativamente, a articulação entre a atividade turística e a preservação do patrimônio cultural, tão propagada na década de 1960 como forma de salvação de muitos sítios urbanos tombados, passou, sobretudo a partir dos anos de 1980, a ser vista com reservas.

Desenvolveu-se uma vertente de pensamento fortemente crítica em relação à forma como o turismo incorpora o patrimônio cultural. Jeudy (2005), Choay (2001) e Yázigi (2002, 2009) apontam para a transformação das cidades e de seus patrimônios/centros históricos em cenários, palco para atividade turística em meio a um processo de espetacularização que estaria esvaziando cultural e simbolicamente estas áreas-urbanas patrimônio. Choay (2001), em *A Alegoria do Patrimônio* um estudo hoje já clássico sobre patrimônio, também problematiza a relação entre urbanismo, turismo e patrimônio colocando este último como um fenômeno de massa da sociedade moderna e, com isso, trazendo certa banalização do próprio conceito de patrimônio.

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à engenharia cultural, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (CHOAY, 2001, p.211).

Em *Espelho da Cidade*, Pierre Jeudy (2005) argumenta que os processos de requalificação urbana em sítios históricos tem seguido lógicas semelhantes em locais bastante distintos, o que tem aniquilado as especificidades e singularidade de cada cidade e de cada centro histórico. Estaria havendo uma museificação urbana na qual os vestígios materiais de configurações sociais e urbanas pretéritas estariam passando por um processo de esvaziamento cultural e simbólico ao serem transformados em espetáculo.

Motta (2002) pontua que o que está em curso é a atribuição de um novo valor simbólico agregado ao patrimônio, agora entendido como uma grife. A partir de um modelo internacionalizado, com foco no desenvolvimento do turismo, têm sido realizadas intervenções urbanas que vulgarizam seus valores culturais e simbólicos anteriores para atender a uma demanda de consumo global, no qual o patrimônio tem se tornado um importante produto através de atores políticos, econômicos e ideológicos. Para autores como Costa (2010), este processo pode ser percebido em algumas candidaturas a Patrimônio Mundial da UNESCO que várias cidades no Brasil e no mundo têm perpetrado, como forma de adquirirem fomentos à preservação de seu patrimônio e também uma maior visibilidade.

(...) é evidenciada uma “ultravaloração” do espaço quando esses bens da cultura, ao adquirirem o caráter nobre e soberano do título de reconhecimento internacional, são apropriados, estrategicamente, “pela indústria”, que ressignifica os núcleos urbanos tombados mediante a implantação, na maioria das vezes, de um turismo negligente com a sociedade e com o lugar, que revaloriza o patrimônio, produz novas espacialidades, novas distinções e relega os objetivos primordiais, dos órgãos nacionais e internacionais de preservação. O que identificamos de forma perversa em Tiradentes e, incipiente, em Diamantina e mesmo em Ouro Preto (COSTA, 2010, p.76)

A categoria de Patrimônio Mundial foi criada em 1972, durante a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, realizada por iniciativa da UNESCO, passo importante para o campo da preservação do patrimônio no plano internacional.

(...) a universalização da noção de patrimônio cultural (e patrimônio natural) levou à construção de princípios e normas que permitiram o estabelecimento de diretrizes para as ações de preservação, a partir da consolidação da noção de Patrimônio Mundial pela UNESCO” (COSTA, 2010, p.13-14).

Em uma candidatura a Patrimônio Mundial, a UNESCO coloca como um dos critérios básicos para a inscrição de uma cidade em sua lista a participação e

mobilização da sociedade em prol da candidatura²³. De acordo com Lage (2011), na cidade de Diamantina, uma das representantes brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial, o objetivo de uma dita mercantilização do patrimônio teria acionado muito mais a população local do que uma sensibilização para questão preservacionista:

A movimentação política criada em torno da candidatura, com eventos promovidos pelo poder municipal, criaram na população uma falsa expectativa de lucro e ganhos adicionais seja através de recursos oriundos da UNESCO, seja pelo incremento de atividades econômica, como o incentivo do turismo. c. (LAGE, 2011, p. 300)

No entanto, observa-se em trabalhos como o de Sotratti (2010) que o desenvolvimento da atividade turística em áreas tombadas gera, de fato, recursos que acabam sendo investidos na recuperação física do patrimônio edificado, que constitui o principal atrativo. A obtenção destes recursos está por trás de muitas tentativas de inserção na Lista do Patrimônio Mundial, perpetradas pelas agências de preservação de vários países que tentam conseguir a chancela para bens histórico-culturais, naturais ou mistos, aqueles que são portadores tanto de valores culturais, quanto de valores naturais.

o recebimento da chancela da UNESCO, via Comitê do Patrimônio Mundial, dado o caráter ambicioso e imediatista de agentes públicos e de mercado de cada Estado-parte, torna-se o filão para a intensa e programada valorização simbólica dos bens culturais, que transforma a cultura num novo gênero de mercadoria, objetivo precípua da “indústria cultural”, pois é o estímulo a essa valorização econômica dos bens culturais (COSTA, 2010, p.81)

Fomentar nas populações residentes das áreas tombadas a percepção da importância de preservar seu patrimônio e de utilizá-lo de maneira sustentável, passa por todo um esforço de conscientização. Atento a esta questão, o IPHAN tem desenvolvido um direcionamento para a realização de ações de educação patrimonial. Em 1999, reconhecendo a importância da sensibilização das comunidades quanto à

²³ Em Paraty, quando da conclusão do dossiê *Caminho do Ouro e Sua Paisagem*, UNESCO e IPHAN buscaram fomentar iniciativas de sensibilização e esclarecimento à população quanto aos trâmites da candidatura até aquele momento. Foi ministrada por técnicos da UNESCO uma série de *workshops* com professores da rede pública, culminando na idealização da gincana *Paraty em Xeque*, projeto de professoras de história e de geografia. Dentre os principais objetivos e metas do projeto estavam: identificar os muitos saberes populares, a partir de conhecimentos adquiridos; caracterizar a memória coletiva, que ao curso de um longo processo histórico, constitui-se na história de Paraty; identificar e destacar atores responsáveis pela construção da história de Paraty; valorizar autores da História de Paraty, a partir de estudos de suas obras; evidenciar fatos da História de Paraty que contribuíam para as mudanças históricas; conhecer e reconhecer os ciclos econômicos por quais passou Paraty, posicionando-os dentro de um contexto histórico; destacar as construções arquitetônicas e as tantas belezas naturais, como valores agregados ao turismo atual. A gincana consistia em uma competição com jogos de perguntas e respostas baseadas em um material paradidático de referência escrito pelo historiador Diuner Mello em 2006, o *Guia Paraty Estudante*.

preservação do patrimônio, o instituto lançou o *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Neste documento Horta *et. all.*(1999), definem assim a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p.06).

Esta definição ressalta a importância de estimular usos por parte da população, de aproximar do indivíduo e da coletividade o patrimônio, empregado em uma acepção bastante ampla – desde monumentos e espaços tombados (patrimônio material) até práticas e manifestações culturais (patrimônio imaterial).

Ideal seria a implementação de projetos turísticos voltados, verdadeiramente, ao desenvolvimento local, onde a população residente, o turista e o turismo sejam, todos, beneficiados mutuamente. Tarefa um tanto difícil de ser realizada, dado o interesse imediatista de nossos representantes e o unilateralismo dos agentes de mercado (COSTA, 2007, p.39) incluir essa citação

No contexto paratiense, foi a grande entrada de turistas de veraneio e de moradores de segunda residência que acabou por promover boa parte da recuperação física do casario, das fachadas das casas e sobrados – ainda que boa parte dos interiores das edificações tenham sido bastante modificados para atenderem a novos usos e demandas. Hoje os atores locais enxergam novas possibilidades de promoção da cidade com a possível inscrição de Paraty na Lista do Patrimônio Mundial.

Fato é que os diferentes usos do patrimônio redefinem relações e causam impactos diversos que não podem ser pensados de maneira simplista ou maniqueísta. As motivações para os processos de candidatura são diversas, envolvendo vários atores da sociedade civil. As implicações da obtenção do título também são distintas de um sítio para o outro e devem ser analisadas à luz dos processos sociais, culturais e econômicos que se processam nas sociedades onde estão inseridos.

Existem vários atores e instituições envolvidos na indicação e avaliação dos bens propostos para constarem na lista do patrimônio Mundial – conseqüentemente, há várias esferas em que essas ações se dão e várias relações institucionais são estabelecidas.

O primeiro passo para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é entrar na Lista Indicativa que é feita pelos órgãos de preservação dos 187 países signatários da *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e*

Natural. Esta convenção, já aqui mencionada como um esforço de sistematizar a proteção do patrimônio a nível internacional, ofereceu importantes diretrizes que nortearam a formação da Lista. Nos artigos 4 e 5 da Convenção, os Estados signatários se comprometem a identificar, reconhecer e indicar os bens que fazem jus ao título.

Cada um dos Estados-partes, na presente convenção, reconhece que lhe incumbe a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural (...) situado em seu território (...) adotar uma política geral visando dar ao patrimônio ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade (...) instituir em seu território serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural (...) desenvolver estudos e pesquisas científicas e técnicas, aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado fazer frente aos perigos que ameacem seu patrimônio cultural ou natural (...) a tomar medidas legais, recursos adequados, científicos, técnicos, administrativos e financeiros para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro deste patrimônio (...) estimular a pesquisa científica nesse campo.²⁴

Ao inserir um determinado bem nesta lista indicativa, o país deixa implícita a intenção de, posteriormente, produzir um dossiê a respeito, no qual deverá constar sua localização geográfica, as medidas de proteção e a justificativa de seu valor universal excepcional (Costa, 2010).

Ao apreciar um dossiê de candidatura e aprová-lo a UNESCO encaminha a proposição aos seus órgãos de assessoramento – ao ICOMOS se a candidatura for de um bem cultural, ao UICN, caso trata-se de bem natural, ou a ambos se a candidatura for de bem misto. Por último, após todas as revisões, a candidatura passa pela apreciação do Comitê do Patrimônio Mundial para ser julgada, nesta instância pode ser negada ou aprovada. Caso seja negada, a base argumentativa que estrutura a proposição e a atribuição de valor ao bem precisam ser reformuladas. Caso seja aceita a candidatura, o bem é inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Há duas categorias intermediárias: *referred* (revisar parte dos argumentos da proposição) e *deferred* (complementar com informações e esclarecimentos adicionais).

²⁴ Chacun des Etats parties à la présente Convention reconnaît que l'obligation d'assurer l'identification, la protection, la conservation, la mise en valeur et la transmission aux générations futures du patrimoine culturel et naturel (...) situé sur son territoire (...) d'adopter une politique générale visant à assigner une fonction au patrimoine culturel et naturel dans la vie collective (...) d'instituer sur leur territoire, dans la mesure où ils n'existent pas, un ou plusieurs services de protection, de conservation et de mise en valeur du patrimoine culturel et naturel (...) de développer les études et les recherches scientifiques et techniques et perfectionner les méthodes d'intervention qui permettent à un Etat de faire face aux dangers qui menacent son patrimoine culturel ou naturel (...) de prendre les mesures juridiques, scientifiques, techniques, administratives et financières adéquates pour l'identification, la protection, la conservation, la mise en valeur et la réanimation de ce patrimoine (...) d'encourager la recherche scientifique dans ce domaine. <http://whc.unesco.org/fr/conventiontexte/> Consultado em 19 de dezembro de 2013.

Para integrar a Lista do Patrimônio Mundial o bem deve conter o que a UNESCO chama de valor universal excepcional se enquadrando em ao menos um de 10 critérios possíveis, estipulados pela própria organização. Seis com base na cultura e quatro relativos à natureza e ao meio ambiente. Aqueles que se enquadram em um ou mais critérios culturais são os patrimônios culturais; em um ou mais critérios naturais são os patrimônios naturais; já aqueles que estão inscritos por condizerem tanto com critérios culturais, quanto com critérios naturais são patrimônios do tipo bem misto.

Os seis primeiros são critérios culturais: (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (ii) testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais do planejamento urbano ou da criação de paisagens; (iii) aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; (iv) ser exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana; (v) ser exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com seu meio, sobretudo quando este encontrar-se vulnerável em decorrência de impactos causados por alterações irreversíveis; vi. estar associados direta ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional.

Os quatro últimos critérios se relacionam a aspectos naturais: (vii) representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais; (viii) ser um exemplo representativo dos grandes estágios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomorfológicos ou fisiográficos de grande significado; (ix) ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais; (x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação em diversidade biológica específica, compreendidos

aqueles nos quais sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da ciência ou da conservação²⁵.

3.2 - As declarações de valor universal e os critérios adotados

Um ponto bastante importante a ser considerado na proposição de uma candidatura a patrimônio mundial é a declaração de valor universal apresentada no dossiê. Através dela torna-se possível compreender como as autoridades do país proponente e os redatores do material a ser entregue, agentes diretamente envolvidos, tentam construir discursivamente as ideias de universalidade e excepcionalidade do bem em questão, cruciais para a obtenção do título. Leal (2010) aponta que a própria noção de valor universal excepcional passou por mudanças importantes desde a sua primeira formulação.

A definição de "universal" na frase "valor universal excepcional" requer comentário. Algumas propriedades podem não ser reconhecidas por todas as pessoas, em todos os lugares, como sendo de grande importância e significado. As opiniões podem variar de uma cultura ou período para o outro e o termo "universal" deve ser interpretado como referindo-se a um bem que é altamente representativo da cultura da qual faz parte (UNESCO, 1977).²⁶

Atualmente, entretanto, o valor universal é pensado a partir de outra perspectiva na qual “a valoração proposta parece visar menos à representatividade de uma cultura do que a relação que o bem poderia estabelecer com outros bens, de outras culturas” (LEAL, 2010, p.52). Com isso, a autora argumenta sobre a necessidade do bem indicado transcender os limites nacionais, ou seja, dialogar com a história da humanidade torna-se tão ou mais importante do que representar a própria cultura do qual faz parte – o que fica patente na definição mais atual de valor excepcional universal.

Valor excepcional universal quer dizer um significado cultural e/ou natural que é excepcional o bastante para transcender limites nacionais e possuir uma importância compartilhada para as gerações presente e futura de toda a humanidade (UNESCO, 2008).²⁷

25 Os dez critérios podem ser consultados em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

26 The definition of "universal" in the phrase "outstanding universal value" requires comment. Some properties may not be recognized by all people, everywhere, to be of great importance and significance. Opinions may vary from one culture or period to another and the term "universal" must therefore be interpreted as referring to a property which is highly representative of the culture of which it forms part. Consultado em 14 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide77a.pdf>

27 Outstanding universal value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity. Consultado em 14 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>

Desta forma, hoje, os técnicos, intelectuais e profissionais de diferentes formações que redigem os dossiês de candidatura apresentados a UNESCO e aos seus órgãos de assessoramento precisam ser capazes de argumentar que o bem possui não apenas um alto valor para a sociedade no qual está inserido, mas que em função de uma ou mais características inerentes a ele ajuda a contar a história da humanidade, ou de parte dela e, ainda, da evolução da Terra, no caso dos patrimônios naturais ou mistos.

Analisando os dossiês de candidatura de Paraty a patrimônio mundial – *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* como paisagem cultural, de 2007, bem como *Paraty: Cultura e Natureza* a Patrimônio Mundial como Sítio Misto, apresentado pelo Governo Brasileiro à UNESCO em janeiro de 2011 – nota-se que, no primeiro material foi dada grande ênfase a importância da exploração aurífera, justificando o próprio título da candidatura, Caminho do Ouro. Consta no documento que o ouro brasileiro descoberto e extraído no século XVIII, teria gerado a primeira corrida do ouro do mundo e sido base para a revolução industrial.

Cada um dos elementos desta proposta, a serra, o núcleo urbano e suas fortificações, as relações humanas e o caminho do ouro, pelo que são e por aquilo que representam compõem em si um elemento de alto valor de paisagem e de cultura de interesse universal. Consideradas em conjunto compõem um sítio de excepcional valor que merece o reconhecimento e a fruição de toda a humanidade. Isto porque durante cerca de 200 anos Paraty, sua baía e esse caminho serviram de rota e porto de circulação e intercâmbio das transações comerciais entre o Brasil e a África, Ásia e a Europa. (IPHAN, 2007a, p.129)

O dossiê de 2007 também buscou ressaltar a importância de Paraty no contexto da ocupação do território sul-americano. O texto argumenta que o Caminho do Ouro, que tem Paraty como um de seus extremos, “representa a penetração que permitiu a mais ampla interiorização da ocupação do centro geográfico da América do Sul” (IPHAN, 2007). No documento foi ressaltado ainda o fato de Paraty ser considerado pela UNESCO, desde 1992, como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O documento produzido e apresentado pelo Brasil em 2011 foi elaborado a partir da igual valorização e enaltecimento tanto dos aspectos histórico-culturais, quanto dos naturais, posto que se tratou de uma candidatura como bem misto. Os critérios para atribuição de valor cultural foram os mesmos em relação ao dossiê de 2007. Pode-se observar, entretanto, uma mudança significativa no discurso sobre o processo de formação arquitetônica da cidade – a imagem de cidade colonial continua sendo valorizada, entretanto, admite-se neste dossiê que boa parte do conjunto urbano

paratiense sofreu influências dos estilos arquitetônicos do século XIX, já no contexto do Império.

O valor universal excepcional de Paraty decorre da interação e da dupla condição da configuração urbanística arquitetônica que conjuga contribuições construídas entre os séculos XVII e XIX, e da singularidade do sítio natural em que está inserida, do qual é parte e resultante (...) O núcleo urbano que se estabeleceu, portanto, ao longo de três séculos e que apresenta reflexos de ciclos de significância mundial, como o ouro, o açúcar e o café, é o mais homogêneo e bem preservado conjunto litorâneo luso-brasileiro representativo da arquitetura e das concepções urbanísticas dos séculos XVII e XVIII existente no mundo. (IPHAN, 2011, p.136)

Com relação à natureza, o fato de Paraty ser Reserva da Biosfera da Mata Atlântica também foi um ponto mencionado, bem como a presença de quase uma dezena de áreas de proteção ambiental. Ao compararmos os dossiês de 2007 e 2011, no que diz respeito às atribuições de valor imputadas à Paraty é possível notar algumas alterações, mesmo porque as candidaturas se diferenciam na base: a primeira uma candidatura de paisagem e a segunda de bem misto, o que implica diferentes estratégias discursivas na construção de valor e a incorporação de outros critérios para enquadramento do bem.

Tanto a candidatura do *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* como paisagem cultural, de 2007, quanto a de *Paraty: Cultura e Natureza* a Patrimônio Mundial como Sítio Misto, apresentado pelo Governo Brasileiro à UNESCO em janeiro de 2011 basearam-se nos critérios culturais II, IV e V (tabela 3).

CAMINHO DO OURO EM PARATY E SUA PAISAGEM (2007)

PARATY: CULTURA E NATUREZA (2011)

ii → testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais do planejamento urbano ou da criação de paisagens;

iv → ser exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;

v → ser exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com seu meio, sobretudo quando este encontrar-se vulnerável em decorrência de impactos causados por alterações irreversíveis.

Tabela 3:

Já no dossiê de 2011 foram incorporados, portanto os critérios naturais VII, VIII e X (tabela 4).

PARATY: CULTURA E NATUREZA (2011)
<p>vii → representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;</p> <p>viii → ser um exemplo representativo dos grandes estágios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomorfológicos ou fisiográficos de grande significado;</p> <p>x → conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação em diversidade biológica específica, compreendidos aqueles nos quais sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da ciência ou da conservação</p>

Tabela 4:

Analisando o *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* temos que, no que se refere ao critério de número ii o caminho que lhe dá título é definido como uma rota cultural pioneira, valorizado por ser um testemunho da ocupação da América do Sul, durante o denominado “Ciclo do Ouro”. Foi enaltecida também a “aventura” da ocupação portuguesa no território brasileiro. O dossiê de 2011 subdivide este critério em três partes: 1) arquitetura; 2) tecnologia; 3) urbanismo. Nele a justificativa do critério ii foi atribuída grande importância a presença do índio, valorizado como o primeiro desbravador. Também houve uma valorização da miscigenação do povo brasileiro expressa em Paraty e de como diferentes atores sociais se uniram para defender a cidade, construindo um sistema de fortificações resguardando a riqueza que por lá circulou em diferentes contextos, sobretudo relacionada à exploração aurífera e, posteriormente, ao escoamento da produção cafeeira.

O dossiê de 2007 destaca como um *exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico*, critério de número iv, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty por ser “destino terrestre e marítimo do Caminho do Ouro, objeto central daquela proposição. O dossiê de 2011 subdivide este critério em: 1) arquitetura; 2) conjunto tecnológico; 3) Paisagem. A ênfase na atribuição valorativa se desloca do Caminho do Ouro para o casario da cidade como um expoente

ímpar da arquitetura portuguesa que “manteve sua configuração arquitetônica e urbanística homogênea e em estreita correspondência com a natureza”.

Especial destaque é dado a Mata Atlântica na justificativa do critério v, no primeiro dossiê, bem como a linha de costa paratiense que atestaria a ruptura entre a América do Sul e o continente africano. No segundo, a preocupação com a vegetação que recobre o município aparece entre os critérios naturais, no caso o de número x. Em *Paraty: Cultura e Natureza* o critério de número v foi justificado com grande ênfase ao conhecimento indígena, a convivência harmoniosa que estes estabeleceram com a natureza local e a importância destes primeiros habitantes, que estaria expressa até mesmo na toponímia.

3.3 - Análises comparativas: a singularidade de Paraty

No processo de candidatura de um bem à Patrimônio Mundial, devem estar presentes ao longo do dossiê algumas análises comparativas, no sentido de ratificar o caráter de excepcionalidade do bem em questão. Segundo o dossiê elaborado em 2007, *O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* se diferenciava de outros bens integrantes da Lista do Patrimônio Mundial

porque o sítio urbano, que está localizado em um setor da costa brasileira de grande expressão histórica, econômica e geológica, preserva suas características como representante da expansão ultramarina portuguesa e de marco inicial do caminho que propiciou a interiorização desse processo no contexto sul-americano. E se diferencia também pela paisagem cultural de valor e beleza excepcionais que lhe serve de cenário. (IPHAN, 2007a p.135)

O documento considera que no contexto do Brasil colonial foram criados dois modelos de cidade. Em um primeiro grupo estariam as cidades eruditas, criadas pela Coroa Portuguesa, alvos de planejamentos prévios, projetadas por engenheiros militares. O segundo grupo seria composto pelas cidades vernáculas, que se originaram de forma espontânea, pelas iniciativas dos donatários das províncias, com poucos recursos técnicos. O dossiê aponta que Paraty se insere neste último grupo, ao contrário de São Luiz do Maranhão e de Salvador da Bahia, cidades brasileiras que figuram na Lista do Patrimônio Mundial. A argumentação foi a de que estas cidades “foram criadas por iniciativa oficial da Coroa Portuguesa com a clara intenção de garantir a posse do território da colônia”, enquanto Paraty possui origem vernácula (*Op Cit*). Outro argumento utilizado foi o da disparidade populacional, na medida em que São Luiz possui mais de um milhão de habitantes e Salvador é a terceira maior cidade do Brasil

em população²⁸. A população paratiense, a despeito do aumento demográfico ocorrido no município ao longo da segunda metade do século XX, não atinge 40 mil pessoas.

Em seguida, foi realizada uma comparação entre a cidade e suas vizinhas: Ubatuba, Angra dos Reis e São Sebastião, outras três cidades costeiras cuja gênese é contemporânea a de Paraty. De acordo com o texto, o grau de descaracterização experimentado por aquelas cidades impedem a apreensão de como eram as configurações originais daqueles sítios, “sendo Paraty o único exemplo que nos restou desse período para que possamos avaliar e fazer suposições de como eram conformados arquitetônica e espacialmente esses núcleos primitivos.”(*Op Cit*),

Em seguida o dossiê de 2007, realiza a comparação de Paraty com outros núcleos de colonização portuguesa fora do Brasil e menciona Goa e Macau como cidades nas quais estaria expresso o esvanecimento da cultura portuguesa. Em Goa, na Índia, poucos elementos teriam remanescido do período da colonização lusitana, destacando-se entre estes as igrejas. Por contraste “Paraty com toda sua estrutura urbana intacta e através do Caminho do Ouro é o marco vivo de consolidação dessa cultura em vastíssimo território.” (*Op Cit*),. Com relação a Macau, situada no sul da China,

Os quarteirões de seu traçado urbano, que se estende por suaves colinas, não estão em posição ortogonal. Também aí os exemplos dos primeiros séculos de sua colonização encontram-se descontínuos, separados por construções de outra era, cultura e feição, em oposição à integridade única do núcleo urbano apresentado nesta proposta.(...) Como Goa, Macau representa um império que se extinguiu. Paraty e o Brasil são hoje os mais expressivos exemplos de sucesso, desse processo de expansão marítima colonial (IPHAN, 2007, p.138-139).

Por fim, o dossiê compara a cidade de Paraty com a vila Angra do Heroísmo, situada no arquipélago dos Açores, inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Antes de pontuar diferenças o texto do dossiê elenca algumas semelhanças entre as duas localidades.

Mesmo sendo esta [Angra do Heroísmo] dois séculos anterior, há entre as duas cidades uma série de disposições urbanísticas que se assemelham: quer na escolha dos sítios para a implantação inicial, quer na forma como estas cidades evoluíram e estruturaram nas primeiras fases de seu desenvolvimento. Ambos os sítios escolhido para implantação inicial apresentavam amplas baías abrigadas, com ótimas condições de porto natural, protegidas nos extremos por morros, promontórios ou ilhas que assegurassem fácil defesa da entrada do porto e da cidade (IPHAN, 2007a, p.139).

²⁸ Precisamente, 1.014.837 de habitantes moram em São Luiz (MA) e 3.573.973 em Salvador. Fonte: IBGE (2010)

Entretanto, também seria possível verificar diferenças entre Paraty e Angra do Heroísmo, tornando a proposta brasileira original. O caminho estruturador de Angra do Heroísmo se desenvolveu no interior, longe do mar devido às condições topográficas. Mas a diferença principal seria no que se refere ao traçado urbano. Paraty recebeu um traçado reticulado somente no século XIX, o que teria conservado o modelo linear anterior, percebido pela curvatura das ruas principais. Enquanto na cidade açoriana

As ruas que cruzavam o eixo essencial e se dispunham perpendicularmente ao mar adquiriram uma importância crescente na estrutura da cidade, tornando-se progressivamente a direção dominante do traçado (...). Embora o desenvolvimento tenha ocorrido em tempos diferentes e de formas diferentes as duas cidades se destacam pela regularidade dos seus traçados (IPHAN, 2007a, p.139).

No dossiê mais recente apresentado pelo Brasil à UNESCO, *Paraty: Cultura e Natureza*, referente à candidatura como bem misto, a análise comparativa aparece de forma mais pormenorizada (tabela 5), ocupando inclusive quarenta e quatro páginas do documento, enquanto em *O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* a análise comparativa aparece em apenas oito páginas do dossiê.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CIDADES COMPARADAS
Análise segundo o painel das demais possessões portuguesas no mundo	- Angra do Heroísmo
Evidências do traçado regular em cidades brasileiras do sul, posteriores a Paraty.	- Paranaguá - São Francisco do Sul - Desterro - Laguna - Colônia do Sacramento
Análise segundo o painel das cidades brasileiras do ciclo do ouro	- Mariana - Ouro Preto - Sabará
Análise segundo o painel das cidades litorâneas brasileiras	- Salvador - Olinda - São Luis do Maranhão - Rio de Janeiro

Tabela 5: Elaboração do autor

Diante do quadro comparativo esboçado, com relação ao traçado urbano, à integridade e homogeneidade arquitetônica do painel das cidades luso-brasileiras e ao período histórico e processo econômico em que se insere, Paraty faria, segundo o documento, jus ao título de Patrimônio Mundial na categoria de bem misto por sua singularidade.

(...) conclui-se que, pelo viés urbanístico, arquitetônico e de contextualização histórica, Paraty é única no quadro mundial, não estando representada por nenhuma outra cidade de origem portuguesa. Também pelo viés da relação com a natureza, Paraty não se iguala a nenhuma outra, tanto por sua inserção no meio natural exuberante, quanto pela íntima relação que possui com os tipos humanos que sintetizam o quadro da formação colonial brasileira, mantendo até hoje vivas suas tradições e utilizando seus conhecimentos em benefício da conservação da cultura e do meio ambiente (IPHAN, 2011, p.139).

Por tratar-se de uma candidatura a bem misto, na qual tanto aspectos culturais, quanto aspectos naturais são valorizados, houve a necessidade de, na produção do dossiê *Paraty: Cultura e Natureza*, que os aspectos ambientais da cidade também fossem exaltados. O Brasil tem sete bens naturais incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, dentre os quais três situam-se em área de Floresta Atlântica: as Reservas da Mata Atlântica no Sudeste (1999); as Reservas da Mata Atlântica na Costa do Descobrimento (1999); e as Ilhas do Atlântico brasileiras: reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001). Neste sentido, a proposta poderia ser exaustiva na medida em que seria mais um reduto desta vegetação ameaçada.

O que, porém, confere um valor excepcional universal para Paraty é o encontro, a interação de fatores tão diversos numa área muito reduzida. Ou seja, é na ocorrência simultânea desses valores estéticos, naturais, sociais e culturais, aliados aos processos e fenômenos compartilhados que radica sua singularidade [...] Associada à interação entre esses valores biofísicos diversos e excepcionais ressalta-se também as relações estreitas entre os tipos de assentamentos, a ocupação da paisagem, os usos e o conhecimento “anfíbio” da natureza das populações tradicionais (IPHAN, 2011, p. 169).

O texto valoriza o saber dos caiçaras e seu modo de vida sustentável, o cultivo em seus quintais como uma forma de apropriação e de vivência harmônica em relação à natureza e à disponibilidade de recursos no local.

além de conter diferentes grupos humanos que estabeleceram uma relação harmônica com o ambiente natural e que contribuem para mantê-lo bem preservado, Paraty possui quase uma dezena de áreas de proteção ambiental e é integralmente protegida pelo viés cultural há quase meio século, de forma que a preservação da natureza e da cultura são a tônica de qualquer projeto atual e verdadeiro de desenvolvimento sustentável e Paraty e sua região (IPHAN, 2011, p.168)

Apesar de fazer menção em diferentes momentos à importância da natureza local na própria conformação da paisagem de Paraty, o dossiê de 2007 enaltece menos os

aspectos ambientais que o de 2011 – haja vista que este teve como incumbência destacar a natureza paratiense como excepcional. Por tratar-se de uma candidatura a bem misto, fez-se necessário ainda comparar *Paraty: Cultura e Natureza* àqueles sítios já integrantes da Lista do Patrimônio Mundial, listados com essa classificação – que perfazem um total de 27 bens inscritos.

Em geral, os notáveis atributos naturais dos sítios mistos já reconhecidos são conjugados com aspectos culturais pelo viés da arqueologia, da religião (..) e da etnologia. Muitos preservam pinturas rupestres (...) e outros testemunhos materiais de culturas progressas, que já não existem mais. (IPHAN, 2011, p.170)

Neste sentido, se inscrita Paraty se diferenciaria bastante dos outros sítios reconhecidos. A única comparação possível, segundo o texto, seria com relação à cidade espanhola de Ibiza que abriga uma série de fortificações espanholas do século XVI, está associada a um processo histórico de extração, no caso de sal, e um cenário esteticamente privilegiado. No entanto, “a configuração urbana de Ibiza, seu processo histórico e a paisagem e atributos naturais onde se insere a distanciam de Paraty de tal maneira que não cabe comparação entre estes dois sítios mistos” (IPHAN, 2011, p.172).

As estratégias encontradas em ambos os dossiês não demonstram uma ruptura no discurso de atribuição de valor. Ao contrário, no que diz respeito às análises comparativas, diversos trechos e ideias foram incorporadas a mais recente proposta. Como já mencionado, uma argumentação recorrente da UNESCO em diferentes candidaturas é a de que a Lista do Patrimônio Mundial deve ser exemplar e não exaustiva (Ribeiro, 2007). Diante disto, nota-se que houve um esforço tanto em 2007, quanto em 2011 de valorizar Paraty a partir de uma pretensa singularidade, sob diversos aspectos que vão desde sua evolução urbana, passando pelos modos de vida de sua população, até sua flora e fauna.

A redação das análises comparativas em uma proposta de candidatura à Patrimônio Mundial revela mais do que uma tentativa de inserir determinado bem em um ou mais critérios estipulados pela UNESCO, trata-se de uma estratégia de atribuição de valor complexa e relacional, na qual as noções de singularidade e excepcionalidade são trabalhadas a partir de outros bens, preferencialmente já inscritos, que possuam características que os tornem minimamente comparáveis com o bem sob júdice.

3.4 - O processo de candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial e as recomendações da UNESCO

Na década de 1980, um grupo de intelectuais da cidade elaborou uma proposta de inserção de Paraty na Lista do Patrimônio Mundial, no entanto, ao invés de entregar o material reunido aos órgãos de preservação do patrimônio cultural, o encaminhou ao empresário e jornalista Roberto Marinho e o documento não recebeu o encaminhamento que deveria ter tido²⁹ (CURY, 2013). Em 1995, os trabalhos foram retomados, entretanto, o IPHAN ponderou que as recomendações da UNESCO eram para que o Brasil não submetesse mais candidaturas de cidades históricas³⁰.

Por ser mais uma cidade colonial, era sabido que a candidatura da cidade deveria apresentar um diferencial, uma vez que a própria UNESCO considera que não cabem mais cidades coloniais brasileiras na sua lista, por tratar-se de uma lista representativa e não exaustiva, fato que já era colocado desde a candidatura de Diamantina (RIBEIRO, 2007, p.109)

A população insistiu na ideia de cidade histórica e a arquiteta Isabelle Cury elaborou uma proposição como sítio misto. Diante da movimentação em torno de uma possível candidatura, foi organizado em 2001 um seminário em Paraty que contou com a presença de um consultor da UNESCO, Jean Pierre Halévy, e um consultor do ICOMOS. Os consultores acharam extremamente interessante a rota conhecida como Caminho do Ouro – à época estavam sendo iniciados os trabalhos de descoberta do caminho que ao penetrar a serra estava bastante encoberto pela mata.

Durante a conferência de 2001, Halévy achou que não deveria ser realizada uma proposição como sítio misto uma vez que o Parque da Bocaina, como uma floresta em regeneração em muitas partes, poderia não ter peso para patrimônio mundial. Foi pensada então uma proposta de paisagem em série, ou seja, diferentes unidades – o Parque, a cidade e o Forte Defensor Perpétuo, bens isolados que não possuem uma contiguidade³¹. No ano seguinte, a prefeitura formou uma equipe coordenada pelo arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, professor da USP, para elaborar o dossiê com o esforço de promover um processo de participação da sociedade civil.

²⁹ As informações contidas nesta seção, sobre o histórico das tentativas de inserção de Paraty na Lista do Patrimônio Mundial, bem como algumas das principais recomendações dadas pela UNESCO e seus órgãos de assessoria, que constam nos anexos desta dissertação, foram disponibilizadas em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2013 com Isabelle Cury, arquiteta que esteve a frente da candidatura de 2007. A pesquisadora se dedicou ao estudo morfológico de Paraty no contexto urbanístico das cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa, bem como a evolução urbana e fundiária de Paraty considerando as normas relativas à preservação do patrimônio cultural.

³⁰ Apesar disso, Goiás Velho e Diamantina foram inscritas na Lista de Patrimônio Mundial, em 1998 e 1999, respectivamente.

³¹ O caso do Rio de Janeiro também se tratou de uma candidatura em série (o Parque da Tijuca, o Pão de Açúcar, as fortificações, o Aterro do Flamengo). Os bens não correspondem a uma área contínua.

Em 2003 foi apresentado a UNESCO um primeiro trabalho, material enviado sem um plano de gestão. No dia 08 de janeiro de 2004, o Brasil adicionou à sua Lista Indicativa: *O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* (Gold Route in Paraty and its Landscape)³².

Em 30 de março de 2004, Francesco Bandarin, então diretor do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, escreveu uma carta endereçada a Antonio Augusto Dayrell de Lima, chefe da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO, na qual encoraja a continuidade do processo de candidatura, mas adverte que o material entregue foi considerado incompleto (ANEXO 1). Bandarin recomendou que as autoridades brasileiras, sobretudo as envolvidas na redação da proposta de inscrição, mantivessem contato com o Centro do Patrimônio Mundial, para discuti-la. Os avaliadores, que teriam se mostrado ansiosos para receber novos rascunhos, teceram diversas críticas ao material apresentado pelo Brasil:

- os mapas foram considerados inadequados para apresentar o sítio, em particular alguns sem barra de escala que não permitiam que distâncias fossem estimadas, havia ainda aqueles cujas escalas adotadas impediam uma clara visualização das edificações;
- em nenhum trecho do dossiê foi estimado o comprimento do Caminho do Ouro;
- algumas coordenadas geográficas estavam erradas;
- a BR-101 não foi representada no material cartográfico;
- embora o texto mencione a importância regional do Parque Nacional da Serra da Bocaina, não foram apresentados mapas que demonstrassem suas dimensões e níveis de proteção de forma contextualizada;
- não havia mapas e planos que indicavam o limite da área proposta para a inscrição e de qualquer zona tampão; os mapas eram esquemáticos e sem barra de escala;
- os limites propostos para o sítio eram vagos demais (tais como: “uma longa rua paralela à costa, que foi a base do desenvolvimento urbano”, “uma praça central onde a Igreja Matriz foi erigida”, “porto e eixos do Caminho”).

Através da carta, a UNESCO também solicitou reiteradamente que fosse mais bem identificada qual seria a “extraordinária importância” do Caminho do Ouro em Paraty. Entre 2004 e 2006, a equipe trabalhou sobre o plano de gestão. A recomendação

³² <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=br>. Consultado em 20 de dezembro de 2013.

da UNESCO foi para que prosseguissem com o encaminhamento da candidatura, foram feitas sugestões com relação a análises comparativas e solicitado o plano.

As principais críticas referiam-se ao fato de não terem sido englobados de modo consistente os elementos necessários para se constituir uma “paisagem cultural”, tais como as manifestações culturais populares, reivindicadas pela população. Tampouco foi destacada de maneira eficiente a relação entre os elementos naturais e culturais do sítio, atribuindo um valor muito maior ao aspecto construído do sítio histórico. (RIBEIRO, 2007, p.109)

No início de 2007, foi entregue um novo dossiê, com o mesmo título. O material recebeu o aval da UNESCO, que por seu turno o encaminhou para apreciação do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Apesar do título da proposição, *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*, tratava-se de uma candidatura de paisagem e não de caminho, ou itinerários. O conselho enviou ao Brasil a consultora mexicana María Cecilia Calderón Puente, com experiência em candidaturas de caminhos (itinerários culturais), mas não em paisagem cultural (CURY, 2013).

O dossiê, entretanto, textualmente foi elaborado no sentido de valorizar a paisagem e não foi escrito como um dossiê de caminho. A crítica feita pela UNESCO ao material apresentado em 2007 foi a de que para ser uma proposta de itinerário, a candidatura deveria abranger toda a Rota do Ouro, toda a Estrada Real e não apenas o trecho de Paraty, mas isso não foi feito porque não era a proposta pensada inicialmente – Cecilia Calderón a partir de sua experiência profissional teria apresentado a candidatura como caminho, o que ficou dissonante da tônica do texto. Em setembro de 2008 a consultora realizou uma visita de avaliação, que contou com a assessoria técnica de consultores do IPHAN, do ICMBio e do Ministério das Relações Exteriores e da Prefeitura de Paraty (ANEXO 6). Houve, entretanto, uma falha no encaminhamento da candidatura à época (CURY, 2013).

Em 22 de outubro de 2007, o especialista Alessandro Balsamo procedeu a análise técnica do material enviado pelo Brasil no dia 05 de outubro daquele mesmo ano (ANEXO 2). Baseando-se no Guia Operacional para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial³³, o perito identificou uma série de incompatibilidades com as exigências da UNESCO. Com relação ao monitoramento, Balsamo recomendou que fosse mencionada a periodicidade da revisão de indicadores do estado de conservação dos componentes do bem e o local onde os estes registros seriam mantidos. Deveriam ser feitos

³³ Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (2005). Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>

alguns esforços adicionais para preparar uma descrição mais exaustiva e uma seção mais detalhada sobre o estado de conservação dos bens. Fotografias, slides e outros materiais audiovisuais deveriam ser acompanhados pelo inventário de imagem e fotografia e formulário de autorização audiovisual, em conformidade como o previsto no Anexo 5 das Guia Operacional.

Além disso, as informações sobre bens em série, como era o caso da candidatura, deveriam ser apresentados em formato de tabela, entre estas informações as áreas em hectares. Ainda segundo o perito, os mapas seriam bons para localizar os componentes propostos para aquela candidatura, em série, mas não para identificar seus limites propostos com a precisão necessária. A escala dos principais mapas (1: 30.000) não seria suficiente para identificar legalmente os limites propostos, devendo haver uma série de mapas A3 em uma escala muito maior, juntamente com uma descrição textual dos limites.

De acordo com Balsamo, em uma indicação de propriedade de série, além de uma descrição geral do imóvel proposto deveria haver descrições detalhadas e separadas para cada um dos componentes. Portanto, o dossiê deveria trazer descrições individuais do Centro Histórico de Paraty, do Forte Defensor Perpétuo e do Caminho do Ouro. As informações relativas ao estado de conservação dos componentes do bem deveriam estar mais pormenorizadas. Por se tratar de uma cidade histórica, áreas, edifícios, monumentos ou outras estruturas que precisassem de obras de reparação maiores ou menores, deveriam ter sido ser indicados, bem como a escala e a duração de quaisquer grandes projectos de reparação. A parte relativa à prevenção de desastres naturais, também pareceu confusa para o perito.

Esta seção deve fornecer informações sobre todos os fatores que possam afetar ou ameaçar uma propriedade. E parece que deveria ter sido mais detalhada. Por exemplo, sob os “desastres naturais” nas 3 linhas de texto apresentado, não há menção alguma sobre inundações, enquanto uma imagem na página 65, mostrando a maré alta na Praça da Bandeira nos dizer que pode haver um problema³⁴. (ANEXO 2)

A imagem a qual Balsamo se referiu aparece na versão final do dossiê Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem na página 107 (figura 15) trata-se de uma foto que apresenta o ciclo diário da maré na Baía de Paraty, cujas águas adentram constantemente muitas ruas do Centro Histórico daquela cidade.

³⁴ This section should provide information on all the factors which are likely to affect or threaten a property. And it appears it should have been more detailed. For instance, under the “natural disasters” in the 3 lines of text presented, there is no mention at all about flood, while a picture on page 65 showing the high tide in Bandeira Square tell us that there may be an issue. Traduzido pelo autor

Esse fenômeno [maré cheia] considerado “poético” constitui atração turística da cidade e é apreciado por muitos, aceito por todos, cantado em verso e prosa e à lua cheia considerado elemento de inspiração para serenatas (...). Até o presente a cidade conviveu com o fenômeno da maré cheia sem considerar que isso seja uma questão grave ou motivo de preocupação. Preparados para esse fenômeno natural o aceitam e consideram-no um elemento mais de atração aos visitantes (BRASIL, 2007, p.177).

O equívoco de Alessandro Balsamo atesta a complexidade de uma candidatura a Patrimônio Mundial. Um dossiê precisa apresentar de forma pormenorizada uma série de informações relativas ao estado de conservação do bem, as medidas necessárias à sua conservação e promoção, as dinâmicas ambientais e climáticas do contexto geográfico no qual está inserido, bem como material cartográfico extenso e claro definindo os limites das áreas propostas, tanto do bem em si, quanto de sua área de amortecimento.

Em 2009, a UICN realizou uma nova avaliação da candidatura, baseada nos critérios (ii), (iv) e (v) e encaminhou um breve estudo teórico ao ICOMOS. Para os avaliadores o dossiê da proposição não oferecia muitos elementos claros justificando que o bem em questão fosse o resultado de uma conjugação entre o homem e a natureza – que é o conceito unificador de uma paisagem cultural segundo as orientações da Convenção do Patrimônio Mundial (ANEXOS 3 e 4).

A recomendação da UICN para o ICOMOS, responsável por analisar se a paisagem cultural em questão era ou não de valor universal, foi a de que esta instituição solicitasse informações complementares ao estado brasileiro concernentes aos valores naturais evidentemente elevados do bem proposto.



Figura 13: Maré alta na Praça da Bandeira. s/d. s/a.

Durante a 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizada em Sevilha (Espanha) entre os dias 22 e 30 de junho de 2009, foram submetidas a UNESCO 54 propostas de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial³⁵, uma delas a do Brasil com *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*. A proposição recebeu o *deferred* na intenção de que fosse explorada a possibilidade de uma indicação mais ampla para todo o Caminho do Ouro e seus assentamentos associados, edifícios, minas e paisagem e o profundo impacto desta rota sobre a cultura, economia e política da América do Sul e Europa (ANEXO 5)

Amaury Barbosa, então secretário adjunto de cultura de Paraty e presidente da comissão que organizava a candidatura, lamentou a não inscrição da cidade na Lista, entretanto ponderou que tanto o Presidente do Instituto Chico Mendes responsável no Brasil pelos sítios naturais, quanto representantes da UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, entidade que faz a análise do Setor Natural das propostas à UNESCO encorajaram-no a continuar o trabalho e que o Comitê de Paraty pretendia rerepresentar o dossiê em janeiro de 2010, já incorporando a decisão da reunião de Sevilha (ANEXO 6).

³⁵ <http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-20e.pdf> Consultado em 20 de dezembro de 2013.

Resumidamente, o Comitê do Patrimônio Mundial, acatando parecer do UICN decidiu DEFERIR a proposição ao Brasil com as seguintes sugestões: revisão da proposta e sua rerepresentação como Patrimônio misto ressaltando seus valores naturais e culturais excepcionais. Essa proposta revisada deverá ser encaminhada à UNESCO para ser analisada (ANEXO 6).

Com relação aos valores naturais deveria ser destacada a importância da Serra do Mar para a compreensão do processo geotectônico de separação da África e da América. Quanto aos valores culturais foi reiterada a indicação para uma proposição de todo o Caminho do Ouro, o que não se mostrou viável, por se tratar de uma área muito extensa. Toda a história paratiense se desenvolveu em função do Caminho, primeira rota oficial da Coroa que escoou o ouro das Minas Gerais e, posteriormente, a produção cafeeira. No município de Paraty estão presentes oito quilômetros de caminhos empedrados, é o maior trecho que existe hoje como testemunho no contexto da Estrada Real. Foi o mote de desenvolvimento. O ouro foi o argumento principal do dossiê elaborado em 2007, ao lado da paisagem natural da Serra da Bocaina, a cidade, o caminho e o Forte Defensor Perpétuo como representante do sistema de fortificações que existia na Baía, que é bastante importante. Tratava-se, portanto de um bem seriado composto por estes elementos (CURY, 2013).

Com efeito, a única vez que uma candidatura de Paraty chegou à Comissão do Patrimônio Mundial foi em 2009, em Sevilha, com *Caminho do Ouro e sua Paisagem*, na qual recebeu o *referred*, ou seja, a candidatura não foi negada, mas precisaria ser reelaborada. Após a avaliação positiva da consultora, que de fato Paraty possuía valor como sítio de patrimônio mundial, o ICOMOS levou para a apreciação da IUCN – União Internacional de Conservação da Natureza que analisa as candidaturas à patrimônio natural. As sugestões foram para que comitê brasileiro interpusse uma proposição como sítio misto ou uma paisagem.

Isabelle Cury argumenta que desde início, o dossiê atribuía valor à paisagem, e o encaminhamento da candidatura como sendo de caminho, a proposição como itinerário foi um equívoco, tanto da consultora, quanto do IPHAN em Brasília, que desconhecia o trabalho que vinha sendo levado a cabo pelo IPHAN no Rio de Janeiro. A candidatura acabou voltando, mesmo foi uma conquista. Em todo o caso, de acordo com a arquiteta, é bastante difícil obter a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em apenas uma reunião do conselho do patrimônio mundial, salvo para aquelas candidaturas oriundas dos Estados Unidos ou países da Europa, devido a um “bairrismo institucional”.

Para Cury (2013), a parte relativa ao patrimônio natural ficou bem menos desenvolvida do que a parte cultural, no dossiê de 2007. Houve uma preocupação com o mapeamento das áreas naturais protegidas, entretanto seu valor como patrimônio não foi suficientemente explorado no texto do dossiê. O IPHAN resolveu então assumir para si a tarefa de repensar o dossiê, deslocando do âmbito da prefeitura³⁶. Uma equipe do IPHAN-Brasília acionou o ICMBio e organizou uma proposição para sítio misto.

No dia 1º de março de 2011, Francesco Bandarin escreveu nova carta endereçada à Maria Laura da Rocha, então a frente da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO, com cópia para Luis Fernando de Almeida, diretor do IPHAN, Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do ICMBio e Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil e diretor do escritório da instituição em Brasília (ANEXO 7).

Na carta, o diretor do Centro do Patrimônio Mundial fez menção ao parágrafo 140 do *Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*, no qual fica determinado que para uma candidatura ser apreciada e votada em uma Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial deve ser considerada completa até o dia 1º de fevereiro de cada ano. Bandarin informou que de acordo com estas exigências o projeto de proposta *Paraty: Cultura e Natureza*, recebida a 27 de janeiro daquele ano, foi considerada incompleta – logo, não poderia chegar novamente a ser votada em sessão apenas em 2011. Ele encorajou as autoridades brasileiras, sobretudo aquelas que preparam o material enviado, a contatar o Centro do Patrimônio Mundial para discutir a candidatura.

Novamente, a parte cartográfica do dossiê foi alvo das principais críticas, os mapas presentes no documento não seriam suficientes para identificar totalmente os limites do bem proposto. Os mapas de escala menor não forneceriam uma definição adequada para identificar claramente os elementos topográficos como os assentamentos adjacentes, ou para avaliar o impacto de qualquer proposta de desenvolvimento dentro, sobre ou além do perímetro adotado. Neste sentido, a identificação total do bem proposto foi considerada insuficiente.

36A municipalidade teve um papel decisivo no primeiro momento, na medida em que entrou com o financiamento, organizou os primeiros trabalhos e associou-se à Fundação Roberto Marinho, que contratou uma consultora que operacionalizou a pesquisa, a arquiteta Silvia Figueirucci.

As críticas, entretanto, não se restringiram ao material cartográfico, outros pontos foram considerados problemáticos pela UNESCO no que se referia à própria base argumentativa, à questão da autenticidade das edificações no Centro Histórico de Paraty, às análises comparativas com as cidades de Paranaguá, São Francisco do Sul e Desterro; à análise com a cidade de Angra do Heroísmo – que, erroneamente, Francesco Bandarin mencionou como se estivesse a poucos quilômetros de Paraty. Foi também questionada a ausência de um Sumário Executivo da candidatura.

Bandarin cometeu outro erro significativo em sua avaliação ao considerar que a proposta se tratava novamente de uma candidatura a paisagem cultural, neste quesito destacou que faltou ao material apresentado uma visão mais global que seria a base desta categoria. Segundo ele a análise, sobre os aspectos culturais estavam baseadas no Centro Histórico de Paraty e faltou uma integração com os aspectos naturais, assim criticou o argumento da candidatura sem considerá-la como sendo de um Bem Misto.

Em resposta a estas observações o Ministério da Cultura se mobilizou no intuito de requerer uma nova apreciação do material enviado. No dia 20 de junho do mesmo ano, Bruno Melo, Diretor de Relações Institucionais encaminhou ao então Ministro das Relações Exteriores e Diretor do Departamento Cultural, George Firmeza, a carta redigida em 16 de junho de 2011, quatro dias antes, por Anna Maria Buarque de Hollanda, então Ministra de Estado da Cultura e endereçada ao então Diretor do Centro do Patrimônio Mundial, Kishore Rao, com cópia para Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO e para a Embaixadora Maria Laura da Rocha, Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO (ANEXO 8).

A Ministra iniciou seu texto frisando que recebeu com surpresa e desapontamento a classificação da proposta *Paraty: Cultura e Natureza* como incompleta (ANEXO 7), uma vez que teria havido grande cuidado na elaboração do dossiê e na formação de um Grupo Interministerial, integrado por representantes do (a):

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (que coordenou os trabalhos);
- ICMBio;
- Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- Prefeitura Municipal de Paraty;
- Fundação Roberto Marinho;

- Laboratório da Paisagem do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Baseada no *Guia Operacional para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*, a Ministra argumentou que de acordo com o parágrafo 28, mais especificamente, com item “c”, caberia ao Secretariado do Centro do Patrimônio Mundial, exclusivamente, receber, registrar e checar a documentação exigida, bem como, arquivar e encaminhar as candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial aos Órgãos Assessores. Para Hollanda, de acordo com o guia operacional, “qualquer avaliação de mérito feita pelo Secretariado neste momento prévio de apresentação de candidaturas é inadequada” (ANEXO 8). Neste sentido, como chefe deste Secretariado, não seria da alçada de Bandarin considerar a proposta completa ou incompleta.

O Governo Brasileiro é firme no entendimento de que o parecer exarado pelo Centro do Patrimônio Mundial não apenas adentra em matéria cuja análise cabe aos Órgãos Assessores, como também deriva de análise superficial e restritiva da candidatura brasileira. (ANEXO 8)

Além disso, Hollanda criticou o fato de o Brasil ter submetido a candidatura como Sítio Misto e que ela tenha sido avaliada nos parâmetros de uma candidatura à Paisagem Cultural. Outro ponto criticado pela Ministra foi o fato de Angra do Heroísmo ter sido confundida com Angra dos Reis, uma vez que esta última está a poucos quilômetros de Paraty, enquanto aquela está situada a quatro mil milhas de distância. A análise comparativa, que foi criticada por Francesco Bandarin, teria sido exaustivamente trabalhada pelo Grupo Interministerial. “A afirmação de que Paraty já se encontraria representada na Lista do Patrimônio Mundial através de Angra do Heroísmo é insustentável diante das distintas ocorrências históricas, urbanísticas e socioculturais dos dois sítios” (ANEXO 08).

A excepcionalidade paratiense estaria vinculada ao fato de a cidade estar a sociedade a três processos importantes no contexto sul-americano: a) o ciclo do Ouro em Minas Gerais; b) a intensa migração para o interior do Brasil; c) a primeira definição de fronteiras na América do Sul. O ouro escoado por Paraty teria ajudado a financiar a Inglaterra quando da Primeira Revolução Industrial e levado à assinatura dos Tratados de Madrid (1750) e San Idelfonso (1777) que ajudaram a configurar os recortes geográficos entre as Américas Portuguesa e Espanhola (Anexo 8).

Com relação a autenticidade das edificações de Paraty, Hollanda argumentou que menos de 30% dos muros e paredes de Machu Pichu são vestígios originais da sua descoberta no início do século XX. Enquanto outras cidades foram inúmeras vezes

reconstruídas por serem sucessivamente arrasadas por terremotos como Angra do Heroísmo, Lima e Cuzco. O “atual método de apropriação do centro histórico, demasiadamente voltado para o turismo” também seria observado em outras cidades que figuram na Lista do Patrimônio Mundial, como Veneza, Óbidos, Toledo e Salvador. Neste sentido não haveria no quesito autenticidade razão para não listar Paraty. Com relação ao material cartográfico, foi pontuado que este se encontrava georreferenciado, permitindo a visualização e impressão em diferentes escalas, foi exposto o fato de que em sua carta Bandarin não esclareceu qual seria a melhor escala a ser adotada para que o mapeamento se tornasse satisfatório.

Em resumo, a Ministra Anna Maria Buarque de Hollanda solicitou em sua carta que o Centro do Patrimônio Mundial reconsiderasse a avaliação na qual classificou *Paraty: Cultura e Natureza* como proposta incompleta e que encaminhasse o dossiê a seus Órgãos Assessores, notadamente ICOMOS e UICN visando a sua possível apreciação pelo Comitê no ano seguinte, 2012, o que não ocorreu. A UNESCO não considerou o material enviado consistente o bastante para o envio de um consultor para auxiliar a elaboração do texto. O que o IPHAN espera agora é que após revisão do texto de 2011, a proposta seja pré-aprovada pela UNESCO e que esta instituição solicite ao ICOMOS uma nova missão ao Brasil (CURY, 2013).

Desta maneira, a 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizada em Sevilha (Espanha), em junho de 2009, foi a única ocasião em que uma candidatura de Paraty chegou a essa instância decisória.

CONCLUSÃO

O tombamento do *Conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty* ocorreu mais de duas décadas após a criação do IPHAN. Este fato pode ser explicado possivelmente pelo casario de Paraty não se enquadrar no critério de monumentalidade, tão caro à prática preservacionista das primeiras décadas da instituição, dita “fase heróica”. As edificações do Bairro Histórico são compostas majoritariamente por casas térreas e assobradadas, a austeridade de suas igrejas contrasta com a opulência daquelas erigidas nas Minas Gerais, no período colonial.

Este ponto pode ter sido determinante para o tombamento retardatário da cidade pelo IPHAN: o estatuto de Paraty enquanto expoente da arquitetura colonial e barroca, outro critério buscado e valorizado pelo corpo técnico da instituição. O dinamismo experimentado pela cidade em seu papel de entreposto comercial, quando da vigência do Caminho do Ouro, não foi suficiente para deixar expressa na arquitetura local a pujança do período colonial e aurífero brasileiro tal qual atestado por cidades como Ouro Preto, Mariana e Tiradentes. Somado a isto, diversos elementos arquitetônicos típicos do século XIX (muxarabis, por exemplo) podiam, e podem – visto que nem todos foram removidos – ser observados nas construções o que compromete de certa forma a homogeneidade do conjunto.

No Brasil, a formação do corpo técnico do IPHAN, foi decisiva para a criação do patrimônio cultural brasileiro. Os arquitetos da memória (CHUVA, 2009) edificaram um patrimônio de pedra e cal (FONSECA, 2005) tendo por base critérios eminentemente estéticos. A seleção do modernismo e do barroco mineiro como aqueles estilos que seriam mais representativos do gênio criativo do povo brasileiro, acabou por concentrar a atuação do IPHAN no estado de Minas Gerais (RUBINO, 1996), e ainda no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – criando uma geografia bastante desigual do patrimônio no Brasil.

Gradualmente, a instituição passou a operar com novas visões acerca da preservação do patrimônio cultural, algumas oriundas das próprias clivagens de seu corpo técnico, outras externas, assimiladas a partir de discussões sobre a preservação que vinham sendo travadas no plano nacional e internacional.

As extensões de tombamentos, [na década de 70] (...) indicam que começa a haver uma flexibilização nos critérios de avaliação estética da área urbanapatrimônio em função do recente reconhecimento internacional do valor da arquitetura trivial e modesta, e da sua importância para a ambientação dos monumentos e áreas históricas. (SANT’ANNA, 1995, p.224)

A despeito desta abertura, cabe atentarmos para o fato de que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, assim como as políticas públicas em geral, dificilmente podem ser pensadas numa perspectiva evolutiva ou linear, sob pena de chegarmos a considerações distorcidas. A principal instituição brasileira voltada para a preservação do patrimônio, paulatinamente, assimilou novas concepções oriundas de dentro e fora de seu corpo técnico. No entanto, as visões anteriores pré-estabelecidas, engendradas em anos de práxis não foram, extintas. Houve acréscimos, permanências, descontinuidades e rupturas. O critério estético de monumentalidade e a ideia excepcionalidade, não foram de forma alguma abolidos da atuação do IPHAN, entretanto novas perspectivas se abriram, sobretudo, a partir da década de 1970 com a valorização do caráter documental de conjuntos modestos e/ou descaracterizados, e, mais recentemente, a valorização do patrimônio imaterial.

Paraty, apesar de sua discrepância estética em relação às cidades barrocas, também era descrita como sendo de excepcional beleza e a atribuição valorativa de monumentalidade incidia sobre o seu patrimônio não nas perspectivas de edificações consideradas isoladamente, mas na homogeneidade, regularidade e coesão de seu conjunto arquitetônico. A beleza da “tricentenária cidade de Parati” deriva de sua relação entre a sua baía, seu casario e a vegetação ao redor (Processo 0563 T-57).

A conservação do patrimônio natural, pouco desenvolvida e discutida pelo IPHAN até a década de 1960, começou a ganhar espaço e foi também no bojo destas discussões que Paraty adquiriu notoriedade. O turismo, palavra de ordem à época, ao se tratar da obtenção de recursos para a recuperação e promoção do patrimônio, encontrou na cidade as condições ideais para se desenvolver. Os atrativos naturais e culturais tornaram-se mais acessíveis aos turistas devido a abertura da Rodovia BR 101 (Rio-Santos) e “as observações do perito francês [Michel Parent] sobre Parati reforçaram a importância da cidade junto à UNESCO, que determinou, em seguida, a ida de outro perito para avaliar a região – o belga Frédéric Limburg de Stirum.” (LEAL, 2008, p. 08)

As décadas de 1960/1970 foram marcadas pela ampliação da área tombada de algumas cidades pela preocupação paisagística e ambiental; pela aceleração do processo de urbanização colocando em pauta a conservação do patrimônio natural e pelo desenvolvimento do turismo, visto por muitos como salvação para o patrimônio. Toda esta movimentação, explica a notoriedade adquirida pela cidade de Paraty e pelas pressões internas e externas ao IPHAN pelo estabelecimento de níveis cada vez mais

elevados de preservação que culminaram na inscrição integral de todo o município em dois Livros do Tombo: no de Belas Artes, a exemplo das cidades barrocas mineiras, e também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A fase mais recente do que chamamos aqui de construção do valor patrimonial de Paraty, refere-se à movimentação atual entorno da obtenção do título de Patrimônio Mundial. Como vimos, obter este título significa, em outras palavras, se enquadrar em critérios estipulados pela UNESCO de excepcionalidade universal. É um processo bastante complexo, que envolve muitos atores, agências e instituições municipais, estaduais, federais e internacionais. O material documental a ser considerado também é vasto.

Em 2003, durante a primeira a submissão de um dossiê brasileiro referente ao pedido de inscrição de Paraty, a Unesco os avaliadores recomendaram que uma versão revisada do dossiê fosse entregue até a data limite de 1º de fevereiro de 2005 – o que não aconteceu. Estes se mostraram ansiosos para receber novos rascunhos. Quatro anos depois, após a apreciação um novo dossiê, sob o mesmo título, *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* foi apreciado. Os mapas foram considerados inadequados para apresentar o sítio, em particular alguns sem barra de escala que não permitiam que distâncias fossem estimadas. Em outros a escala adotada impedia uma clara visualização das edificações. Além disso, em nenhum trecho do dossiê foi estimado o comprimento do Caminho do Ouro.

Outros pontos para os quais os avaliadores pediram um cuidado ainda maior foram: as coordenadas geográficas que estavam erradas; a não-representação da BR-101 no material cartográfico; e, embora o texto mencionasse a importância regional do Parque Nacional da Serra da Bocaina, não foram apresentados mapas que demonstrassem suas dimensões e níveis de proteção de forma contextualizada.

Submetido à análise na Comissão do Patrimônio Mundial em 2008, em Sevilha, os avaliadores da UNESCO consideraram que a lógica global da proposição não estava clara, nem bem exposta. Em 2009, a UICN – responsável pela preservação do patrimônio natural mundial, realizou uma avaliação do texto baseado apenas em critérios naturais e encaminhou um breve estudo teórico ao ICOMMOS, que tem como foco o patrimônio cultural. Para os avaliadores o dossiê da proposição não oferecia muitos elementos claros justificando que o bem em questão fosse uma conjugação entre o homem e a natureza – que é o conceito unificador de uma paisagem cultural segundo

as orientações da Convenção do Patrimônio Mundial. O envio de uma consultora com *know how* em Caminhos e Itinerários parece ter levado a um encaminhamento equivocado da proposta. O texto elaborado pelo comitê valorizou o caminho para a paisagem da cidade, atribuição expressa até no título do documento – *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*.

Em maio de 2009, o ICOMOS acabou por recomendar a revisão da candidatura visando a ampliação dos limites propostos – este deveria compreender toda a extensão do Caminho do Ouro. Por seu turno, a UICN reiterou as sugestões sobre a possibilidade dos envolvidos na elaboração do dossiê apresentarem uma candidatura mista, devido às características naturais de Paraty.

O governo brasileiro acatou a segunda recomendação, elaborando a partir do dossiê apresentado em 2007, um outro material foi elaborado, *Paraty: Cultura e Natureza*, de candidatura mista, destacando os aspectos culturais e naturais da cidade dessa vez com destaque para a miscigenação do povo local, do saber ancestral indígena e da importância da cidade para a biosfera. As críticas foram duras, a ponto de a UNESCO não disponibilizar um consultor para vir ao país assessorar o novo comitê da atual candidatura – *Paraty: Cultura e Natureza*. Atualmente, o governo brasileiro através do Itamaraty espera a resposta de um recurso interposto junto a UNESCO no qual argumenta que a análise do material enviado em 2011, foi realizada sem o devido cuidado.

O valor de Paraty, diante deste quadro, continua a ser discutido e repensado. Afinal, “as dinâmicas e trâmites, construções e reconstruções do patrimônio, erigidos discursivamente por meio de um dado grupo, estão sempre em processos de construção” (REIS, 2010. p.67) Toda vez que uma candidatura não é aceita, sendo rejeitada já em uma primeira apreciação ou quando solicitada a revisão do texto, faz-se necessária a redação de um novo dossiê que conterà novas estratégias para enquadrar o bem em questão em ao menos um dos critérios pré-definidos pela UNESCO. Portanto, cada candidatura, representa uma nova construção de valor na qual outros elementos e relações assumem relevância e passam a ser ressaltadas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AGUIAR, Leila Bianchi. O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados. In: **Patrimônio: práticas e reflexões**. Ministério da Cultura/IPHAN. Rio de Janeiro, Copedoc/IPHAN, 2008

_____. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

_____. **Porto Seguro: "berço da nacionalidade brasileira": patrimônio, memória e história**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

APPADURAI, A. Sovereignty without territoriality: notes for a Postnational Geography. In: YAEGER, P. (ed.) **The Geography of Identity**. Chicago: University of Michigan Press, 1996.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BERDOULAY, Vincent; PAES, Maria Tereza Duarte. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. In: **CIDADES: Revista científica** / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.

CAMPOFIORITO, Ítalo. **Muda o mundo do patrimônio: Notas para um balanço crítico**. Revista do Brasil, nº4, 1985, p. 32-43.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural (anos 1930-1940)**. / Márcia Regina Romeiro Chuva. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Entre vestígios do passado e interpretações da história – introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S. et al. (orgs.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011,

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição Geográfica de Cidades. In: **Revista Cidades**, V. 1, N.º 2, 2004, pp 317-323.

COSTA, Everaldo Batista. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)**. Editora: Humanitas Fflich Usp, 2010

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2000.

_____. **A evolução urbana e fundiária de Parati do século XVII até o século XX, em face da adequação das normas de preservação de seu patrimônio**

cultural. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002

_____. **Entrevista.** Rio de Janeiro, concedida ao autor dia 18 de dezembro de 2013.

DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 135-162

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005

GEORGE, Pierre. **Précis de Géographie Urbaine.** Paris : Presses Universitaires de France, 1961.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, G. J; TUNBRIDGE, J. E. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy.** London: Great Britain, 2000.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

HALÉVY, Jean-Pierre. **As tendências atuais para a inclusão de sítios na lista do patrimônio mundial.** Seminário de Planejamento Paraty. Planejamento e Patrimônio Mundial, 2001.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições;** tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN – Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil). **Paraty: cultura e natureza.** Dossiê de Candidatura de Paraty à Lista do Patrimônio Mundial. 2011.

_____. IPHAN. **Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem.** Dossiê de Candidatura de Paraty à Lista do Patrimônio Mundial. 2007a.

_____. **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU.** Edições do Senado Federal; v. 82. 2007b.

_____. **Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. **Parati, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico do Município (Parati, RJ),** Processo 0563-T-57. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAGE, Claudia Marcia Freire; SANTOS, Cecilia Helena Godoy Rodrigues dos. Diamantina, Patrimônio Mundial: Desafios e Dilemas. In: LAGE, Claudia Marcia Freire (Coord.); CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado. **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio da humanidade e patrimônios nacionais. In: IPHAN. **A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa/Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação**. – Rio de Janeiro: IPHAN, DAF, Copedoc, 2010. p. 47-60

_____. **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; organização e texto de Claudia Feierabend Baeta Leal . – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MACHADO, Jurema. Entrevista. In: **Desafios do Desenvolvimento. IPEA**. 7, 62, 2010. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1372:entravistas-materias&Itemid=41. Consultado em 13 de fevereiro de 2014

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

MOURE, Laura Bahia Ramos. **Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati: 1970-2000**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003. PROARQ/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMETO, Marcela. **A Importância da Posição Geográfica na Evolução Urbana de Paraty/RJ**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2004.

PARENT, Michel. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique**. Paris: UNESCO, 1968, Biblioteca Noronha Santos e Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro – AA01/Módulo 066/ Cx. 0076/ P. 0246. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira.

PESSOA, José. Reflexões sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil. In: CUREAU, S. et al. (orgs.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

_____. Paisagem cultural e Patrimônio. In: **Espaços da Democracia**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013.

REIS, Daniel. Sobre sistemas de valores e classificações do patrimônio na cidade de Juiz de Fora. In: **A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_5_m.pdf

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, 1996

SAIA, Luiz. **Mesa redonda de informação sobre a conservação da natureza**. Rio de Janeiro, 1967, mimeo.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990**. 1995 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

_____. **A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos do Brasil dos anos 90**. Salvador, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2004.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. R. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

YÁZIGI, E. A. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. 1a. ed. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.

YÁZIGI, E. A. (Org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: CONTEXTO, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – (30 de março de 2004) Carta de Francesco Bandarin, diretor do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO a Antonio Augusto Dayrell de Lima, endereçada a Antonio Augusto Dayrell de Lima, chefe da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO – primeira apreciação de proposta de inscrição de Paraty (2003).

ANEXO 2 – (22 de outubro de 2007) Análise Técnica realizada por Alessandro Balsamo do material enviado pelo Brasil em 05 de outubro de 2007.

ANEXO 3 – (25 de janeiro de 2008) Caminho do Ouro em Paraty (Brasil) N° 1308. Data de recepção pelo Centro do Patrimônio Mundial: 25 de janeiro de 2008. Antecedentes: recomendações de nova proposta de inscrição.

ANEXO 4 – (2009) Avaliação Técnica da UICN – O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem (Brasil) ID n° 1308

ANEXO 5 – Nota sobre o Relatório das Decisões da 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.

ANEXO 6 – (25 de agosto de 2009) Carta de esclarecimento de Amaury Barbosa, então secretário adjunto de cultura de Paraty e presidente da comissão da candidatura, sobre o encaminhamento da proposta após a reunião de Sevilha

ANEXO 7 – (1º de março de 2011) Avaliação da Candidatura de Paraty: Cultura e Natureza pelo Centro do Comitê do Patrimônio Mundial. Carta de Francesco Bandarin endereçada à Maria Laura da Rocha, então a frente da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO.

ANEXO 8 – (20 de junho de 2011) Pedido de revisão da avaliação da candidatura de Paraty: Cultura e Natureza pelo Centro do Comitê do Patrimônio Mundial. Carta da Ministra Anna Maria Buarque de Hollanda ao Diretor do Centro do Patrimônio Mundial Kishore Rao.

ANEXO 1 – (30 de março de 2004) Carta de Francesco Bandarin, diretor do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO a Antonio Augusto Dayrell de Lima, endereçada a Antonio Augusto Dayrell de Lima, chefe da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO – primeira apreciação de proposta de inscrição de Paraty (2003).



United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
 Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture

UNESCO World Heritage Centre
 7, place de Fontenoy
 75352 Paris 07 SP
 Tel: +33 (0)1 45 68 15 71
 Fax: +33 (0)1 45 68 55 70
 E-mail: f.bandarin@unesco.org
 ref.: WHC/74/204.2/RvO/mgl/70

Le 30 mars 2004

Objet : Proposition d'inscription du site « La route de l'or à Paraty et son paysage (Brésil) sur la Liste du patrimoine mondial (C 1180)

Monsieur l'Ambassadeur,

Je vous écris pour accuser réception de votre lettre datée du 19 janvier 2004 et la proposition d'inscription du site « La route de l'or à Paraty et son paysage » sur la Liste du patrimoine mondial.

Comme vous le savez, le Comité du patrimoine mondial, à sa 24^e session à Cairns, Australie (décembre 2000), a demandé que seules les propositions d'inscription « **entières et complètes** » à la date limite du 1^{er} février soient examinées par le Comité. En conséquence, le Centre du patrimoine mondial a été prié de mener une étude particulièrement méthodique du caractère complet des propositions d'inscription reçues à cette date.

La proposition d'inscription du site *La route de l'or à Paraty et son paysage* a été jugée **incomplète** selon ces dispositions. J'encourage les autorités de votre pays, et en particulier celles qui ont rédigé la proposition d'inscription, à prendre contact avec le Centre du patrimoine mondial pour discuter de la proposition d'inscription.

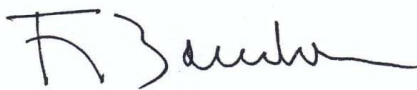
H.E. Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima
 Ambassadeur
 Délégué permanent du Brésil auprès de l'UNESCO
 Délégation permanente du Brésil
 1 rue Miolis
 F-75732 PARIS Cedex 15
 Fax: 01 478 32 840

Nous vous prions de trouver ci-joint une liste de contrôle du dossier de proposition d'inscription qui pourra vous être utile.

Nous vous encourageons à soumettre le dossier révisé bien avant la date limite du 1^{er} février 2005. Nous sommes naturellement toujours prêts à étudier les avant-projets de dossier. Le Comité a recommandé que les Etats parties souhaitant tirer profit des commentaires du Centre du patrimoine mondial sur les projets d'inscriptions, devraient soumettre ces projets avant le 30 septembre prochain pour que le Centre dispose du temps nécessaire et que l'Etat partie ait le temps d'introduire ces changements.

Dans cette attente, si nous pouvons vous aider, n'hésitez pas à nous le faire savoir.

Veuillez agréer, Monsieur l'Ambassadeur, l'assurance de ma haute considération.



Francesco Bandarin
Directeur
Centre du patrimoine mondial de l'UNESCO

cc: ICOMOS
Commission Nationale

Evaluation de la proposition d'inscription du site « La route de l'or à Paraty et son paysage » :

The maps presented are inadequate to identify the site. In particular, all of the maps are schematic representations only, without bar scales to allow distances to be measured. Furthermore, the plan of Paraty is far too small a scale to allow an adequate identification of buildings. No where is the length of the Gold Route proposed for inscription given.

Other elements of the nomination that we encourage you to further develop in presenting a new nomination:

1.d Geographical coordinates to the nearest second

Coordinates are 200 km too far to the east. There is a typo in the coordinates. Instead of 42° W it should be 44° W.

1.e. Maps and/or plans showing boundary of area proposed for inscription and of any buffer zone

- As noted above, the maps are all schematic maps and have no bar scale. There is no good plan of the city being nominated, much less specific features of the city worth protecting. Although there is reputedly a distinctive morphology ("a long street parallel to the coast, which was the baseline for the whole urban development.." and "a central square where the Mother Church was located...", "port and route axes...", etc., no maps are presented which show this detail.
- No maps show the 1974 Rio-Santos Highway.
- Although the Serra da Bocaina National Park is mapped, no map shows larger Serra Do Mar mountain range, of which it is a part, although this is said to be important to the region.

2. Justification for Inscription

2.a. Statement of significance

The information presented here is not a statement, but a instead a summary history here. Please identify what is the outstanding significance of the Gold Route and Paraty.

2.b. Possible comparative analysis (including state of conservation of similar sites)

Comparison is with Brazilian port towns. What else can Paraty be compared to? How does Paraty compare to Goa or Macao?

3. Description

3.a. Description of Property

There is no detailed description of the city of Paraty. The information on the religious and civil architecture in the annexes (pp. 212-232) should be moved into the nomination proper and reorganized. What buildings survive from the early 17th century? from the 18th? What streetscapes? These features should be illustrated and mapped.

No where is the LENGTH of the nominated section of the Gold Route mentioned, nor any analysis of its features mapped. Does it today extend all the way to Ouro Preto? Why was only the section in the Park chosen? Why is the section of the route between Penha and Paraty described as a "Research Zone". (Is it expected to be nominated in the future?) There is no description or illustration of the features of the nominated route, although some are hinted at on the maps (viaduto, ponte do registro, rolador, etc).

4. Management

j. Site management plan and statement of objectives (copy to be annexed)

Please provide the address of the Pro-Paraty World Heritage Site Permanent Commission, the number of staff members, and the planned frequency of its meetings. Presumably this Commission will be the World Heritage Committee's principal link with the site. If available, it would be useful to see the Rules of Procedure of this Commission.

6. Monitoring**a. Key indicators for measuring state of conservation**

No indicators are provided as requested.

b. Administrative arrangements for monitoring property

The answer relates to "maintenance" rather than monitoring.

c. Results of previous reporting exercises

The answer relates to reports of activities, not reporting exercises.

ANEXO 2 – (22 de outubro de 2007) Análise Técnica realizada por Alessandro Balsamo do material enviado pelo Brasil em 05 de outubro de 2007.

2008 DRAFT NOMINATION TECHNICAL ANALYSIS

Analysis made by A.Balsamo on 22/10/2007

State Party	Brazil	Received	05/10/2007
Site Name	The Gold Route in Paraty and its landscape		
	Criteria proposed	(ii)(iv)(v)	

Nomination Checklist based on *Operational Guidelines* para. 129 to 139 and its Annex 5 (in force since 02/02/2005)**Executive Summary**

Comments: **The Executive Summary should contain an (or a series of) A3 maps showing both the core and the buffer zone in an adequate scale that allow to clearly distinguish the proposed boundaries.**

1. Identification of the Property

1.d Geographical coordinates to the nearest second

Comments: **The information about a serial property should be presented in a table format. For your better understanding we have prepared an example filling in the table with a fictitious proposed property that look similar to the one that is the object of this nomination. In this case element 001 could be the historic centre of Paraty, element 004 could be the Fort and element 003 could be the Gold Route.**

Site element No. ³⁷	Name	Location or Municipality ³⁸	Coordinates of Centre point ³⁹	Area of core zone (ha)	Buffer zone (ha)	Map Annex ⁴⁰
001	Ruins of the town of Mercuria	Nova Mercuria	36°11' 55" N, 12° 43' 06" W	4.5	10.0	1, 2
002	Statue of Neptune	Omnis Proprium	36°12' 46" N, 12° 42' 37" W	0.25	2.0	1, 3
003	Ancient Via Tuscanum *	Nova Mercuria	36°13' 10" N, 12° 41' 00" W	70,000.00	1,400,000	1, 2, 4, 6
004	Mount Inexhaustible	Nova Mercuria, Litenia, Omnis Proprium	36°10' 34" N, 12° 40' 56" W	156,560.00	none	1, 4,5
005	Marine Reserve	Omnis Proprium	36°11' 12" N, 12° 43' 10" W	13,300,000.00	none	1
			TOTAL	13,526,564.75	1,400,012	

* Linear property, 3.5 km long and 20m wide. It has a buffer zone that extends 200m on either side of the right-of-way

¹ Use this reference number to cross reference particular elements in different parts of the nomination.

² If the nomination is in more than one State or Province, a separate column for state or province should be included in the table. Alternatively, if all parts of the property are in the same town, this field may be omitted from the table.

³ Use Lat/Long or UTM coordinates. Do not use other coordinate systems.

⁴ Indicate here the relevant maps which have been annexed to the nomination. The map annex should be keyed to the list of maps provided in Section 1(e).

1.f Area of property proposed for inscription (ha.) and proposed buffer zone (ha.) if present

Comments: **The areas in hectares could be preferably supplied in a table format (see model table presented above). It is essential that ONLY ONE Buffer Zone is presented. In fact, from a legal**

point of view it is very important to clearly understand where the World Heritage Convention is applicable and where is not. The current presentation of three different levels of buffer zone is misleading. Other maps (in the management section) and legal provisions could detail if there are differences in the level of protection offered by the three buffer zones identified, but in the Identification Section and in the Executive Summary there should be a map (or a series of maps) that clearly distinguish at adequate scale the proposed core area and buffer zone.

MAPS PROVIDED WITH THE NOMINATION

Comments: Apart from the related comments already made in sections 1.d and 1.f above, the maps submitted are good to locate the proposed components of this serial property, but NOT to identify its proposed boundaries with the necessary precision. While Map n° 9, n° 10, n°11 and n°12 allow a clear identification of the proposed boundaries for the historic centre of Paraty and for the Fort, the boundaries of the Golden Route are not enough clearly distinguished on map n°7. The scale of this map (1: 30.000) is not sufficient to legally identify the proposed boundaries. There should be a series of A3 maps at a much higher scale along with a textual description of the boundaries (e.g. the boundary of the Golden Route match with the border of the route itself or, the boundary of the Golden Route extends 10 meters on either side of the right-of-way excepts in...etc.).

Also, if the proposed World Heritage buffer zone corresponds to the addition of the 3 buffer zones presented, the only map where the boundary of this big buffer zone are shown in its totality is the large scale (1:100.000) map annexed, and on this map the north-western boundary along the Mambucaba River is not clearly distinguished. If the proposed World Heritage buffer zone corresponds to only buffer zone 1, then there should be maps showing the proposed boundaries in their entirety.

2. Description

2.a Description of Property

Comments: In a serial property nomination, besides a general description of the proposed property there should be detailed and separated descriptions for each of the components. Therefore, for this nomination, while explaining the relation between the components in a general part of the description, it would be highly preferable to separate the description of the historic centre of Paraty from the one of the Fort and the one of the Golden Route.

3. Justification for Inscription

OK

4. State of Conservation of the Property

I. Present state of conservation

Comments: The information presented in this section constitutes the base-line data necessary to monitor the state of conservation of the nominated property in the future. Information should be provided in this section on the physical condition of the property, any threats to the property and conservation measures at the property. For example, in a historic town or area, buildings, monuments or other structures needing major or minor repair works, should be indicated as well as the scale and duration of any recent or forthcoming major repair projects.

4.c Natural disasters and risk preparedness (earthquakes, floods, fires, etc.)

8. Contact Information

OK

General Comments:

The proposed boundaries are not always unambiguously distinguished. Also, some further efforts should be made to prepare a more exhaustive description and a more detailed section on the state of conservation. The key indicators, in the section on Monitoring, should be better presented. Finally, the photographic material submitted should be presented in the form of the image inventory provided in Annex 5 of the Operational Guidelines.

ANEXO 3 – (25 de janeiro de 2008) Caminho do Ouro em Paraty (Brasil) Nº 1308.
Data de recepção pelo Centro do Patrimônio Mundial: 25 de janeiro de 2008.
Antecedentes: recomendações de nova proposta de inscrição.

Route de l'Or à Paraty (Brésil)

No 1308

Nom officiel du bien tel que proposé par l'État partie : Route de l'Or à Paraty et son paysage

Lieu : Commune de Paraty
État de Rio de Janeiro
Brésil

Brève description :

La proposition d'inscription en série comprend une partie de la vieille ville de Paraty, son fort et un segment de 8,7 km de la première Route de l'Or, qui reliait les mines d'or du Minas Gerais d'Ouro Preto au port maritime de Paraty.

L'or d'Ouro Preto, la mine la plus riche des Amériques, assura la richesse de la capitale coloniale Rio de Janeiro mais aussi celle de Lisbonne. L'or était acheminé vers la côte à pied ou à dos de mule le long d'étroits chemins pavés, un voyage qui prenait environ 45 jours. Le port de Paraty, fondé par les Portugais en 1667, prospéra pendant environ 40 ans au début des années 1700, après la découverte de l'or en 1696, puis déclina après qu'une route plus sûre pour rejoindre la côte eut été construite entre 1710 et 1767.

Le plan actuel de la ville de Paraty a été dessiné au XVIII^e siècle, mais la plupart des bâtiments visibles aujourd'hui datent du XIX^e siècle, lorsque la ville connut un renouveau avec le commerce du café et du sucre. Le fort, construit en 1793, fut transformé en 1836.

Une partie des trois segments de la Route de l'Or proposés pour inscription a été fouillée et comprend des voies des XVIII^e et XIX^e siècles.

Catégorie de bien :

En termes de catégories de biens culturels telles qu'elles sont définies à l'article premier de la Convention du patrimoine mondial de 1972, il s'agit d'une proposition d'inscription en série de deux *ensembles* et d'un *site*.

Aux termes des *Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial* (Janvier 2008), paragraphe 47, une partie du bien pourrait être un *paysage culturel*.

1. IDENTIFICATION

Inclus dans la liste indicative : 8 janvier 2004

Assistance internationale au titre du Fonds du patrimoine mondial pour la préparation de la proposition d'inscription : Aucune

Date de réception par le Centre du patrimoine mondial : 25 janvier 2008

Antécédents : Il s'agit d'une nouvelle proposition d'inscription.

Consultations : L'ICOMOS a consulté ses Comités scientifiques internationaux sur les paysages culturels, les itinéraires culturels, les villes et villages historiques et la gestion du patrimoine archéologique.

L'ICOMOS a reçu des commentaires de l'UICN à propos de l'évaluation de ce paysage culturel le 19 janvier 2009 et concernent les points suivants :

- Typologie du bien
- Gestion

Ces informations ont été considérées avec attention par l'ICOMOS au cours de ses discussions et de l'adoption d'une recommandation finale en mars 2009. L'UICN a également revu la présentation de ses commentaires tels que intégrés par l'ICOMOS dans cette évaluation.

Mission d'évaluation technique : 26 août - 3 septembre 2008

Information complémentaire demandée et reçue de l'État partie : Aucune

Date d'approbation de l'évaluation par l'ICOMOS : 10 mars 2009

2. LE BIEN

Description

Paraty est situé sur la baie d'Ilha Grande entre Rio de Janeiro et São Paulo. Le port est adossé à des montagnes couvertes de forêts denses à travers lesquelles était transporté l'or depuis les mines du Minas Gerais jusqu'à la côte.

Le bien proposé pour inscription comprend trois sites : une partie de la ville d'une superficie de 18,14 ha, un fort de 11,90 ha et un segment de la Route de l'Or d'une longueur de 8,7 km. Bien que le terme « paysage » fasse partie du titre du bien, le paysage de la forêt des deux côtés de la Route de l'Or se trouve dans la zone tampon.

La proposition d'inscription en série comprend les éléments suivants qui seront étudiés séparément :

- *Port de Paraty*
- *Fort de défense*
- *Segment de la Route de l'Or*

Une zone tampon, constituée de zones dotées d'une protection environnementale, s'étend sur une superficie terrestre de 92 658,17 ha et maritime de 9 498,91 ha, soit un total de 102 157,08 ha. Elle entoure une partie de la zone proposée pour inscription.

Port de Paraty

Paraty devint une commune en 1667 puis se développa doucement selon le même schéma que d'autres villes coloniales portugaises. Il existait deux centres peuplés et, le long de la baie, une voie principale où furent construits les premiers édifices. Une place fut laissée vide au centre de la ville pour accueillir l'église, l'hôtel de ville – qui ne fut construit qu'au siècle suivant – et la prison. Paraty fut officiellement reconnue comme faisant partie de la Route de l'Or en 1703 lorsque tout l'or d'Ouro Preto transitait par ce port pour être exporté.

En 1717, Paraty était décrit comme un petit village de moins de 50 maisons en pisé à un étage. Petit à petit, des églises furent construites, telle que Sainte-Rita en 1722 par des marrons libérés, autour desquelles se formèrent des quartiers de la ville. En 1726, un quai fut construit. En 1746, la population s'était rapidement hissée à 3 000 habitants.

Une nouvelle route de l'Or directe fut ouverte entre Ouro Preto et Rio de Janeiro en 1710, qui devint la principale route après 1720. En 1767, Paraty n'était plus le port de transit pour l'or. La population commença à diversifier ses activités dans d'autres domaines commerciaux et agricoles. Le sucre et le rhum réactivèrent le port et entraînèrent la seconde période de développement de la ville à la fin du XVIIIe siècle. Un plan en damier fut établi pour la ville et la construction d'une nouvelle église paroissiale fut lancée – achevée en 1873.

Dans la deuxième décennie du XIXe siècle, Paraty s'étendit dans différentes directions et cette troisième période de développement se reflète dans les nouvelles places et églises de la ville, et la disparition de la précédente hiérarchie des rues.

Une quatrième et finale période de développement, au milieu du XIXe siècle, s'annonça par l'expansion du commerce du café. Elle conduisit au pavage de la route à travers la montagne ainsi que des rues et des places de la ville, une des mesures prises pour lutter contre les inondations périodiques des chaussées par la marée. Avec l'assèchement des marais, la construction se déplaça vers la mer et de nouveaux entrepôts furent édifiés. Paraty devint une ville en 1844 et la plupart des bâtiments étaient alors en pierre.

C'est à cette époque que Paraty acquit son aspect actuel, sa cohérence et son homogénéité. Toutefois, dans les 150 ans qui nous séparent de cette époque, de nombreux bâtiments ont été surélevés d'un étage.

De façon générale, il manque de données sur ce qu'il reste des différentes périodes de développement. Il n'existe aucun relevé cartographique ou plan montrant les différentes strates de vestiges historiques intégrées dans le plan de la ville ou ses structures.

Fort de défense

Une forteresse et deux forts furent construits en 1702-1703 au moment où commença le commerce de l'or. En 1793, le fort de défense fut construit sur une colline légèrement au nord de la ville. Les fortifications furent renforcées au XIXe siècle et le fort de défense reconstruit en 1822. Le

fort est aujourd'hui le seul vestige de ce système global de défense.

Le fort est constitué d'une caserne sur un niveau, de tranchées, de canons et d'un entrepôt de poudre et ne présente donc que peu de vestiges du système global de défense.

Segment de la Route de l'Or

Le segment proposé pour inscription fait partie de l'ancienne Route de l'Or du Minas Gerais jusqu'à la côte dans la région administrative de Paraty. Il commence à environ 9 km de Paraty – la section initiale n'existe plus car elle est enfouie sous la route Paraty-Cunha – et s'étend dans les collines sur 8,7 km au nord-ouest le long de voies pavées par endroit, dont le dallage remonte aux XVIIIe et XIXe siècles. Les voies les plus anciennes sont empierrées tandis que les plus récentes sont pavées de dalles de pierre. Certaines parties de la route sont encore enfouies. La route est décrite en six segments en commençant par le sud.

1. Alto da Serra à Registro Velho

Ce premier segment est couvert de terre, quelques arbres poussent entre les pierres. Il est bordé de végétation primaire et secondaire. Plus loin, il serpente au travers d'une forêt dense de montagne, qui fait partie du parc national de Bocaina, avec des eaux de pluie révélant les pierres au fond d'une gorge abrupte.

2. Registro Velho à Estiva Preta

La première partie de ce segment n'a pas encore été étudiée et est couverte par une forêt dense. Plus loin, le chemin est préservé sur environ 600 mètres, couvert de buissons et de petites plantes et bordé de hautes forêts de montagne de chaque côté.

3. Estiva Preta à Cachoeirinha

Le premier tronçon d'environ un kilomètre est plutôt en mauvais état. Les suivants sont bombés et bordés de talus abrupts. Une partie a été érodée par l'eau. Dans les points les moins escarpés de ce segment, le chemin s'élargit jusqu'à 8 m. Dans la forêt dense, de nombreux arbres tombés bloquent le passage.

4. Cachoeirinha à Seu Antonio

La première partie est en bon état, ayant été pavée pendant l'essor du commerce du café au XIXe siècle. Plus loin, le chemin est endommagé et certaines parties sont couvertes de bananiers. Près du chemin se trouvent les ruines d'un poste de douanes. Ce segment offre quelques belles vues de la baie de Paraty.

5. Seu Antonio à Marco da Sesmaria

Une partie de ce segment est cimentée. Ailleurs, le chemin est en partie visible sous l'herbe.

6. Marco da Sesmaria à Bairro dos Penha

Ce segment a été complètement dégagé entre 2003 et 2004. Il a été construit au XVIIIe siècle et une partie a été repavée au XIXe siècle. Certaines parties non pavées ne

sont pas visibles. Globalement, d'une largeur d'environ 2,5 mètres, ce segment est plus étroit que d'autres.

Histoire et développement

Paraty fut fondée en 1667 par les Portugais. Après la découverte de ce qui allait devenir la mine d'or la plus riche du monde en 1696, Paraty devint le port par lequel l'or était exporté du Minas Gerais près d'Ouro Preto à Lisbonne.

La ruée vers l'or qui suivit l'ouverture du Minas Gerais conduisit à la construction des 1 000 km du *Caminho do Ouro* ou Route de l'Or qui reliait Paraty à Ouro Preto, la ville qui se développa à côté des mines, inscrite sur la Liste du patrimoine mondial en 1980. Non seulement la route servit pour le transport de l'or à dos de mule jusqu'à la côte, mais elle fut aussi utilisée pour acheminer les mineurs et les esclaves africains à travers les montagnes jusqu'aux mines d'or. Des segments pavés de la Route de l'Or ont été mis au jour près de Paraty. Certains datent du XVIIIe siècle, d'autres du XIXe siècle.

Pendant une cinquantaine d'année, Paraty fut le principal port pour l'exportation de l'or. Au début du XVIIIe siècle, une nouvelle route plus sûre fut ouverte entre Ouro Preto et Rio de Janeiro, ce qui détourna l'activité de Paraty après 1720 puis fit cesser toute activité en 1767. Plus tard, Ouro Preto fut aussi relié à Diamantina, une ville de mine de diamant au nord-est, inscrite sur la Liste du patrimoine mondial en 1999, et une Route du Diamant fut établie, reliant les deux mines à la côte par des routes qui couvraient une distance d'environ 1200 km. Le long de cette route combinée, connue sous le nom de Route Royale, furent édifiés de grands monuments représentatifs du baroque et du rococo, notamment à Ouro Preto, Congonhas et Diamantina.

À la suite du transfert de la plupart des exportations à partir de Rio de Janeiro après 1767, Paraty déclina, bien que la Route de l'Or ne fut pas complètement abandonnée. Au XIXe siècle, le port connut une nouvelle période de prospérité avec l'exportation du café et du sucre. Il fut relié à de nouvelles routes à l'intérieur des terres, qui permirent le transport de la poudre à canon, du sel et des produits de luxe. La ville s'agrandit, fut restructurée, replanifiée, les marais asséchés lui permettant de se développer vers la mer. C'est à cette époque que la ville historique acquit ses caractéristiques actuelles. Son architecture est très régulière et uniforme, et dans son ensemble la ville est extrêmement homogène, avec des façades continues bordant les rues. Il n'y a pas de bâtiments publics importants ; les principaux grands édifices publics sont deux églises, dont l'une fut reconstruite au XIXe siècle.

L'abolition de l'esclavage en 1888, qui vida les plantations de sucre de leur main-d'œuvre, provoqua l'exode des habitants de Paraty, dont le nombre déclina radicalement.

3. VALEUR UNIVERSELLE EXCEPTIONNELLE, INTEGRITÉ ET AUTHENTICITÉ

Intégrité et authenticité

Intégrité

Le segment de la Route de l'Or concerné par la proposition d'inscription n'est qu'une partie d'une route bien plus longue reliant les mines d'or et la côte. Il y a aussi une interruption entre Paraty et le début de la route.

La ville de Paraty représente bien l'impact de la prospérité apportée par l'industrie du café au XIXe siècle, mais ne reflète pas convenablement la période subsistante, de prospérité due à l'or. L'intégrité de ce qui a été proposé pour inscription, relativement à sa valeur en tant que reflet du commerce de l'or, n'est que très partielle. Les vestiges du fort datent du renforcement des fortifications au XIXe siècle, dont ils sont la seule partie subsistante, et n'ont pas de rapport avec les fortifications qui existaient lorsque le port servait au commerce de l'or.

Dans l'ensemble, les sites qui composent la proposition d'inscription ne peuvent pas être considérés comme reflétant de manière appropriée des valeurs que l'on pourrait qualifier d'exceptionnelles par rapport à l'ensemble de la Route de l'Or.

L'UICN déclare dans ses commentaires que : « Le dossier de proposition d'inscription ne fournit pas de raison claire justifiant l'inscription de ce bien en tant qu'« œuvre conjuguée de l'homme et de la nature »... Actuellement, la logique globale de la proposition d'inscription manque de clarté et elle est mal exprimée... Il n'y a pas d'explication quant à la raison pour laquelle seuls sont proposés pour inscription trois éléments de Paraty et 1 % du réseau si étendu et divers qu'est la route de l'Or. »

Authenticité

Le tracé de la Route de l'Or et certains de ses revêtements de surface reflètent la route utilisée pour l'exportation de l'or. L'authenticité est par endroits réduite, là où le chemin a subi une érosion, et une partie est encore enfouie, par conséquent on n'en connaît pas l'état. Actuellement, seule une portion est utilisée en tant que chemin. L'authenticité du segment proposé pour inscription a donc, dans une certaine mesure, été affectée, mais la connexion entre la route et sa valeur pourrait être améliorée par la conservation.

Comme indiqué ci-avant, le tissu urbain de Paraty ne renvoie plus l'image de la ville destinée au commerce de l'or. Bien qu'il reflète la prospérité du XIXe siècle, on ne peut pas dire qu'il traduise son rôle antérieur. De plus, de nombreux bâtiments ont été profondément transformés au XXe siècle par l'ajout d'un deuxième niveau et des modifications des façades, ce qui signifie que l'authenticité des bâtiments privés est aussi en cause. L'authenticité des bâtiments subsistants du système défensif du fort n'est pas remise en question, mais ces édifices ne sont pas liés à la valeur du bien considéré comme faisant partie de la Route de l'Or.

Globalement, l'authenticité des sites proposés pour inscription en ce qui concerne leurs liens avec la valeur de la Route de l'Or dans son ensemble n'a pas été établie.

L'ICOMOS considère que les conditions d'intégrité et d'authenticité ne sont pas remplies.

Analyse comparative

L'analyse comparative compare la ville de Paraty à d'autres cités coloniales portugaises, plusieurs d'entre elles étant inscrites sur la Liste du patrimoine mondial. Sont considérées des villes fondées et restructurées entre le XVIe et le XVIIe siècle : les deux villes coloniales brésiliennes de Salvador de Bahia – Centre historique de Salvador de Bahia, 1985, critères (iv) et (vi) – et São Luís do Maranhão – Centre historique de São Luís, (1997, critères (iii), (iv) et (v)); les trois villes côtières portugaises de São Vicente, Ubatuba et Angra dos Reis ; Goa – Églises et couvents de Goa, (1986, critères (ii), (iv) et (vi)); Macao – Centre historique de Macao, (2005, critères (ii), (iii), (iv) et (vi)) – et Angra do Heroísmo – Centre d'Angra do Heroísmo aux Açores, (1983, critères (iv) et (vi)) – également portugaise.

L'analyse de la genèse et du développement des villes brésiliennes et la morphologie des vestiges montrent que Salvador de Bahia et São Luís do Maranhão ne sont pas comparables à Paraty, car ce sont des capitales provinciales fondées par la couronne portugaise, alors que São Vicente, Ubatuba et Angra dos Reis ont été profondément remaniées et ne conservent pas leur disposition d'origine. Goa et Macao représentent une échelle d'urbanisme totalement différente, tandis qu'Angra do Heroísmo fut fondée bien plus précocement et restructurée par les Portugais. En conclusion, aucune ville n'est comparable à Paraty pour ce qui concerne ses bâtiments vernaculaires, la beauté du site et l'association à une route commerciale importante. Toutefois, une comparaison plus approfondie entre Paraty et Angra do Heroísmo aurait montré de nombreuses similitudes entre les deux, suggérant que la forme et le développement de Paraty sont déjà représentés sur la Liste.

Plutôt que de se limiter à la comparaison des établissements urbains, l'ICOMOS considère que l'analyse comparative aurait dû prendre en compte des sites présentant de plus grandes affinités avec la valeur universelle exceptionnelle potentielle mise en avant pour la Route de l'Or à Paraty et son paysage. La ville de Paraty n'est qu'une partie du bien proposé pour inscription. La Route de l'Or est aussi une part majeure du bien. Les comparaisons auraient montré que la Route de l'Or s'étend sur plusieurs centaines de kilomètres, reliant la mine d'or à deux ports, et est associée à de nombreux établissements et édifices qui reflètent son importance. Pour qu'un bien soit proposé pour inscription au motif qu'il reflète le pouvoir de transformation de cette Route de l'Or, une analyse détaillée de tous les vestiges de la Route et ses éléments associés – mines, bâtiments et établissements – devrait être entreprise.

L'ICOMOS considère qu'une telle analyse pourrait manifester la prise en compte d'une proposition d'inscription plus large qui associerait les édifices spectaculaires baroques et rococo bâtis grâce aux bénéfices

du commerce de l'or, de même que d'autres établissements qui reflètent encore cette période du commerce de l'or. La Route royale, ainsi nommée, qui concerne aussi Diamantina et le commerce du diamant devraient aussi être envisagés dans une telle analyse.

L'analyse comparative n'a pas justifié le choix des sites proposés pour inscription.

L'ICOMOS considère que l'analyse comparative fournie jusqu'à présent ne justifie pas d'envisager l'inscription de ce bien sur la Liste du patrimoine mondial.

Justification de la valeur universelle exceptionnelle

Le bien proposé pour inscription est considéré par l'État partie comme ayant une valeur universelle exceptionnelle en tant que bien culturel pour les raisons suivantes :

La Route de l'Or à Paraty et son paysage :

- est entouré d'un paysage d'une extraordinaire beauté ;
- conserve ses festivals, ses rites et sa culture ;
- présente une architecture brésilienne intacte datant du XVIIe au XIXe siècle ;
- comprend les vestiges matériels les plus importants de la Route de l'Or par laquelle fut exportée l'immense richesse des terres coloniales portugaises et par laquelle furent importés la religion et la culture de l'Europe ;
- reflète le renouveau de la prospérité de l'intérieur du pays au XIXe siècle grâce à l'industrie du café.

Critères selon lesquels l'inscription est proposée

Le bien est proposé pour inscription sur la base des critères culturels (ii), (iv) et (v).

Critère (ii) : témoigner d'un échange d'influences considérable pendant une période donnée ou dans une aire culturelle déterminée, sur le développement de l'architecture ou de la technologie, des arts monumentaux, de la planification des villes ou de la création de paysages.

Ce critère est justifié par l'État partie au motif que la Route de l'Or est un patrimoine pionnier d'une route qui démontre les origines commerciales, culturelles et économiques du Brésil, tandis que la ville de Paraty reflète un savoir-faire en matière d'architecture vernaculaire dans la création des villes maritimes portugaises.

L'ICOMOS considère que pour justifier ce critère le bien doit témoigner de manière évidente d'un échange de valeurs humaines pendant une période donnée sur le développement dans une aire patrimoniale. Bien que l'on puisse considérer que la Route de l'Or dans son ensemble a permis des échanges culturels et conduit à de nouveaux développements considérables d'édifices exceptionnels, cela ne peut être justifié pour les petits segments de route qui sont actuellement proposés pour inscription. L'ICOMOS considère que Paraty ne reflète pas un savoir-faire exceptionnel en matière d'architecture vernaculaire en tant que ville maritime portugaise.

L'ICOMOS considère que ce critère n'a pas été justifié.

Critère (iv) : offrir un exemple éminent d'un type de construction ou d'ensemble architectural ou technologique ou de paysage illustrant une période ou des périodes significative(s) de l'histoire humaine.

Ce critère est justifié par l'État partie au motif que Paraty est un exemple original et préservé de port représentatif des échanges entre l'Amérique et le monde et que la route démontre les compétences technologiques apportées par les ingénieurs portugais.

L'ICOMOS considère que cette justification n'explique pas comment le bien est relié à une période ou des périodes de l'histoire. Bien que l'exploitation de l'or dans cette partie de l'Amérique du Sud, et les ramifications économiques et culturelles de son exportation et de son utilisation, puissent être considérées sans aucun doute comme une étape importante de l'histoire de l'humanité, l'ICOMOS considère que cette période de l'histoire devrait être représentée par des aspects de la totalité de la Route de l'Or ou de la Route Royale, comprenant les mines et les établissements qui lui sont associés, dont certains sont déjà inscrits.

L'ICOMOS considère que ce critère n'a pas été justifié.

Critère (v) : être un exemple éminent d'établissement humain traditionnel, de l'utilisation traditionnelle du territoire ou de la mer, qui soit représentatif d'une culture (ou de cultures), ou de l'interaction humaine avec l'environnement, spécialement quand celui-ci est devenu vulnérable sous l'impact d'une mutation irréversible.

Ce critère est justifié par l'État partie au motif que Paraty représente un mélange des races et des savoirs reflétés dans des activités telles que la pêche, la cuisine et le folklore, et que la Route de l'Or était la voie qui amorça le développement du Brésil et de ses monuments universellement célèbres.

L'ICOMOS considère que ce qui n'a pas été justifié, c'est comment Paraty pourrait s'envisager comme reflétant une forme traditionnelle exceptionnelle d'interaction avec l'environnement, par la manière dont sa composition représente un mélange exceptionnel de races. L'ICOMOS convient que la Route de l'Or fut une voie fondamentale pour le développement du Brésil, mais pour apprécier l'impact de l'exploitation de l'or sur le paysage, une zone beaucoup plus vaste que celle qui a été proposée pour inscription devrait être envisagée, qui soit liée au développement que la route a promu, ainsi qu'à la route elle-même.

L'ICOMOS considère que ce critère n'a pas été justifié.

L'ICOMOS considère que l'approche de la proposition d'inscription en série des trois sites n'a pas été justifiée.

L'ICOMOS considère que ni les critères selon lesquels le bien a été proposé pour inscription ni la valeur universelle exceptionnelle n'ont été justifiés.

4. FACTEURS AFFECTANT LE BIEN

Pressions dues au développement

La construction en 1974 de la route fédérale Rio-Santos le long de la côte entre les villes de Rio de Janeiro (État de Rio de Janeiro) et Santos (État de São Paulo) a coupé une partie de la Route de l'Or derrière la ville.

La nouvelle route a amené un accroissement important du tourisme et augmenté la pression due au développement. Paraty est aujourd'hui un lieu de visite populaire, proche des métropoles de Rio de Janeiro et Sao Paulo, ce qui a conduit à l'aménagement et à l'agrandissement de bâtiments existants pour accueillir le tourisme. Cette pression est dans une certaine mesure traitée par le plan directeur stratégique, un partenariat public-privé. Néanmoins, il existe encore une pression due au développement dans la zone tampon. Il est nécessaire de renforcer les politiques de développement urbain de Paraty, afin de contrôler l'expansion de la ville en direction de la Route de l'Or et de contrôler les modifications et les ajouts dans le centre historique.

Un petit aéroport sépare la zone historique des autres parties de la ville de Paraty. L'ICOMOS considère qu'il n'est pas du tout souhaitable d'agrandir cet aéroport et au contraire très souhaitable de le déplacer. Le plan de gestion intègre ce souhait mais ne donne pas de détails sur un nouveau site satisfaisant envisageable pour accueillir l'aéroport.

Contraintes dues au tourisme

La nouvelle route a provoqué une forte augmentation du tourisme et de la pression sur les installations recevant des touristes sur la côte. Cette question est en partie traitée par le plan directeur, mais il est nécessaire d'améliorer le système de traitement des eaux usées.

Il semble que la pression soit très faible sur la Route de l'Or en raison de l'absence de route pavée y menant dans le parc national de Bocaina. Il existe cependant une proposition d'ouvrir les voies aux visiteurs à l'avenir.

Contraintes liées à l'environnement

L'envasement naturel de la baie de Paraty s'est aggravé dans les dernières décennies en raison de la croissance urbaine et de l'augmentation consécutive des rejets de déchets dans les cours d'eau. La proposition d'inscription annonce que le traitement des eaux usées pourrait nécessiter la construction d'une élévation sur la baie (dont l'objectif n'est pas clair).

Catastrophes naturelles

Les principales catastrophes naturelles identifiées sont les glissements de terrain qui pourraient affecter les pistes. Le maintien de la couverture forestière des environs est le principal moyen de réduire cette menace, et cette mesure de protection est en place.

Impact du changement climatique

Le changement climatique pourrait entraîner une élévation importante du niveau de la mer, au-delà des 50 cm

maximum actuels, à un point qui provoquerait des inondations graves dans la ville.

Les autorités envisagent la construction de digues en bordure de mer et de barrages dotés d'écluses sur le fleuve.

L'ICOMOS considère que les principales menaces pesant sur le bien proviennent du développement, en particulier l'expansion de la ville dans la zone tampon, en direction de la Route de l'Or.

5. PROTECTION, CONSERVATION ET GESTION

Délimitations du bien proposé pour inscription et de la zone tampon

Dans certaines parties de la proposition d'inscription, il est dit que les délimitations du segment de la Route de l'Or forment une bande de 120 m de large (60 m de part et d'autre de l'axe central), tandis que dans le résumé analytique elle est délimitée par une bande de 240 m de large (120 m de chaque côté de l'axe central).

Le titre du bien comportant le terme de « paysage », l'ICOMOS considère que, pour justifier cela, les délimitations auraient dû inclure une partie plus importante du paysage de chaque côté de la route. Toutefois, l'ICOMOS considère que les difficultés les plus fondamentales par rapport aux délimitations résident dans la nécessité de prendre en compte une plus grande partie de la Route de l'Or dans toute proposition d'inscription qui entendrait refléter la puissance et l'influence des mines d'or et du commerce de l'or.

L'ICOMOS considère que les délimitations de la zone proposée pour inscription doivent être revues.

Droit de propriété

La majorité des biens de la zone urbaine sont des propriétés privées. Les exceptions sont le fort, le musée et une maison, propriétés de l'IPHAN (Institut national historique et artistique). Le parc national, dans lequel se trouvent les segments de la route de l'Or, est propriété publique.

Protection

Protection juridique

Protection nationale :

Quatre églises, le fort de défense et l'ensemble paysager et architectonique de la ville ont été classés par l'IPHAN entre 1957 et 1962. En 1966, le gouvernement fédéral, par le biais du décret loi n° 58,077 a classé monument historique l'environnement paysager de la commune de Paraty, en particulier l'ensemble architectonique de la ville.

Grâce à l'inscription en 1974 de la totalité de la commune de Paraty sur le Registre des beaux-arts et sur le Livre de l'archéologie, de l'ethnographie et du paysage de l'Institut du patrimoine historique, une zone de protection spéciale a

été mise en place autour de la ville historique, dans un rayon de 10 km centré autour de la place de l'église.

À la suite de cette inscription, une série de zones protégées ont été créées pour assurer la conservation du paysage naturel : la zone de protection de l'environnement de Cairçu, 1983 ; la zone de protection environnementale municipale de la baie de Paraty et de Saco do Mamangá, 1984 ; la station écologique de Tamoiós, 1990 ; la réserve écologique de Juatinga, 1991 ; la réserve de biosphère de la forêt atlantique, qui inclut Paraty, 1992. Ces zones ne couvrent que partiellement la zone tampon et excluent la zone immédiatement adjacente de Paraty entre la ville et le début de la Route de l'Or.

Le paysage de la commune de Paraty et le village sont classés monument national. Cela signifie que toute la commune et donc la zone tampon est monument historique depuis le 24 mars 1966, par le décret loi n° 58,077. Cela n'a cependant pas empêché de nouvelles constructions de s'élever tout à côté de la vieille ville.

Protection régionale et locale :

En même temps qu'une protection régionale pour Paraty en 2003, le décret n° 092/2003 assure la protection de la Route de l'Or à Paraty.

En 2003, le décret n° 080/2003 a créé le Comité permanent pour le classement au patrimoine mondial de la Route de l'Or à Paraty et son paysage – voir ci-après.

Protection traditionnelle

Les habitants de la réserve écologique de Juatinga jouent un rôle essentiel dans l'entretien des attributs naturels du paysage grâce à leur gestion traditionnelle de l'environnement.

Efficacité des mesures de protection

La protection de la zone proposée pour inscription est élevée, mais pourrait être mieux mise en œuvre dans certaines zones. La zone tampon n'est protégée que lorsqu'elle coïncide avec des zones de protection du paysage. Hors de ces zones protégées, entre Paraty et le début de la Route de l'Or, de nouveaux développements à proximité de la zone proposée pour inscription ont un effet négatif sur la zone historique de la ville. Une meilleure protection et une gestion plus rigoureuse sont nécessaires dans ces zones.

L'ICOMOS considère que la protection légale en place dans la zone proposée pour inscription est appropriée mais que la mise en œuvre de mesures de protection dans la zone tampon doit être renforcée.

Conservation

Inventaires, archives, recherche

La ville de Paraty et le fort ont été inventoriés par l'IPHAN entre 2002 et 2003. Cet inventaire comporte des études et des données concernant environ 460 édifices du site historique, tels que des plans d'occupation des sols et des

données sur l'état de conservation, ainsi qu'une analyse des archives.

Un inventaire des chemins de la Route de l'Or a été entrepris par l'IPHAN, bien qu'aucun détail n'ait été fourni.

État actuel de conservation

Depuis plus de cinquante ans, la ville bénéficie du souci qu'ont les propriétaires pour sa protection, et cela se reflète dans l'état du tissu urbain et l'entretien des bâtiments et des menuiseries. On note toutefois par endroits l'emploi du béton (par exemple un hôtel) ou l'« embellissement » outré des façades en pierre qui sont peintes et de nombreux exemples où il est difficile de faire la différence entre les matériaux d'origine et les reconstructions.

Quelques segments de la Route de l'Or sont toujours enterrés. Parmi les parties mises au jour, 75 % sont dites en bon état et 25 % ont besoin d'un travail de conservation.

Mesures de conservation mises en place

Dans les zones urbaines, les travaux sont étroitement supervisés par l'IPHAN et des manuels de recommandations ont été préparés à l'intention des propriétaires.

La conservation des vestiges mis au jour ou enfouis de la Route de l'Or relève aussi de la responsabilité de l'IPHAN. Le plan de gestion affiche l'objectif de revitaliser la totalité de la route proposée pour inscription d'ici à 2010.

Entretien

L'entretien des bâtiments de la ville est essentiellement de la responsabilité des propriétaires et est effectué dans le respect des recommandations.

Efficacité des mesures de conservation

Globalement, l'efficacité de la conservation est quelque peu limitée dans la ville où il s'est révélé difficile d'arrêter le mouvement de rénovation et d'« embellissement » de nombreuses maisons. Pour la Route de l'Or, la conservation de 75 % du bien est raisonnablement bonne mais le reste exige des efforts supplémentaires.

L'ICOMOS considère que l'efficacité des mesures de conservation dans les zones urbaines est aujourd'hui limitée par la quantité de travaux déjà réalisés pour améliorer les bâtiments privés.

Gestion

Structures et processus de gestion, y compris les processus de gestion traditionnels

Pour la zone urbaine de Paraty, la municipalité est la principale instance en charge pour encourager la conservation et la réhabilitation. Elle essaie de lier ses actions à celles des programmes nationaux, tels que Monumenta-IDB du ministère de la Culture, et travaille en étroite collaboration avec l'IPHAN. Pour le volet Route de l'Or du bien proposé pour inscription, le parc national de

Bocaina est la principale autorité chargée de son entretien à l'intérieur du parc. À l'extérieur du parc, c'est la municipalité qui est responsable.

L'UICN note dans ses commentaires que : « Le paysage naturel environnant inclus dans la zone tampon du bien proposé pour inscription est géré par une diversité d'agences locales, étatiques et fédérales afin de remplir des objectifs de conservation qui soient compatibles avec - et non pas dépendants de - la gestion du bien tel qu'il est proposé pour inscription actuellement. »

Cadre de référence : plans et mesures de gestion, y compris la gestion des visiteurs et la présentation

Un plan de gestion a été élaboré en 2006-2007 par les représentants du Comité permanent pour le classement au patrimoine mondial de la Route de l'Or à Paraty et son paysage. Ce Comité est composé de 12 membres représentants d'institutions municipales, étatiques et fédérales et d'organisations non-gouvernementales, et se réunit tous les mois. Le plan de gestion vise à concilier protection et tourisme avec le soutien de la population locale. Bien qu'il existe plusieurs plans pour le bien proposé pour inscription, le plan de gestion est le seul qui couvre la totalité de la zone concernée. Il définit une approche stratégique pour la zone proposée pour inscription ainsi que des orientations pour la Route de l'Or, le paysage naturel et le site historique (zone urbaine) ainsi que des interventions concertées pour l'infrastructure et la structure urbaine.

Le principal plan concernant la zone urbaine de Paraty est le plan directeur coordonné par l'État de Rio de Janeiro et produit par la municipalité de Paraty conjointement avec l'IPHAN et l'IBAMA (Institut brésilien pour l'environnement et les ressources naturelles renouvelables), lancé en 1995 et partiellement mis en application par la loi n°1355/2002. Ce plan définit des politiques publiques pour guider le développement socio-économique de la ville dans le cadre du développement durable. Une révision du plan directeur, actuellement en cours, a été initiée par IBAMA-IPHAN par le biais du programme « Patrimoine naturel dans les centres historiques ». Le plan vise à assurer la croissance ordonnée de la ville grâce à l'établissement de politiques urbaines pour les zones en expansion, la préservation du patrimoine historique et naturel, la localisation des activités et la réglementation pour les constructions.

Le principal plan pour les zones rurales et les chemins de la Route de l'Or est le plan de gestion du parc national de Bocaina, achevé en 2000. Ce plan définit des zones et des règles de gestion et d'utilisation des ressources naturelles.

Des parties de la zone tampon sont concernées par le plan de gestion pour la zone de protection environnementale de Cairuçu.

Préparation aux risques

Paraty possède une brigade de pompiers dotée d'équipements mais dont l'action ne peut s'étendre à la zone tampon. Actuellement, il n'existe pas de plan d'urgence pour le sauvetage de biens culturels en cas d'incendie ou d'inondation grave.

Implication des communautés locales

Les communautés locales de Paraty ont été impliquées dans la préparation de la proposition d'inscription, car elles sont associées au Comité permanent pour le classement au patrimoine mondial de la Route de l'Or à Paraty et son paysage, formé de trois niveaux de gouvernement, et le COMAMP (Conseil municipal des associations de Moradores de Paraty).

Ressources, y compris nombre d'employés, expertise et formation

Le statut de monument national de la commune de Paraty promeut le concept de préservation, qui implique des aspects environnementaux, sociaux et culturels.

En lien avec le ministère de la Culture, l'IPHAN est responsable d'activités aussi variées que l'identification, la protection, la réforme, la préservation et le suivi des biens matériels, archéologiques, et paysagers, la gestion des bibliothèques, des archives et des musées.

L'IPHAN agit à Paraty au travers de sa 6e agence de supervision régionale, dont le siège est situé dans la ville de Rio de Janeiro. Il est représenté à Paraty par sa 8e agence subrégionale, qui effectue le suivi, l'évaluation et le contrôle de l'architecture et de l'urbanisme dans toute la zone classée. Il est aussi responsable du sauvetage et du maintien des festivals et traditions populaires, de la restauration et de la préservation des collections sacrées et du soutien des activités culturelles. L'IPHAN apporte aussi les conseils et les orientations aux habitants concernant les questions de préservation, avec des bureaux situés en ville.

Efficacité de la gestion actuelle

Globalement, le plan de gestion et le Comité exécutif sont une base appropriée pour la gestion qui doit être renforcée afin de relever les défis du changement urbain et du développement.

L'ICOMOS considère que le système de gestion du bien est approprié.

6. SUIVI

Une partie du bien (Paraty et le fort) a été inventoriée entre 2002 et 2003. L'inventaire couvre 460 biens et fournit des informations sur les plans au sol ainsi que sur l'état de conservation et de préservation.

La proposition d'inscription définit un éventail d'indicateurs de suivi tels que les vues, contrôlées photographiquement, les segments pavés, les attributs environnementaux, le tissu bâti et les actions de gestion. Il s'agit d'une gamme appropriée d'indicateurs de suivi, avec des dispositifs de suivi variés et réguliers.

L'ICOMOS considère que les dispositifs de suivi sont appropriés.

7. CONCLUSIONS

La Route de l'Or dans son ensemble est l'une des plus anciennes routes d'Amérique du Sud ; elle a eu un impact économique, culturel et social majeur qui se manifeste dans les ensembles de bâtiments et d'installations présentant certains des témoignages les plus importants de l'architecture baroque et rococo dans l'hémisphère Sud.

La Route de l'Or est composée de trois parties distinctes : l'ancienne route du Minas Gerais à Paraty, la nouvelle route de la mine jusqu'à Rio de Janeiro et la route plus tardive du diamant reliant Diamantina. Toutes traversent des paysages spectaculaires de montagnes couvertes de forêts. L'ICOMOS considère que toute prise en compte de la Route de l'Or et de son influence doit explorer ce contexte élargi. Actuellement, la proposition d'inscription n'inclut qu'une très petite partie (8,7 km) de l'ancienne route, avant qu'elle ne soit remplacée par la nouvelle.

L'importance du petit segment de l'ancienne route qui est intégré à la proposition d'inscription doit être définie par rapport de la totalité de l'ancienne route, car c'est l'ensemble qui est susceptible de démontrer une valeur universelle exceptionnelle. L'ICOMOS ne considère pas que le petit segment actuellement proposé pour inscription puisse être examiné séparément de la structure entière.

Paraty était le point d'arrivée de l'ancienne route, mais la ville dans son aspect actuel reflète sa prospérité ultérieure, en tant que port du XIXe siècle pour l'exportation du café et du sucre (ainsi que les améliorations apportées au XXe siècle) plutôt que la structure et les édifices du XVIIIe siècle, associés au commerce de l'or. En tant que ville coloniale du XIXe siècle, en dépit de son attrait, Paraty n'est pas exceptionnelle et l'ICOMOS ne considère pas que, à elle seule, elle justifie une inscription sur la Liste du patrimoine mondial.

Bien que le paysage fasse partie du titre de la proposition d'inscription, une part très réduite de celui-ci, de chaque côté de la route de l'Or, est inclus dans les délimitations du bien. Ces zones incluent de larges zones protégées par l'UNESCO en tant que Réserves de Biosphère. L'UICN dans ses commentaires considère que « si une zone étendue devait être envisagée, les preuves présentées dans la proposition d'inscription suggèrent qu'il pourrait y avoir des valeurs qui devraient être considérées en fonction des critères naturels du patrimoine mondial. Ceci devrait être évalué dans le cadre d'une nouvelle proposition d'inscription, mais le fait qu'un assemblage si divers de caractéristiques puisse exister dans une seule zone est inhabituel. » Par conséquent, l'UICN considère que : « les valeurs naturelles de la zone, y compris leur potentiel à soutenir une proposition d'inscription viable en tant que bien mixte, ou en tant que paysage culturel doté de hautes valeurs naturelles, justifie d'envisager un examen complémentaire. »

Recommandations concernant l'inscription

L'ICOMOS recommande que l'examen de la proposition d'inscription de la Route de l'Or à Paraty et son paysage, Brésil, sur la Liste du patrimoine mondial soit *différé* afin de permettre à l'État partie de :

- Explorer la possibilité d'une proposition d'inscription plus large pour prendre en compte la totalité de la Route de l'Or et ses établissements, édifices, mines et paysages associés, et le profond impact que cette route a exercé sur la culture, l'économie et la politique de l'Amérique du Sud et de l'Europe.

L'ICOMOS considère que toute proposition d'inscription révisée, avec de nouvelles délimitations, devra être étudiée par une mission qui se rendra sur le site.

CANDIDATURE AU PATRIMOINE MONDIAL – ÉVALUATION TECHNIQUE DE L’UICN LA ROUTE DE L’OR DE PARATY ET SON PAYSAGE (BRÉSIL) ID N° 1308

L’UICN a réalisé une étude théorique de ce paysage culturel proposé au titre des critères (ii), (iv) et (v) et a transmis les commentaires suivants à l’ICOMOS dans le cadre du processus d’évaluation.

1. ŒUVRE CONJUGUÉE DE L’HOMME ET DE LA NATURE

Le dossier de la proposition n’offre pas d’éléments clairs justifiant que ce bien soit une « œuvre conjugée de l’homme et de la nature » qui est le concept unificateur d’un paysage culturel, selon la définition des *Orientations* devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial. La proposition s’appuie sur trois caractéristiques culturelles spécifiques de la municipalité de Paraty relatives à une route de l’or longue de 800 kilomètres et affirme que ces caractéristiques sont situées dans un paysage remarquable. La proposition est très peu axée sur les manifestations interactives entre l’homme et son environnement naturel qui jouent un rôle central dans la reconnaissance des valeurs de paysage culturel.

Actuellement, la logique globale de la proposition n’est ni claire ni bien exposée. La route de l’or est présentée comme un élément important d’un système d’utilisation des ressources qui a caractérisé une époque particulière de l’histoire de l’homme en Amérique du Sud. Cette route de 800 km de long reliait le port de Paraty aux champs aurifères d’Ouro Preto (un bien du patrimoine mondial existant). Rien n’explique pourquoi trois caractéristiques seulement de Paraty et 1% de la route sont proposés dans ce réseau routier de l’or beaucoup plus long et plus divers.

Une proposition révisée pourrait se concentrer sur les caractéristiques naturelles et culturelles de la région de Paraty. Les éléments présentés dans le dossier de la proposition suggèrent qu’il pourrait y avoir des valeurs à examiner du point de vue des critères naturels du patrimoine mondial ainsi que des critères culturels du patrimoine mondial déjà évoqués dans la proposition. Il faudrait que tout soit évalué de manière beaucoup plus étroite dans le cadre d’une nouvelle proposition mais le fait qu’un assemblage de caractéristiques aussi divers existe en une seule région est inhabituel. L’UICN considère donc que les valeurs naturelles de la région, y compris leur potentiel à justifier une proposition possible en tant que bien mixte ou paysage culturel ayant des valeurs naturelles élevées, méritent d’être examinées plus à fond.

2. GESTION

Le bien proposé se compose d’une section de 8,7 km de la route de l’or, du centre historique de Paraty et du fort Defensor Perpetuo. Le cadre naturel, dans la zone tampon du bien proposé, est géré par diverses agences locales, d’État et fédérales en vue d’objectifs de conservation qui sont compatibles avec la gestion du bien tel qu’il est actuellement proposé sans toutefois en dépendre. La superficie de la zone tampon proposée comprend des régions qui sont des réserves de biosphère du Programme sur L’homme et la biosphère de l’UNESCO.

3. RECOMMANDATIONS

Le bien est proposé en tant que paysage culturel, au titre des critères naturels et il incombe à l’ICOMOS de recommander si le bien proposé est oui ou non d’importance universelle exceptionnelle. Sur la base de sa propre évaluation, l’UICN suggère que l’ICOMOS envisage de demander des informations complémentaires à l’État partie concernant les points mentionnés plus haut, y compris en ce qui concerne les valeurs naturelles évidemment élevées de la zone tampon du bien proposé.

ANEXO 5 – Nota sobre o Relatório das Decisões da 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.

Saiu esta semana o resultado do exame do expediente da candidatura de Paraty à Lista do Patrimônio Mundial. O relatório do ICOMOS está nas páginas 257-264 do documento WHC.09 /33.COM /INF.8B1 que pode ser lido no seguinte endereço na internet: <http://whc.unesco.org/download.cfm?id document=101983>. Vale a pena examinar também as sugestões da UICN sobre uma possível revisão do expediente para apresentar uma candidatura mista, devido às características naturais de Paraty. O relatório da UICN está na página 121 do documento WHC.09 /33.COM /INF.8B2, que pode ser obtido aqui: <http://whc.unesco.org/download.cfm?id document=101981>.

O projeto de decisão sobre Paraty, constante da página 24 do documento WHC-09/33.COM/8B, recomenda a revisão da candidatura para ampliação dos limites propostos:

*Property Gold Route in **Paraty** and its landscape*

Id. N° 1308

State Party Brazil

Criteria proposed by

State Party

(ii) (iv) (v) + CL

See ICOMOS Evaluation Book, May 2009, page 257.

Draft Decision: 33 COM 8B.37

The World Heritage Committee,

1. Having examined Documents WHC-09/33.COM/8B

and WHC-09/33.COM/INF.8B1,

*2. **Defers** the examination of the nomination of the Gold*

Route in Paraty and its landscape, Brazil , to the

World Heritage List in order to allow the State Party to:

a) Explore the possibility of a wider nomination to

reflect the overall Gold Route and its associated

settlements, buildings, mines and landscape and

the profound impact this route had on the culture,

economics and politics of South America and

Europe;

*3. **Considers** that any revised nomination with revised*

boundaries would need to be considered by a mission

to the site.

ANEXO 6 – (25 de agosto de 2009) Carta de esclarecimento de Amaury Barbosa, então secretário adjunto de cultura de Paraty e presidente da comissão da candidatura, sobre o encaminhamento da proposta após a reunião de Sevilha

Paraty, 25 de agosto de 2009.

Prezado amigo (a) da candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial,

Esta carta tem a finalidade de atualiza-lo (a) sobre nossa candidatura a Sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO. Para tanto vimos informar sobre os últimos eventos mais significativos referentes a nosso pleito:

1. O Dossiê:

Em janeiro do ano passado encaminhamos ao Ministério da Cultura, através do IPHAN, nosso dossiê completo, em inglês, acompanhado de um inventário da situação de conservação de todas as edificações do sítio histórico, além de um Plano de Gestão. O dossiê e seus anexos foram encaminhado ao Centro do Patrimônio Mundial, por ele examinados e considerados completos e acolhidos.

2. Visita de avaliação:

Em setembro de 2008 recebemos a visita de avaliação realizada pela Arquiteta do ICOMOS, Maria Cecília Calderón Puente, que contou com a assessoria técnica de consultores do IPHAN, do ICMBio e do Ministério das Relações Exteriores e da Prefeitura de Paraty. O relatório produzido pela consultora foi então, relatado na reunião do ICOMOS que ocorreu no final de novembro de 2008 quando as decisões tanto do ICOMOS, quanto da IUCN foram produzidas.

3. Reunião de Outubro de 2008:

Foi realizada uma reunião do Centro do Patrimônio Mundial no Rio de Janeiro; na ocasião, a representante da América Latina, Nuria Sanz e a então presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, Maria de Jesus San Segundo fizeram uma visita de avaliação. Em seguida, outro grupo, que contava com o relator de nossa candidatura no ICOMOS, o Arquiteto Alfredo Conti, também estiveram em Paraty com intuito de conhecer e melhor analisar a proposição.

4. Reunião de Sevilha:

Foi realizada reunião de avaliação formal do nosso dossiê durante a 33ª sessão do Comitê de Patrimônio Mundial realizado de 22 a 30 de junho do corrente ano em Sevilha. Dessa reunião participaram os Presidentes do IPHAN e do Instituto Chico Mendes, vários técnicos em suas especialidades e, representando Paraty, a Arquiteta Isabelle Cury e o Presidente do Comitê Pro UNESCO.

O resultado dessa reunião consta do documento 33 COM do qual segue cópia anexa.

Resumidamente, o Comitê do Patrimônio Mundial, acatando parecer do UICN decidiu DEFERIR a proposição ao Brasil com as seguintes sugestões: revisão da proposta e sua reapresentação como Patrimônio misto ressaltando seus valores naturais e culturais excepcionais. Essa proposta revisada deverá ser encaminhada à UNESCO para ser analisada.

Em nossa avaliação não é tudo que gostaríamos, pois almejamos nossa inscrição definitiva nessa lista, mas não deixa de ser um avanço, pois já alcançamos a aceitação de nossa proposta para análise e também já temos uma indicação de como continuar nosso trabalho que nos foi dado pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

Em Sevilha conversamos com o Presidente do Instituto Chico Mendes responsável no Brasil pelos sítios naturais e com representantes da UICN –

União Internacional para a Conservação da Natureza, entidade que faz a análise do Setor Natural das propostas à UNESCO. Os dois organismos foram mais do que receptivos, chegando mesmo a nos entusiasmar pela continuidade do trabalho.

5. A continuidade dos trabalhos:

Em 22 de Agosto de 2009 o Comitê de Paraty convocou todos os participantes para prestação de contas e relato da reunião de Sevilha. Foi iniciado o traçado dos próximos passos e organizado um cronograma preliminar, tendo em vista que o desejável é reapresentar o dossiê em janeiro de 2010, já incorporando a decisão da reunião de Sevilha.

Agradecemos novamente Vossas Senhorias pelo apoio que vimos recebendo de todos e com o qual precisaremos continuar contando nessa fase final de nosso trabalho. Estamos à disposição para maiores detalhes e, tão logo o novo cronograma de desenvolvimento esteja mais definido, realizaremos uma reunião de coordenação, aberta a todos os interessados.

Atenciosamente

Amaury Barbosa
Presidente

Patrimoine mondial**33 COM**

Distribution limitée

WHC-09/33.COM/20

Séville, 20 juillet 2009

Original: anglais/français

**ORGANISATION DES NATIONS UNIES
POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE**

**CONVENTION CONCERNANT LA PROTECTION DU PATRIMOINE
MONDIAL, CULTUREL ET NATUREL**

COMITE DU PATRIMOINE MONDIAL

Trente-troisième session

**Séville, Espagne
22 -30 juin 2009**

RAPPORT DES DECISIONS

C.4 AMERIQUE LATINE - CARAÏBES

C.4.1 Nouvelles propositions d'inscription

Décision : 33 COM 8B.37

Le Comité du patrimoine mondial,

1. Ayant examiné les documents *WHC-09/33.COM/8B* et *WHC-09/33.COM/INF.8B1*,
2. Diffère l'examen de la proposition d'inscription de la **Route de l'Or à Paraty et son paysage, Brésil**, à l'État partie afin de lui permettre de réviser ses dimensions et sa dénomination comme bien mixte, soulignant ses valeurs naturelles et culturelles exceptionnelles ,
3. Considère que toute proposition d'inscription révisée, avec de nouvelles délimitations, devra être étudiée par une mission qui se rendra sur le site.

WHC09-33COM/20, p. 205/206

ANEXO 7 – (1º de março de 2011) Avaliação da Candidatura de Paraty: Cultura e Natureza pelo Centro do Comitê do Patrimônio Mundial. Carta de Francesco Bandarin endereçada à Maria Laura da Rocha, então a frente da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO.



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture

Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Организация
Объединенных Наций по
вопросам образования,
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة
للتربية والعلم والثقافة

联合国教育、
科学及文化组织

CULTURE SECTOR

H. E. Mrs Maria Laura da Rocha
Ambassador,
Permanent Delegate
Permanent Delegation of Brazil to
UNESCO

Maison de l'UNESCO
Bureau MR.07
1, rue Miollis
75732 PARIS Cedex 15

WHC/74/AB/204/AB/ag/131

1 March 2011

Nomination of Paraty: Culture and Nature (Brazil) for inscription on the World Heritage List (C/N 1308 Rev)

Dear Ambassador

I am writing to acknowledge receipt of your letter dated 27 January 2011 and the nomination of the **Paraty: Culture and Nature** for inscription on the World Heritage List.

As you know, according to paragraph 140 of the *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, the Secretariat is asked to check the completeness of the nominations received and forward to the relevant Advisory Bodies only those nominations that were complete at the deadline of 1 February.

The nomination of the **Paraty: Culture and Nature** was determined to be incomplete based on these requirements. I encourage your authorities, and in particular those who prepared the nomination, to contact the World Heritage Centre to discuss the nomination.

Assessment of the Nomination of Paraty: Culture and Nature:

The maps submitted show the proposed boundaries in A3 format within the main text, more in particular, Map 2A and Map 7. In this regard the World Heritage Centre would require further clarification in the definition of the maps to allow for the identification of the boundaries proposed.

The maps submitted in the nomination text are not sufficient to fully identify the boundaries for the proposed property. The small-scale maps do not provide the adequate definition to clearly identify topographic elements such as adjacent settlements, or to evaluate impact of any proposed development within, aside of or on the boundary line. The overall identification of the nominated property is therefore considered as not sufficient.

The required Executive Summary should be provided.

Also, the Section 3.d is not sufficient. In terms of authenticity it appears that the relevant parts of the text are focused on the historic centre of Paraty (which is only a small portion of the landscape presented) and only in terms of its use and function.

7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP, France
Tél. : +33 (0)1 45 68 10 00
Fax : +33 (0)1 45 67 16 90

www.unesco.org

- 2 -

Concerning the integrity of the nominated site, the questions in relation to its wholeness, intactness and absence of threats have not been adequately addressed.

Furthermore, the revision of the text should also be used as an opportunity to improve the comparative analysis. The text on pages 139 to 144 appears to only describe the Portuguese expansion throughout the world rather than proposing comparisons and drawing conclusions. The "analysis according to other Portuguese possessions around the world" is mainly based on Angra do Heroísmo which is only few kilometers away from Paraty. The rest of the analysis seems limited to a rather local geographical area and, actually, most of the comparisons proposed are with Paranaguá, Sao Francisco do Sul, Desterro, sites in Brazil that are not even listed. Most of the analysis under cultural aspects is based on the historic centre of Paraty while the nomination is presented as a cultural landscape. On the natural aspects the analysis appears to be rather local and does not take into consideration a more global view for the criteria put forward.

I encourage you to submit adequately scaled topographic maps clearly identifying the boundaries of the proposed property along with the duly revised file well in advance of the deadline of 1 February 2012. The World Heritage Centre is, of course, always willing to review draft proposals. The Committee has recommended that States Parties wishing to avail themselves of the comments of the World Heritage Centre on draft nominations should submit those drafts to the Centre by 30 September. This will permit the Centre to respond in ample time to allow the State Party to make any necessary changes.

In the meantime, if we can be of further assistance, please do not hesitate to let me know.

Please accept, Sir, the assurances of my highest consideration,

Yours sincerely,


↑ Francesco Bandarin
Director a.i.
UNESCO World Heritage Centre

cc: Permanent Delegation of Brazil to UNESCO
Dr Luis Fernando de Almeida. Director of the Institute of Historic and Artistic National Heritage IPHAN
Dr Rômulo José Fernandes Barreto Mello. President of the Institute Chico Mendes for the Preservation of Biodiversity
Vincent Defourny, Director of the Office. UNESCO Brasilia Office
UNESCO National Commission in Brazil
ICOMOS
IUCN

ANEXO 8 – (20 de junho de 2011) Pedido de revisão da avaliação da candidatura de Paraty: Cultura e Natureza pelo Centro do Comitê do Patrimônio Mundial. Carta da Ministra Anna Maria Buarque de Hollanda ao Diretor do Centro do Patrimônio Mundial Kishore Rao.



Ministério da Cultura
Secretaria Executiva
Diretoria de Relações Internacionais
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 4º andar - 70.068-900 Brasília – DF
Telefone: +55 61 2024-2452 – FAX: +55 61 2024 2091 - www.cultura.gov.br

Ofício 095/DRI/SE/MinC

Brasília, 20 de junho de 2011.

Ao Senhor
MINISTRO GEORGE FIRMEZA
Diretor do Departamento Cultural
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios Bloco H
Palácio do Itamaraty Anexo II – Sala 11
70170-900 Brasília, DF

Assunto: Candidatura de Paraty, Cultura e Natureza para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Senhor Ministro,

Encaminho, em anexo, para as providências de Vossa Senhoria junto à Delegação Permanente do Brasil na UNESCO, originais (em português e inglês) de ofício da Senhora Ministra de Estado da Cultura, dirigida ao Diretor do Centro do Patrimônio Mundial, sobre a candidatura de Paraty à Lista do Patrimônio Mundial.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Bruno Melo', with a long horizontal stroke extending to the right.

BRUNO MELO

Diretor de Relações Internacionais, substituto



**MINISTÉRIO DA CULTURA
GABINETE DA MINISTRA**

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 4º andar -70.068-900 – Brasília/DF
(61) 2024-2466/67/68 - Fax: (61) 3225 9162
www.cultura.gov.br

Ofício nº 076 GM/MinC

Brasília, 16 de junho de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
Diretor KISHORE RAO
Centro do Patrimônio Mundial
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
7, place de Fontenoy - 75352
Paris 07 SP, França

Assunto: candidatura de Paraty, Cultura e Natureza para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Senhor Diretor,

1. Acuso o recebimento da carta de 1º de março de 2011, que o Diretor Geral Adjunto de Cultura Francesco Bandarin, então Diretor do Centro do Patrimônio Mundial, encaminhou à Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO, com referência à candidatura apresentada pelo Governo Brasileiro, intitulada *Paraty, Cultura e Natureza*, para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria de “Sítio Misto”.
2. Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, esta é a terceira vez que a candidatura de Paraty é apresentada. Desde a década de 1980, este sítio brasileiro pleiteia a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. A atual proposta segue as recomendações do Comitê do Patrimônio Mundial, conforme decisão 33 COM 8B.37, a qual defere a análise da candidatura do *Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem*, “com o objetivo de permitir ao Estado Parte revisar sua dimensão e enquadramento como sítio misto, enfatizando o seu valor natural e cultural excepcional”.
3. No dossiê apresentado pelo Governo Brasileiro, há um capítulo de “Apresentação” que descreve brevemente a evolução da candidatura de Paraty. Nesse sentido, são enfatizadas as quase três décadas de empenho e dedicação por parte da municipalidade de Paraty e outras instituições brasileiras, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em estabelecer e preservar o valor universal excepcional, natural e cultural, de Paraty. A proposta apresentada pelo

Governo Brasileiro, em fevereiro de 2010, é resultado do esforço conjunto de diversos agentes governamentais e não-governamentais no sentido de aperfeiçoar a candidatura de Paraty e oferecer-lhe apoio institucional adequado. Com esse objetivo, foi instituído um Grupo Técnico Interministerial, integrado por representantes do IPHAN (que coordena os trabalhos), do ICMBio, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Prefeitura Municipal de Paraty e da Fundação Roberto Marinho. O Comitê recebe ainda apoio técnico do Laboratório da Paisagem do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

4. Diante do cuidado com que se estruturou a proposta de candidatura de Paraty, o Governo Brasileiro recebeu com surpresa e desapontamento a manifestação encaminhada pelo Centro do Patrimônio Mundial de que “determinou-se estar incompleta a candidatura de *Paraty: Cultura e Natureza*”. O Governo Brasileiro é firme no entendimento de que o parecer exarado pelo Centro do Patrimônio Mundial não apenas adentra em matéria cuja análise cabe aos Órgãos Assessores, como também deriva de análise superficial e restritiva da candidatura brasileira.

5. Com efeito, o “Manual Operacional para Implementação da Convenção sobre o Patrimônio Mundial” não contempla, nas atribuições dadas ao Secretariado no seu parágrafo 28, nenhuma função de avaliação das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial. O item 28(c) menciona apenas “o recebimento, registro, checagem da documentação exigida, arquivamento e encaminhamento das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial aos Órgãos Assessores”. A competência de avaliar as candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial, conforme definido no item 31(e) e no parágrafo 143, é exclusiva dos Órgãos Assessores. Nesse sentido, o parágrafo 140 reforça a finalidade administrativa do Secretariado como mecanismo de comunicação entre os Estados Partes e os Órgãos Assessores. Qualquer avaliação de mérito feita pelo Secretariado neste momento prévio de apresentação de candidaturas é inadequada.

6. Demais, o parecer do Centro do Patrimônio Mundial sobre a candidatura de *Paraty: Cultura e Natureza* contém afirmações imprecisas. A esse respeito, cito a referência à candidatura de Paraty como tendo sido registrada na categoria de “Paisagem Cultural”, e não “Sítio Misto”, tal como a documentação brasileira claramente define, nos termos da decisão 33 COM 8B.37 do Comitê do Patrimônio Mundial. Também parece incompreensível que a carta do Centro do Patrimônio Mundial confunda Angra do Heroísmo, no arquipélago dos Açores – a mais de 4 mil milhas do litoral carioca – com Angra dos Reis, localizada a poucos quilômetros de Paraty. Importante ressaltar, a esse respeito, que a análise comparativa com Angra do Heroísmo foi sugerida pelo próprio Secretariado e exaustivamente estudada pelo Grupo Técnico Interministerial responsável pela candidatura.

7. No entender do Governo Brasileiro, as excepcionalidades culturais e naturais de Paraty justificam plenamente o seu enquadramento como “Sítio Misto”. Quanto à comparação de Paraty com Angra do Heroísmo, o Grupo Técnico Interministerial analisou cuidadosamente, e refutou, a sugestão feita pelo Centro do Patrimônio Mundial. Tal argumentação integra o capítulo “Análise Comparativa”, cujo teor parece haver sido desconsiderado pelo Centro do Patrimônio Mundial. A afirmação de que Paraty já se encontraria representada na Lista do Patrimônio Mundial através de Angra do Heroísmo é insustentável diante das distintas ocorrências históricas, urbanísticas e socioculturais dos dois sítios. Além disso, a carta do Centro do Patrimônio Mundial,

ao mencionar apenas as páginas do dossiê de Paraty que abordam a expansão portuguesa no mundo, desconsidera o fato de que a “Análise Comparativa” buscou o enquadramento da cidade de Paraty em um contexto regional e mundial mais amplo e coerente.

8. A partir de uma série de estudos realizados sobre o município, o Brasil reformulou a base argumentativa e factual para a explicitação do valor universal excepcional do sítio. Paraty teve papel decisivo em três processos históricos de alcance global: (i) o ciclo do ouro em Minas Gerais; (ii) a intensa migração para o interior do Brasil; e (iii) a primeira definição de fronteiras na América do Sul. Basta lembrar que o Brasil foi o principal produtor mundial de ouro no século XVIII, riqueza que ajudou a financiar a prosperidade inglesa durante a Primeira Revolução Industrial. Não bastasse isso, a corrida do ouro no Brasil, com sua migração épica para o interior, e o uso intensivo do trabalho escravo, não apenas teve efeito duradouro sobre o continente africano e a Península Ibérica, como também levou à assinatura dos Tratados de Madrid (1750) e San Idelfonso (1777), que definiram os limites geográficos entre as Américas Espanhola e Portuguesa, dando contornos até hoje relevantes à geopolítica do continente sul-americano.

9. Quanto à autenticidade do sítio de Paraty, é possível verificar que o centro histórico dessa cidade se mostra tão ou mais autêntico que vários núcleos urbanos já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Nesse particular, cabe destacar que Paraty apresenta uma proporção de construções civis dos séculos XVII, XVIII e início do XIX maior do que a verificável em sítios do Patrimônio Mundial tais como Olinda e Cartagena de Índias. Os edifícios novos e reconstruções de Paraty são, em número e percentual, bem menores do que os de Angra do Heroísmo, Lima ou Cuzco, cidades tantas vezes destruídas por terremotos e reconstruídas. Na Macchu Picchu de hoje, menos de 30% dos muros e das paredes correspondem aos vestígios encontrados de pé no início do século XX. Isso sem falar na Colônia do Sacramento – praticamente reconstruída por completo. Diante de tão conhecidas evidências, como fundamentar a crítica à autenticidade de Paraty, a não ser mediante a aplicação de “dois pesos, duas medidas”?

10. Desde o seu apogeu, Paraty soube preservar o seu valor universal excepcional. Temos ali um centro urbano impregnado de significado histórico e cultural, cuja relevância é destacada pela excepcionalidade do sítio geográfico. Nascida do encontro de caminhos indígenas vindos do interior rumo ao mar, Paraty teve o seu auge durante o ciclo do ouro, e preservou, desde então, as singularidades de sua arquitetura e de seu urbanismo, bem como a pujança de suas expressões culturais imateriais. Nem mesmo o atual método de apropriação do centro histórico, demasiadamente voltado para o turismo, coloca em xeque o valor universal excepcional da cidade. Os problemas que enfrenta Paraty nessa matéria não são distintos dos de outras cidades integrantes da Lista do Patrimônio Mundial, tais como Veneza, Óbidos, Toledo e Salvador. Não há, portanto, no quesito autenticidade, nenhum argumento razoável que justifique a não inclusão de Paraty na Lista.

11. O Centro do Patrimônio Mundial considerou ainda que os mapas apresentados – os quais ilustram a delimitação do sítio e de sua respectiva zona tampão – não representam suficientemente a proposta. Entretanto, o Centro não especificou em sua comunicação, com clareza e objetividade, qual seria a escala adequada aceita pela UNESCO, nem quais as informações complementares necessárias. Os detalhados mapas temáticos com informações sobre geologia,

geomorfologia, cobertura vegetal, hipsometria, localização de comunidades tradicionais e delimitação de áreas com proteção cultural e ambiental apresentados pelo Brasil no dossiê de Paraty foram simplesmente desconsiderados na carta do Secretariado. Cabe ainda frisar, sobre a questão específica de escala e definição dos perímetros propostos, que os mapas anexados ao dossiê estão vetorizados, i.e., elaborados a partir de bases oficiais georreferenciadas, em sistema GIS, podendo ser visualizados ou impressos em qualquer escala.

12. Em face das considerações acima, venho solicitar ao Centro do Patrimônio Mundial, em nome do Governo Brasileiro, que aprecie este pedido de reconsideração. Muito agradeceria, igualmente, que o Centro do Patrimônio Mundial possa receber, e venha a inserir na documentação de *Paraty: Cultura e Natureza*, os seguintes itens:

- i. Mídia digital contendo os arquivos vetoriais e em alta resolução dos mapas que embasam a proposta; e
- ii. O “Sumário Executivo” da candidatura, em 02 cópias.

13. Finalmente, muito agradeceria ao Centro do Patrimônio Mundial a gentileza de encaminhar aos Órgãos Assessores suas observações sobre o dossiê de *Paraty: Cultura e Natureza*, bem como os esclarecimentos apresentados nesta missiva, de modo que se dê prosseguimento ao ciclo de avaliação da candidatura de Paraty, com vistas a sua apreciação pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em 2012.

Renovo a expressão de minha mais alta estima e consideração.



ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

Ministra de Estado da Cultura
República Federativa do Brasil

c/c. Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO.
Embaixadora Maria Laura da Rocha, Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO.



**MINISTÉRIO DA CULTURA
GABINETE DA MINISTRA**

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 4º andar -70.068-900 – Brasília/DF
(61) 2024-2466/67/68 - Fax: (61) 3225 9162
www.cultura.gov.br

Ofício nº 076 GM/MinC

Brasília, 16 June, 2011.

His Excellency
KISHORE RAO
Director of the World Heritage Centre
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)
7, place de Fontenoy - 75352
Paris 07 SP, France

Subject: nomination of the *Paraty, Culture and Nature* for inscription on the World Heritage List.

Dear Director,

1. I have the pleasure to acknowledge receipt of the letter dated 1 March 2011, which Deputy Director General Francesco Bandarin, then Director of the World Heritage Centre, addressed to Brazil's Permanent Representative to UNESCO, referring to the nomination of the *Paraty, Culture and Nature*, registered by the Brazilian government for inscription on the World Heritage List as a mixed property.

2. As you are aware, this is the third time a nomination of Paraty is presented. Since the 1980s, this Brazilian site has been applying for inscription on the World Heritage List. The current nomination follows the recommendations of the World Heritage Committee, according to decision 33 COM 8B.37, which deferred the examination of the nomination of the *Gold Route in Paraty and its Landscape*, "in order to allow the State Party to revise its dimension and denomination as a mixed property, highlighting its exceptional natural and cultural values".

3. In the dossier submitted by the Brazilian government, there is an opening chapter, entitled "Presentation", which briefly describes the evolution of Paraty's nomination. In this regard, the chapter emphasizes the nearly three decades of commitment and dedication of the municipality of Paraty and other Brazilian institutions, such as the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and the Chico Mendes Institute for the Conservation of Biodiversity (ICMBio), in establishing and preserving Paraty's outstanding natural and cultural universal value. The dossier

submitted by the Brazilian government, in February 2010, is the result of the concerted efforts of many governmental and non-governmental agents in order to improve Paraty's nomination and give it adequate institutional support. An Inter-Ministerial Technical Committee was designated for that purpose, including representatives of IPHAN (which coordinates the work), ICMBio, the government of Rio de Janeiro State, the municipality of Paraty and the Roberto Marinho Foundation. The Committee benefits also from the technical support of the Landscape Laboratory of Rio de Janeiro's Botanical Garden.

4. Having in mind the extreme care with which Paraty's nomination was structured, the Brazilian government received with surprise and disappointment the communication of the World Heritage Centre stating that "The nomination of the *Paraty: Culture and Nature* was determined to be incomplete". The Brazilian government strongly believes that the arguments presented by the World Heritage Centre not only interfere in the area of competence of the Advisory Bodies, but are also based on a superficial and restrictive analysis of the Brazilian nomination.

5. The "Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention" do not contemplate, in the tasks attributed to the Secretariat in paragraph 28, any functions concerning the evaluation of properties nominated to the World Heritage List. Item 28(c) mentions only "the receipt, registration, checking the completeness, archiving and transmission to the relevant Advisory Bodies of nominations to the World Heritage List". The role of evaluating properties nominated to the World Heritage List, as stated in item 31(e) and paragraph 143, is given to the Advisory Bodies alone. Accordingly, paragraph 140 reinforces the administrative role of the Secretariat, as a mechanism of communication between the States Parties and the Advisory Bodies. Any evaluation of merit by the Secretariat at this prior moment of submission of nominations is inadequate.

6. Furthermore, the letter of the World Heritage Centre on the nomination of the *Paraty: Culture and Nature* contains imprecise information. In particular, I would mention the reference of Paraty's nomination as being registered under the category of "cultural landscape", and not as a "mixed property", as the Brazilian documentation clearly states, in line with decision 33 COM 8B.37 of the World Heritage Committee. It also seems perplexing that a letter of the World Heritage Centre may confuse Angra do Heroísmo – situated in the archipelago of the Azores, more than 4,000 miles off the coast of Rio de Janeiro – with Angra dos Reis, located a few miles from Paraty. It is important to point out, in this regard, that the comparative analysis with Angra do Heroísmo was a suggestion made by the Secretariat itself, which was diligently taken into consideration by the Inter-Ministerial Technical Committee responsible for the nomination.

7. It is the Brazilian government's understanding that the outstanding natural and cultural value of Paraty fully justifies its registration as a "mixed property". As for the parallel between Paraty and Angra do Heroísmo, the Inter-Ministerial Technical Committee responsible for the nomination carefully analysed, and then refuted, the suggestion made by the World Heritage Centre. This case study can be found in the chapter "Comparative Analysis" of the Brazilian nomination, whose content seems to have been overlooked by the World Heritage Center. The proposition that Paraty may already be represented on the World Heritage List through Angra do Heroísmo is simply untenable in light of the distinct historical, urban and sociocultural occurrences

of the two sites. Moreover, the letter of the World Heritage Centre, by mentioning only the pages of the Paraty dossier that deal with the Portuguese expansion in the world, disregards the fact that the “Comparative Analysis” sought to place the history and relevance of Paraty in a broader and more coherent regional and world context.

8. With the support of a series of studies made on Paraty, Brazil reformulated the argumentative and factual basis for the assessment of the site’s outstanding universal value. Paraty played a decisive role in three historical processes with global reach: (i) the Minas Gerais gold cycle; (ii) the massive migrations to the Brazilian hinterland; and (iii) the first definition of borders in South America. One must bear in mind that Brazil was the world’s leading producer of gold in the eighteenth century, a wealth that helped finance the British prosperity during the First Industrial Revolution. Besides, the Brazilian gold rush, with its epic migrations to the interior and intensive use of slave labour, not only had a lasting effect on Africa and the Iberian Peninsula, but also led the way to the Treaties of Madrid (1750) and San Idelfonso (1777), which defined the geographical boundaries between Spanish and Portuguese America, giving them a characteristic shape that is still relevant to the geopolitics of the South American continent.

9. As for the authenticity of Paraty, it is possible to argue that the historic center of the city is as authentic as (or even more authentic than) many urban areas already inscribed on the World Heritage List. In this regard, it is not irrelevant to point out that Paraty has a percentage of buildings from the seventeenth, eighteenth and early nineteenth centuries that is greater than that on the World Heritage sites of Olinda and Cartagena. The new buildings and the reconstructions of Paraty are, in number and percentage, much less than those of Angra do Heroísmo, Lima or Cuzco, cities that have been destroyed and rebuilt several times over due to earthquakes. Nowadays, in Machu Picchu, less than 30% of the walls correspond to the ruins found standing on the beginning of the twentieth century. Not to mention the historic quarter of Colonia del Sacramento, which has been practically rebuilt all over again. Given such well known evidences, how is one to question the authenticity of Paraty, if not by using double standards?

10. Since its heyday, Paraty has been admirably able to preserve its outstanding universal value. We have there a urban center that is permeated of historical and cultural value, and whose relevance is highlighted by the exceptional geographical location. Born from the encounter of indigenous pathways coming from the interior towards the sea, Paraty had its apogee during the gold cycle, and learned, since then, to preserve the uniqueness of its architecture and urbanism, as well as the strength of its intangible cultural expressions. Not even the current method of appropriation of the historic center, heavily devoted to tourism, casts doubt on the city’s merits. The problems that Paraty faces are not distinct from those of other sites inscribed on the World Heritage List, such as Venice, Óbidos, Toledo and Salvador. In terms of authenticity, there are no reasonable grounds to justify the non-inclusion of Paraty in the List.

11. The World Heritage Centre has also considered that the maps presented - which illustrate the boundaries of the site and its respective buffer zone - do not sufficiently represent the proposal. However, the Centre did not specify in its report, clearly and objectively, what would be the appropriate scale, accepted by UNESCO, neither has it mentioned what additional information was needed. The detailed thematic maps with information on geology, geomorphology, vegetation,

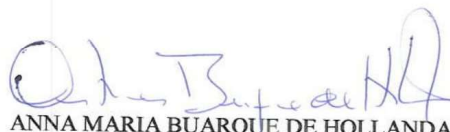
hypsometry, location of traditional communities and delimitation of areas with environmental and cultural protection presented by Brazil in the Paraty dossier were simply disregarded in the letter of the Secretariat. It should also be emphasized, on the specific issue of the scale of the maps and definition of the perimeters proposed, that the maps attached to the Paraty nomination are vectorized, i.e. formulated based on official databases with geographical references in GIS system, making it possible for them to be viewed or printed at any scale.

12. Hence, on behalf of the Brazilian government, I present to the World Heritage Centre a request for reconsideration. I would also appreciate the World Heritage Centre to receive and to insert in the documentation of the *Paraty, Culture and Nature* the following items:

- i. The digital media containing the vector and high resolution files of the maps that support the Brazilian nomination; and also
- ii. The nomination's "Executive Summary", in 2 copies.

13. Finally, I would kindly request that the World Heritage Centre forwards to the Advisory Bodies its observations on the nomination of the *Paraty, Culture and Nature*, together with the arguments presented in this letter, so that the evaluation cycle may advance and Paraty's nomination be considered by the World Heritage Committee in 2012.

Please accept the most sincere assurances of my highest consideration and esteem.



ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA
Minister of Culture
Federative Republic of Brazil

C/c. Irina Bokova, General Director of UNESCO
Ambassador Maria Laura da Rocha, Permanent Representative of Brazil.